

ÍNDICE DE HISTÓRIA DO BRASIL

| | |
|--|--------|
| AULA 01 - A EXPANSÃO MARÍTIMA | PAG.01 |
| AULA 02 - A COLONIZAÇÃO | PAG.02 |
| AULA 03 - ORGANIZAÇÃO COLONIAL | PAG.03 |
| AULA 04 - A ECONOMIA COLONIAL | PAG.04 |
| AULA 05 - A SOCIEDADE COLONIAL | PAG.07 |
| AULA 06 - ATAQUES AO LITORAL | PAG.08 |
| AULA 07 - A EXPANSÃO TERRITORIAL | PAG.09 |
| AULA 08 - OS TRATADOS DE LIMITES E AS GUERRAS NO SUL | PAG.11 |
| AULA 09 – ADMINISTRAÇÃO POMBALINA | PAG.12 |
| AULA 10 - CONFLITOS NA COLÔNIA | PAG.13 |
| AULA 11 - PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA | PAG.17 |
| AULA 12 - O 1º REINADO | PAG.19 |
| AULA 13 - PERÍODO REGENCIAL | PAG.22 |
| AULA 14 - 2º REINADO | PAG.24 |
| AULA 15 - QUESTÕES PLATINAS | PAG.25 |
| AULA 16 - O DECLÍNIO DO 2º REINADO | PAG.27 |
| AULA 17 - REPÚBLICA VELHA | PAG.28 |
| AULA 18 - REPÚBLICA NOVA (1930 - 1985) | PAG.32 |
| AULA 19 – BRASIL POS 2º GUERRA | PAG.33 |
| AULA 20 – JK, JANIO E JANGO. | PAG.34 |
| AULA 21 – REGIME MILITAR | PAG.35 |
| AULA 22 - REDEMOCRATIZAÇÃO | PAG.37 |

AULA 01 - A EXPANSÃO MARÍTIMA E COMERCIAL DA EUROPA OCIDENTAL

A TRANSIÇÃO DA IDADE MÉDIA A IDADE MODERNA

A partir da Segunda metade do século XV, o mundo europeu sofreu grandes transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Estas transformações, que marcam o fim da Idade Média e o início dos Tempos Modernos, trouxeram como consequência a expansão comercial europeia e levaram aos Descobrimentos Marítimos.

- No campo político, houve o fortalecimento e centralização do poder real;
- Na economia, o comércio tornou-se mais importante;
- Na sociedade, surgiu e se fortaleceu uma nova classe social: a burguesia;
- No campo cultural, houve o Renascimento artístico;
- Nas ciências, houve o progresso técnico e científico;
- No campo religioso, o Cristianismo foi divulgado em outros continentes.

As rotas comerciais que ligavam Europa, Ásia e África tinham como centro de convergência o Mar Mediterrâneo.

O COMÉRCIO DAS ESPECIARIAS

Especiarias eram produtos raros, vindos principalmente do oriente, que passaram a ser consumidos em larga escala pelos europeus desde a época das Cruzadas (Idade Média). Exemplos: pimentas, canela, cravo, seda, marfim, cânfora, nós moscada, gengibre, alôes, incenso, sândalo, perfumes e produtos aromáticos.

Constantinopla, cidade pela qual as especiarias orientais chegavam à Europa, onde eram distribuídas com grandes lucros, pelos navios das repúblicas de Gênova e Veneza, foi conquistada pelos turcos otomanos, em 1453.

Importante: O comércio das especiarias do Oriente fez desenvolver o Capitalismo europeu na sua fase mercantilista.

Favoreceram Portugal e Espanha a se lançarem nas Grandes Navegações: a posição geográfica privilegiada, a tradição marítima (atividade pesqueira) e a centralização política pioneira, devido à "Reconquista" (luta dos cristãos contra os árabes).

Dois foram os principais ciclos de navegação: leste ou oriental (ciclo dos Portugueses) e oeste ou ocidental (ciclo dos Espanhóis).

CICLO PORTUGUÊS

O ciclo oriental ou português visava a contornar o litoral da África para chegar às Índias (oriente).

O grande impulso para os descobrimentos portugueses foi a criação do Centro de Geografia e Náutica, localizado em Sagres (sul de Portugal), pelo Infante Dom Henrique ("O Navegador"). O Estado financiava as pesquisas e reservava para si a exclusividade das viagens.

A tomada de Ceuta, em 1415, no norte da África, marcou o início das conquistas de além-mar.

CICLO ESPANHOL

O ciclo ocidental ou espanhol objetivava chegar ao Oriente (Índias) viajando pelo ocidente ("El Occidente por el poniente"), segundo os planos do navegador Cristóvão Colombo, natural de Gênova (Itália), que acreditava na esfericidade ou redondeza da terra.

Recebeu apoio dos "Reis Católicos" que governavam a Espanha: Fernão (rei de Aragão) e Isabel (rainha de Castela). Suas caravelas eram: Santa Maria (nau capitânia), Pinta e Nina.

O TRATADO DE TORDESILHAS

O descobrimento da América quase levou Portugal a declarar guerra à Espanha pois o rei daquele país julgava-se lesado em seus direitos.

Para solucionar o problema da partilha (divisão) das terras descobertas, o Papa Alexandre VI, a pedido dos "Reis Católicos", por intermédio da Bula Intercoetera (1493) estabeleceu os limites das terras entre Portugal e Espanha, através de um meridiano imaginário que seria contado a partir de 100 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde e Açores, o que não foi aceito por Portugal.

Os países ibéricos chegaram a um acordo através do Tratado de Tordesilhas ou de participação do Mar Oceano, assinado em 1494. Ficou estabelecido que as terras e Ilhas a leste do meridiano, a contar de 370 léguas das Ilhas de Cabo Verde, pertenceriam a Portugal e, as que ficassem a oeste da mesma linha, pertenceriam à Espanha.

CONSEQUÊNCIAS DA EXPANSÃO MARÍTIMA E COMERCIAL EUROPEIA

- Surgimento de Impérios Coloniais regidos pela política mercantilista;
- Oceano Atlântico passou a ser o principal centro comercial;
- Propagaram-se os conhecimentos geográficos e astronômicos e os das ciências naturais;
- Baixou o preço de custo das especiarias e drogas;
- Surgiram as companhias de comércio;
- A burguesia passou a ter maior importância social e influência política.

O DESCOBRIMENTO DO BRASIL

Após o descobrimento do caminho marítimo para as Índias, o rei de Portugal, Dom Manuel I, "O Venturoso", (da dinastia de Ávis) organizou poderosa esquadra com objetivo de fundar feitorias no Oriente (Calicute). Esta expedição, que foi chefiada pelo fidalgo Pedro Álvares Cabral, senhor de Bel Monte e Alcaide - Mor de Azurara, descobriu o Brasil no dia 22 de abril de 1500.

A VIAGEM DE CABRAL

Na viagem, durante a travessia do Atlântico desgarrou-se a nau (barco) de Vasco de Ataíde. O primeiro ponto avistado foi o Monte Pascoal, no dia 22 de abril de 1500. Após o contato inicial amistoso com os índios, a esquadra fundeou na atual baía de Cabrália ("Porto Seguro"). Tendo Gaspar de Lemos retornado a Portugal levando cartas relativas ao descobrimento, a esquadra prosseguiu viagem para as Índias, após deixar no Brasil dois degredados.

Denominou-se "Semana de Vera Cruz" ao período em que a esquadra de Cabral esteve no Brasil.

DOCUMENTOS SOBRE A DESCOBERTA

Os principais documentos sobre o descobrimento são:

- Carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal Dom Manuel I;
- Carta do Mestre João ao mesmo rei;
- Relação do piloto Anônimo;
- Carta de Dom Manuel I aos reis Católicos.

NOMES DADOS À TERRA

Cabral chamou-a de Terra de Vera Cruz, enquanto Caminha denominou-a Ilha de Vera Cruz. O nome Brasil foi devido à abundância de madeira tintorial (Ibirapitanga), que os europeus chamavam de pau-brasil.

AULA 02 - A COLONIZAÇÃO

MERCANTILISMO E COLONIZAÇÃO

A colonização na época moderna aparece como um desdobramento da expansão marítima e comercial europeia, que assinala o início dos Tempos Modernos. O sistema de colonização que a política mercantilista visa a desenvolver, subordina-se ao Mercantilismo: a função da Colônia seria completar a economia metropolitana.

A história colonial do Brasil está vinculada à expansão comercial e colonial da Europa.

O sistema colonial é o conjunto de relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias em uma determinada época histórica.

COLÔNIAS DE POVOAMENTO E DE EXPLORAÇÃO

Colônias de povoamento. Nos termos característicos do sistema colonial mercantilista, elas podem ser consideradas um foco de desajuste. Toda sua organização econômica não está montada para a metrópole, não se constituindo desse modo como economia complementar. A produção é feita para o

consumo interno, caracterizando-se pela diversificação de seus produtos. A pequena propriedade é o tipo predominante, normalmente localizada em áreas de clima temperado.

Colônias de exploração. Podem ser consideradas como as mais típicas da colonização europeia. Toda organização econômica está em função do mercado externo.

Coerentemente, a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo são os pilares dessas economias complementares. A que particularmente nos interessa é a América portuguesa, que pode ser definida como colônia de exploração.

PERÍODO PRÉ - COLONIAL (1500 - 1530)

Corresponde à fase da exploração do pau-brasil. Neste período o rei de Portugal tomou as seguintes providências: enviou expedições exploradoras, arrendou o Brasil e enviou expedições guarda-costas.

As expedições de Gaspar de Lemos (1501) e de Gonçalo Coelho (1503) vieram fazer o reconhecimento do litoral brasileiro. Portugal arrendou o Brasil a um grupo de cristãos novos (judeus) chefiados por Fernão de Noronha. Este também recebeu a primeira Capitania Hereditária (1504): a ilha de São João ou da Quaresma, hoje integrantes do arquipélago de Fernando de Noronha.

Pelo arrendamento, era permitido extrair pau-brasil e estabelecia a obrigatoriedade de fundar feitorias (armazéns fortificados).

Para reprimir (combater) o contrabando do pau-brasil, realizado principalmente por corsários franceses, foram enviadas duas expedições policiadoras (guarda-costas) de 1516 e 1526, chefiadas por Cristóvão Jacques.

Neste período, a atitude de Portugal em relação ao Brasil é de desinteresse pois o comércio oriental (das especiarias) é o foco central do comércio externo português. Além disso, o que a colônia recém descoberta poderia oferecer?

Não há nenhum produto que possa atrair a política mercantilista portuguesa. Em outras palavras, qualquer tentativa de aproveitamento da terra implicaria em gastos para a metrópole.

EXTRAÇÃO DO PAU-BRASIL

O pau-brasil existia com abundância na orla litorânea, desde o Rio Grande do Norte até a região fluminense (Cabo Frio). A viagem da nau Bretoa está ligada a um grande carregamento desta madeira.

Conhecido pelos índios como "Ibirapitanga" e batizado pelos europeus como pau-brasil, teve fácil aceitação na Europa como material colorante, próprio para tingir tecidos.

Descoberto o produto, foi imediatamente declarado monopólio da Coroa e sua exploração feita pela iniciativa privada (particular), tendo a frente Fernão de Noronha.

No período pré - colonizador (1500 - 1530), a extração do pau - brasil constituiu-se na mais importante atividade econômica.

O grande número de indígenas existente na costa permitiu aos portugueses que a exploração dessa madeira tintorial (pau - brasil) fosse realizada com facilidade, através da utilização da mão de obra indígena sob a forma de Escambo ou comércio de troca.

CONSEQUÊNCIAS DA EXTRAÇÃO DO PAU - BRASIL

- Ocasinou o surgimento de feitorias. Estas não chegaram a fixar o colono europeu ao solo;
- Influenciou na substituição do nome de terra de santa cruz pelo de brasil.

É claro que, desde a descoberta, a metrópole reserva para si a exclusividade da exploração do pau - brasil. Assim, a Coroa portuguesa a ter controle sobre o produto, inserindo-o do mesmo sistema comercial que vigorava no Oriente, isto é, o Estanco: a metrópole pode fazer concessões a particulares mediante pagamento de direitos. Toda a exploração é feita com o consentimento do Portugal.

Importante: Em relação a nossa colonização, a exploração do pau - brasil não favoreceu a criação de núcleos fixos de povoamento, pois era uma atividade nômade.

A colonização: Esta fase tem início em 1530 quando Portugal toma providências visando a ocupação sistemática (efetiva) do litoral brasileiro. Principais medidas: expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza (1530/ 32), divisão do Brasil em Capitânicas Hereditárias e instituição do Governo geral.

AS RAZÕES DA COLONIZAÇÃO RESUMIDAS:

- Comércio português das especiarias nas Índias (Oriente) estava em decadência;
- Portugal corria o risco de perder o Brasil devido à presença dos corsários franceses no litoral
- A possibilidade de encontrar jazidas minerais.

AULA 03 - ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO PERÍODO COLONIAL

CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

O rei D. João III ("O Colonizador") instituiu este regime, em 1534, graças à influência de Diogo de Gouveia.

Nosso país foi dividido em lotes de terras ("Capitânicas"), doadas a Capitães (Donatários); começavam no litoral indo até o meridiano de Tordesilhas.

MOTIVOS A ESTE SISTEMA

- A grande extensão territorial do Brasil;
- A experiência bem sucedida dos portugueses nas ilhas do Atlântico: Açores, Madeira, Cabo Verde;
- Os recursos limitados da Coroa portuguesa, devido ao insucesso dos negócios do Oriente (Índias).

Mas, como as capitânicas hereditárias solucionariam os problemas portugueses?

Em primeiro lugar, defenderiam a terra face à ameaça externa e transferiam para particulares o ônus da colonização, preservando a Coroa e criando uma alternativa ao comércio do Oriente.

Carta de doação e foral eram documentos que regulamentavam as Capitânicas. Pela carta de doação, o Capitão-mor (donatário) recebia a concessão da terra do rei. Através do foral eram fixados os direitos e deveres dos donatários e colonos.

Direitos dos donatários: fundar vilas ou núcleos de povoação; distribuir lotes de terras ou sesmarias; exercer a justiça civil e criminal; colonizar, defender e fazer progredir a Capitania com seus próprios recursos.

Entre os direitos da Coroa (Metrópole) podemos citar: monopólio da exploração do pau-brasil; fabricação de moedas; o quinto de ouro e das pedras preciosas.

São Vicente e Pernambuco foram as Capitânicas que mais prosperaram.

Na Capitania de São Vicente foram fundadas as povoações (vilas) de Santos (por Brás Cubas), Santo André da Borda do campo, São Paulo de Piratininga e Itanhaém.

Diversos fatores do relativo insucesso das Capitânicas: a indisciplina dos colonos, os ataques dos indígenas, as incursões de estrangeiros (franceses), a falta de recursos dos donatários, a inexistência de um governo central para ajudar os donatários.

São Vicente, doada a Martim Afonso de Sousa, foi administrada pelo Padre Gonçalo Monteiro. São Vicente incluía dois lotes. Principal riqueza: cana-de-açúcar.

A extinção das Capitânicas Hereditárias ocorreu na administração do Marquês de Pombal (1759).

A instituição das Capitânicas resultou numa grande descentralização: o rei dava ao donatário amplos poderes.

As Capitânicas são em número de quinze e os donatários, doze. Entretanto o regime das Capitânicas hereditárias não apresentou o resultado esperado, comprometendo essa primeira iniciativa de Colonização.

Diversos fatores contribuíram para o relativo insucesso das Capitânicas: o direito do couto e do homizio, a grande extensão dos lotes, a indisciplina dos colonos, revoltas de alguns índios locais.

GOVERNOS GERAIS

O insucesso das Capitânicas Hereditárias mostrou a impossibilidade da colonização com base apenas no capital particular.

O Governo Geral foi instituído pelo rei D. João III em 1548, a conselho de Luís de Góis. Foi criado tendo em vista a necessidade de organizar e centralizar a administração, exercer uma melhor fiscalização, promover a defesa da Colônia contra os ataques estrangeiros e para dar "favor e ajuda" aos donatários das Capitânicas.

As atribuições do Governador Geral estavam no Regimento (Regimento de Almeirim ou Regimento da Castanheira).

A Capitania da Bahia de Todos-os-Santos foi adquirida pelo rei, mediante indenização, para ser a sede do Governo Geral.

Os três auxiliares do Governador Geral eram: provedor-mor, ouvidor-mor e o capitão-mor da costa. O provedor-mor era encarregado de assuntos financeiros; o ouvidor-mor cuidava de assuntos judiciais; o capitão-mor da costa era encarregado da defesa.

O Governo Geral foi criado mediante em Regimento que procurava superar os antigos obstáculos encontrados. Seus artigos dão atribuições muito bem definidas ao novo representante do governo português na Colônia.

AO GOVERNADOR-GERAL COMPETIA:

- Coordenar a defesa da terra contra ataques, instalando e refazendo fortes, construindo navios e armando os colonos;
- Fazer alianças com os índios, iniciando sua catequese;
- Explorar o sertão, informando a coroa portuguesa sobre as descobertas feitas;
- Doar sesmarias, facilitando o estabelecimento de engenhos;
- Proteger os interesses metropolitanos no que diz respeito ao estanco do pau-brasil e à arrecadação de impostos.

É importante lembrar que o Governo Geral não foi criado para acabar com as Capitânicas hereditárias, mas sim para centralizar a administração.

As Capitânicas continuaram existindo e sendo administradas pelos seus donatários, que, entretanto, a partir daí, deveriam prestar obediência política ao Governador-Geral. O que desapareceu foi a descentralização política, pois o governador como representante do rei português, simbolizava a autoridade suprema na Colônia, o poder centralizado de onde partiam as decisões políticas em nome de Portugal.

Os três primeiros Governadores do Brasil foram, respectivamente, Tomé de Souza, Duarte da Costa e Mem de Sá.

1º GOVERNADOR GERAL (TOMÉ DE SOUZA - 1549/1553)

Os fatos principais foram: chegou à Bahia em 1549 e, neste mesmo ano, fundou Salvador, a primeira cidade e capital brasileira.

Foi auxiliado pelo naufrago Diogo Álvares Correia ("Caramuru"); trouxe o primeiro grupo de padres jesuítas incluindo Manuel da Nóbrega para iniciar o trabalho de catequese; criação do primeiro bispado do Brasil, sendo D. Pedro Fernandes Sardinha nosso primeiro (1551); realizado uma visita às Capitânicas do Sul; mandou que se organizasse uma expedição para fazer o reconhecimento do interior da Bahia (Francisco Bruza Espinoza). Incrementou a cultura da cana-de-açúcar; importou gado da ilha de Cabo Verde; introduziu escravos negros africanos no Brasil e o primeiro colégio no Brasil.

2º GOVERNADOR GERAL (DUARTE DA COSTA - 1553/1557)

Fatos principais: trouxe sete jesuítas incluindo o "Apóstolo do Brasil e do Novo Mundo" (José de Anchieta); houve a invasão da Baía de Guanabara pelos franceses chefiados por Villegaignon e a fundação da França Antártica; surgiu a questão entre o 1º Bispo e o filho do Governador (Álvaro da Costa); foi fundado o colégio de São Paulo de Piratininga pelos padres jesuítas (Nóbrega, Anchieta, Manuel de Paiva, Leonardo Nunes e Outros); houve uma insurreição dos indígenas ("Confederação dos Tamoios") chefiada por Cunhambebe.

3º GOVERNADOR GERAL (MEM DE SÁ - 1558/1572)

Expulsão dos franceses da Baía de Guanabara, graças à participação dos tamoios pelos jesuítas Nóbrega e Anchieta ("Paz de Ipoig"); fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro por Estácio de Sá (1565); organização de três entradas; combate à escravização indígena e antropofagia; chegada do segundo Bispo do Brasil (D. Pero Leitão), em 1559.

OS QUARENTA MÁRTIRES DO BRASIL

D. Luís Fernandes de Vasconcelos foi nomeado quarto Governador Geral. Não chegou ao Brasil em virtude de sua esquadra ter sido atacada por corsários

calvinistas em alto-mar (Jacques Sória - 1570 e Jean Capdeville - 1571). No primeiro ataque o Governador foi morto e diversos padres jesuítas chefiados por Inácio de Azevedo foram sacrificados ("Os quarenta mártires do Brasil").

DIVISÃO DO BRASIL EM DOIS GOVERNOS

Em 1572, o rei de Portugal, Dom Sebastião, resolveu dividir o Brasil em dois governos:

- Norte, sediado em Salvador, sob a chefia de Luís de Brito e Almeida.
- Sul, sediado no Rio de Janeiro, chefiado por Antônio Salema.

AULA 04 - A ECONOMIA COLONIAL

ASPECTOS GERAIS

"A mentalidade mercantilista entre os séculos XIV e XV caracterizou-se pelo espírito do lucro fácil e enriquecimento rápido".

"Portugal não pensou no Brasil como região para onde seria transferida a população. Considerou sua Colônia americana como supridora ou fornecedora de matérias primas e consumidoras de produtos enviados pela metrópole".

CICLOS ECONÔMICOS

O estudo da formação econômica do Brasil pode ser orientado através do estudo dos ciclos, isto é, o período no qual determinado produto ou atividade econômica constituiu realmente o esteio econômico básico da Colônia. Segundo este conceito os ciclos de nossa economia podem ser limitados, no tempo, da seguinte forma: ciclo do pau - brasil (de 1500 a 1553); ciclo da cana-de-açúcar (de 1600 a 1700); ciclo do ouro ou da mineração (de 1700 a 1800).

IMPORTANTES ASPECTOS

As características básicas eram monocultura, escravidão, latifúndio e exportação. Elas estão mais identificadas com a produção açucareira.

Principais produções: açúcar e mineração. Atividades subsidiárias: algodão, tabaco, extrativismo vegetal. Outra forma de produção não escravista: a pecuária.

A existência de "produtos-rei" ou "ciclos" em nossa economia resulta da dependência ao mercado externo, ou seja, uma produção voltada basicamente para o exterior.

Manufaturas que se desenvolveram na etapa colonial: charqueadas e curtumes, cerâmica e cordoaria, estaleiros, caieiras, artefatos de ferro, ourivesaria, manufaturas de tecidos, etc.

COMPANHIA DE COMÉRCIO

Portugal exerceu, inicialmente, o direito de exclusividade (monopólio) sobre certos produtos (ex.: pau-brasil). No período da União Ibérica (1580 - 1640), o monopólio tornou-se total. Após a União Ibérica, Portugal continuou com o sistema de monopólio, através das Companhias de Comércio. As Companhias de Comércio na época colonial foram:

- Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649). Contribuiu para a expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro sendo criada por sugestão do Padre Vieira.
- Companhia de Comércio do Estado do Maranhão (1683). Esteve ligada à revolta de Beckman.
- Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755)
- Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e da Paraíba (1759). As duas últimas foram criadas pelo Marquês de Pombal.

A AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA

A empresa açucareira foi a solução que possibilitou a valorização econômica das terras descobertas e dessa garantiu a posse pelo povoamento da América Portuguesa.

O cultivo da cana-de-açúcar desenvolveu-se no especialmente na Zona da Mata Nordestina.

A cana-de-açúcar foi o mais importante produto agrícola do Primeiro Reinado. Esta atividade favoreceu o aparecimento de uma nova estrutura social e econômica.

Durante mais de século e meio, a produção do açúcar representou, praticamente, a única base da economia brasileira. Até meados do século XVII, o Brasil foi o maior produtor mundial de açúcar.

A escolha da empresa açucareira não foi feita por acaso. Os portugueses escolheram a exploração da monocultura da cana-de-açúcar porque, além de seu aspecto econômico, ela viabilizou a colonização do país.

Obs.: Portugal não tinha condições econômicas suficientes para estabelecer sozinho, uma empresa açucareira no Brasil.

Diante dessas dificuldades, os portugueses recorreram aos holandeses, que financiaram as despesas, mas fizeram algumas exigências, tais como o direito de refinar e negociar o açúcar.

A facilidade de levantar empréstimos dos holandeses se deveu ao fato deles já comerciarem o açúcar, produzido pelos portugueses nas ilhas atlânticas desde o século XV e, principalmente, porque a empresa açucareira brasileira despontava como algo viável e altamente rentável.

CONSEQUÊNCIAS DA PRODUÇÃO AÇUCAREIRA:

- Ocupação das terras úmidas do litoral nordestino (Zona da Mata);
- A formação da família patriarcal;
- Surgimento de uma aristocracia rural (os senhores de engenho);
- As invasões holandesas no Nordeste ("Guerra do Açúcar");
- Introdução do escravo negro africano;
- Fixação do colono à terra;
- Progresso das Capitânicas de Pernambuco e São Vicente;
- Desenvolvimento da monocultura e do latifúndio;
- Surgimento de povoados, vilas e cidades.

Importante: o sociólogo Gilberto Freyre no livro "Casa Grande e Senzala", descreveu muito bem a sociedade açucareira nordestina onde predominava o patriarcalismo.

ATIVIDADE PASTORIL

A criação de gado (pecuária) durante o Brasil-Colônia esteve, inicialmente, associada ao cultivo da cana-de-açúcar junto ao litoral, porque era uma atividade (subsistência).

Com a expansão da agro-indústria açucareira surgiram conflitos entre criadores de gado e plantadores de cana. O gado foi obrigado a se deslocar para o sertão, porque as terras do litoral eram necessárias ao cultivo da cana-de-açúcar.

Junto ao Rio São Francisco ("Rio dos Currais") surgiram várias fazendas de gado como a de Garcia D'Ávila, proprietário da Casa de Torre e Guedes de Brito.

A iniciativa de afastar o gado do litoral partiu dos senhores de engenho, no que foram apoiados pela metrópole.

Para os senhores, era importante afastar o gado dos engenhos porque ele causava-lhes prejuízo, pois estragava o plantio da cana-de-açúcar, e a sua importância era absolutamente inferior.

O gado servia apenas como alimento, transporte e força de trabalho em alguns engenhos, ao passo que a empresa açucareira era, então, a fonte fundamental da riqueza colonial.

A PECUÁRIA BRASILEIRA, NO PERÍODO COLONIAL, CARACTERIZOU-SE POR:

- Exigir pequeno investimento inicial; daí estar aberta a quase todos os homens livres;
- Aproveitar a mão-de-obra indígena, que a ela se adaptava mais que à agricultura;
- Ter-se desenvolvido de forma extensiva, contribuindo para o povoamento do interior (sertão brasileiro);
- Ter sido motivo de sobrevivência econômica de regiões em que outras atividades entraram em decadência.

A pecuária originou ainda um novo tipo social, o fazendeiro de gado. Alguns senhores, inclusive, já tinham sido proprietários de terra no litoral e, decadentes, buscavam agora formar fazendas de gado no interior.

O vaqueiro era um homem livre. Não estava sujeito aos abusos e ao chicote do feitor. Além disso, o vaqueiro tinha o direito de ter a sua própria roça, recebia um salário anual e podia formar a sua própria fazenda, pois a montagem de uma fazenda de gado não exigia a aplicação de muito capital.

A terra era abundante e o vaqueiro conseguia as suas primeiras cabeças de gado, ganhando do fazendeiro uma cabeça para cada quatro que nasciam.

Alguns índios se adaptaram ao trabalho nas fazendas de gado e passaram a criar boiadeiros.

CONSEQUÊNCIA DA CRIAÇÃO DE GADO:

- Influencia do folclore: "bumba meu boi, negrinho do pastoreio", etc.
- Contribuiu para ocupação do sertão nordestino e do centro sul do país;
- Ocupação dos estados do Piauí e Maranhão (do sertão para o litoral);
- Surgimento de cidades no interior;
- Incorporação do índio à sociedade brasileira;
- Facilitou a integração das regiões brasileiras.

A MINERAÇÃO

O ciclo do ouro, diamantes e pedras preciosas fez com que nosso país passasse a ter novas riquezas. Teve importância decisiva na ocupação da região de Minas Gerais, Mato

Goiás e Planalto Baiano.

A mineração tornou-se a mais importante atividade econômica do Brasil-Colônia no século XVIII. Pela própria característica desta atividade, altamente lucrativa, para evitar evasão de divisas, teve que exercer controle direto sobre a produção. Foi assim a atividade econômica que maior fiscalização sofreu por parte de Portugal.

De início, era permitida a livre exploração, devendo ser pago como tributo a metrópole, a quinta parte (20%) de tudo extraído ("o quinto"). Depois dos primeiros achados de ouro em Minas Gerais (1693), surge o Regimento de Superintendência de guardas-mores e oficiais deputados para as minas de ouro em que era estabelecida a Intendência das Minas, através da qual o superintendente dirigia, fiscalizava e cobrava o tributo ("o quinto").

Foi estabelecida depois a cobrança indireta através da capitação, isto é, um tributo fixo pago em ouro e que recaía sobre cada um dos trabalhadores empregados nas minas.

Para evitar o descaminho e o contrabando, Portugal proibiu a circulação de ouro em pó e em pepitas e criou as Casas de Fundição (1720).

Quando o quinto arrecadado não chegava a cem arrobas (150 Kg), procedia-se a "Derrama", isto é, obrigava-se a população a completar a soma.

Havia dois tipos de extração de ouro: a faiscação e as lavras.

- A **faiscação ou faisqueira** era a pequena extração, feita por homens livres e nômades; era uma atividade realizada normalmente nas areias dos rios ou riachos.
- As **lavras** eram a extração de grande porte, exigiam investimento de capital, eram estabelecimentos fixos, dispunham de mão de obra escrava e algumas ferramentas. A lavra foi o tipo de extração mais frequente na fase áurea da mineração.

INTENDÊNCIA DAS MINAS

Era o órgão responsável pelo policiamento da mineração, pela fiscalização e direção da exploração das jazidas. Era o local onde se fazia o registro das minas descobertas. Funcionou como tribunal e era responsável pela cobrança de impostos sobre a descoberta de uma jazida deveria ser comunicada ao Intendente das Minas que procedia a divisão das datas (lotes).

O indivíduo que havia descoberto tinha o direito de escolher os dois primeiros lotes. Em seguida, era escolhida uma data para a Fazenda Real, que depois a vendia em leilão. Os outros lotes eram sorteados entre os interessados presentes.

MÃO DE OBRA

O negro escravo africano predominou como mão de obra na área mineradora. O negro, na área mineradora, desfrutava de uma situação melhor do que na região açucareira: podia conseguir a carta de alforria, pagando certa quantia.

ÁREAS DE PRODUÇÃO

As principais áreas mineradoras no Brasil-Colônia foram Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás ou seja, a parte Centro-Sul do país.

CAPOGEU DA MINERAÇÃO

O século XVIII corresponde à fase de apogeu da mineração, levando certo autor a falar na "Idade de Ouro" do Brasil. Neste período houve grande desenvolvimento artístico e cultural na região de Minas Gerais, como o estilo barroco das construções das igrejas e moradias, a Escola Literária Mineira, as serenades e as cantatas, as danças e as associações religiosas.

TRATADO DE METHUEN – 1703

(1712), o tratado estipulava o seguinte:

- Portugal admitia só consumir tecidos ingleses.
- A Inglaterra admitia só consumir vinhos portugueses.

Como consequência desse tratado, Portugal tornou-se um país exclusivamente agrário, o que prejudicou as possibilidades de desenvolvimento de uma indústria manufatureira, colocando o país submisso ao capital inglês.

O tratado tornou-se um dos motivos para o escoamento do ouro brasileiro para os cofres britânicos.

As jazidas de ouro e diamantes encontradas no Brasil eram de aluvião. Isto quer dizer que elas estavam na superfície da terra e, por isso mesmo, era mais fácil explorá-las. Por esse motivo, as jazidas se esgotaram rapidamente e a mineração entrou em decadência.

Em 1765, o Marquês de Pombal, ministro português, determinou a cobrança de impostos atrasados. Esta cobrança, denominada "derrama", era feita com muita violência pelas autoridades portuguesas.

EXTRAÇÃO DE DIAMANTES

O Brasil foi o primeiro grande produtor moderno de diamantes. Os primeiros achados foram na região do Arraial do Tijuco, depois Distrito Diamantino (subordinado diretamente a Portugal) e atual cidade de Diamantina situada em Minas Gerais.

CONSEQUÊNCIAS

A atividade mineradora ocasionou muitas transformações para a Colônia (Brasil) e trouxe consequências (internas e externas) no plano político, social e econômico.

PODEMOS ALINHAR COMO CONSEQUÊNCIA DA MINERAÇÃO:

- O surgimento das inúmeras povoações (núcleos urbanos) no interior: as "Vilas do Sertão";
- O controle direto do sistema de produção mineral pela Coroa, para assegurar grandes núcleos na exploração das minas;
- Surgimento de reações contra a política fiscal (Revolta de Vila Rica e Inconfidência Mineira);

- A transferência da capital em 1763, da Bahia (Salvador) para o Rio de Janeiro, que tornar-se-á o principal centro urbano da Colônia;
- A sociedade torna-se mais complexa, surgindo atividades de trabalho livre como artesão, comerciantes, militares e funcionários;
- Progresso cultural com o aparecimento do estilo barroco nas igrejas de Minas Gerais e os trabalhos esculpidos por "Aleijadinho";
- Deslocamento do eixo econômico do Nordeste açucareiro (em crise) para a área mineradora (Centro-Sul);
- A Guerra dos Emboabas (1707-1709), que foi uma luta entre paulistas (descobridores das minas) e os forasteiros;
- Um rápido crescimento demográfico. O número de habitantes do Brasil aumentou consideravelmente, tendo em vista o afluxo de pessoas provenientes de várias partes do mundo, em busca de riquezas minerais;
- Surgimento do mercado interno por causa do desenvolvimento do comércio;
- Ocupação de todo o centro do continente sul-americano pela colonização portuguesa;
- Criação das Capitânicas de Minas Gerais (1720), Goiás (1744) e Mato Grosso (1748);
- Abertura das primeiras estradas entre o interior "sertão" e o litoral;
- Desenvolvimento da pecuária.

CONSEQUÊNCIAS EXTERNAS DA MINERAÇÃO

A principal consequência da produção mineradora do Brasil, no plano externo foi a forte concentração de capital na Inglaterra, que possibilitou a Revolução Industrial. Outros produtos: fumo, algodão e "drogas do sertão".

Cultivo do algodão: Inicialmente utilizado para a produção de vestimentas de pobres escravos, atingiu apogeu no século XVIII com o desenvolvimento da indústria têxtil, durante a Revolução Industrial. Teve grande produção no Maranhão e Pernambuco.

Cultivo do fumo: O fumo (tabaco) era cultivado no litoral da Bahia (Recôncavo), de Sergipe e Alagoas, tendo-se constituído num comércio complementar e dependente ao do açúcar pois servia para a troca (escambo) de escravos da África.

EXTRAÇÃO DAS "DROGAS DO SERTÃO"

"Drogas do Sertão" eram assim chamados os produtos extraídos da exuberante Floresta Amazônica, Pará e Maranhão.

Na extração das "drogas do sertão" foi empregada a mão de obra indígena.

"Droguistas do Sertão" eram expedições que penetravam no Vale Amazônico à procura destes produtos.

"Tropas de Resgate" eram expedições militares que iam escravizar índios na Amazônia para trabalhar nas fazendas do Maranhão e Pará.

AULA 05 - A SOCIEDADE COLONIAL

Basicamente três grupos étnicos entraram na formação da sociedade colonial: o indígena, o europeu (português) e o negro africano.

Desde o início da colonização mesclaram-se os grupos étnicos, através da miscigenação racial, originando-se vários tipos de mestiços:

- Do branco com o negro = mulato
- Do branco com o índio = mameluco (caboclo)
- Do negro com o índio = cafuzo

As condições históricas da colonização criaram formas de convivência e adaptação entre as raças formadoras da etnia brasileira. Os índios sempre que conseguiram, optaram pelo isolamento. Já o convívio entre portugueses e africanos obedecia às regras do sistema escravista aqui implantado, resultando em maior aproximação e em verdadeira promiscuidade.

A SOCIEDADE COLONIAL

Nos séculos XVI e XVII a sociedade colonial brasileira era basicamente rural (agrária), patriarcal e escravista, onde a atividade econômica predominante era a agricultura (cana-de-açúcar e tabaco).

Esta sociedade era rigidamente estratificada: no vértice da pirâmide estavam os grandes proprietários rurais ("senhores-de-engenho"), que formavam uma aristocracia rural; na base havia um contingente numeroso de escravos e dependentes.

No século XVIII, com a mineração, a sociedade tornou-se mais democratizada, possibilitando uma maior mobilidade social. Isto porque na área mineradora, em processo de urbanização a posição social do indivíduo dependia apenas da quantidade de dinheiro que possuía.

AS PRINCIPAIS NAÇÕES INDÍGENAS

Usando-se critérios lingüísticos, podemos dividir os índios do Brasil em quatro nações:

- Caraíbas - encontrados no norte da bacia Amazônica;
- Nuaruaques - encontrados na bacia Amazônica, até os Andes;
- Jês ou Tapuias - encontrados no Planalto Central brasileiro;
- Tupis - encontrados por toda a costa atlântica e algumas áreas do interior.

A maior parte dos indígenas que habitavam o litoral do Brasil na época do descobrimento pertencia ao grupo lingüístico tupi.

O indígena brasileiro encontrado pelos portugueses vivia num regime de comunidade primitiva, ou seja, uma forma de organização social onde a ausência da propriedade privada dos meios de produção resulta numa economia comunitária, onde não existiam classes sociais.

CONTRIBUIÇÕES

Os índios deram importante contribuição para os costumes, cultura e a formação do povo brasileiro. Dentre essas contribuições, podemos destacar:

- Uso da rede para dormir, tão comum nas regiões Norte e Nordeste;

- Utilização do milho, da mandioca, do guaraná, etc;
- Técnicas da coivara, ou queimada das roças antes de fazer novo plantio.
- Diversos vocabulários falados no idioma.

A ESCRAVIDÃO E O EXTERMÍNIO INDÍGENA

Na época do descobrimento, a população indígena do Brasil era de mais de um milhão de pessoas. Atualmente, está reduzida a menos de cem mil.

Os primeiros contatos entre brancos e índios foram amigáveis. Mais tarde, quando teve início a exploração agrícola, os índios passaram a ser um obstáculo para os colonizadores, que precisavam de suas terras e de seu trabalho. Assim, os indígenas começaram a ser obrigados ao trabalho da lavoura.

Muitos índios foram massacrados ou escravizados pelo colonizador, que lhes roubava a terra e atacava suas mulheres.

A escravidão dos indígenas acontecia principalmente nas áreas mais pobres, onde havia poucos recursos para a compra de escravos negros. O maior exemplo disso foi a Capitania de São Vicente (São Paulo), nos séculos XVI e XVII; de lá partiam as bandeiras do ciclo do apresamento indígena, que promoviam verdadeiras guerras de extermínio.

O NEGRO DO BRASIL

Os negros foram introduzidos no Brasil a fim de atender às necessidades de mão-de-obra e às atividades mercantis (tráfico negreiro).

O comércio de escravos africanos para o Brasil teve início nos primeiros tempos da colonização.

Na África os negros eram trocados por aguardentes de cana, fumo, facões, tecidos, espelhos, etc.

Os africanos que vieram para o Brasil pertenciam a uma grande variedade de etnias. De modo geral, podemos classificar os negros entrados no Brasil em três grandes grupos:

- Sudaneses - oriundos da Nigéria, Daomé, Costa do Ouro. Compreendia os iorubas, jejês, minas, fanti-ashanti e outros. Localizados inicialmente na Bahia, depois se espalharam pelas regiões vizinhas.
- Bantos - divididos em dois grupos: Congo-angolanos e moçambiques. Os bantos foram traduzidos para o Rio de Janeiro, Maranhão e Pernambuco.
- Malês - eram os sudaneses islamizados.

Os negros possuíam religião politeísta e suas crenças mesclaram-se ao cristianismo (sincretismo religioso).

A escravidão negra no Brasil não foi apenas uma questão de preferência do negro ao índio, mas sim uma questão de interesse da burguesia e do governo português, que já se enriqueciam com o tráfico negreiro antes da descoberta do Brasil.

Aprisionados ou trocados, os negros eram trazidos para o Brasil nos porões dos navios negreiros (tumboiros). Durante a viagem, morriam cerca de 40% dos traficados.

Marcados com ferro em brasa, os negros eram embarcados em Angola, Moçambique e Guiné e desembarcados em Recife, Salvador e Rio de Janeiro.

O negro entrou na sociedade colonial brasileira como cultura dominada; as marcas da escravidão persistem até os dias de hoje.

AS CONTRIBUIÇÕES DOS NEGROS PARA BRASIL

O negro deu importantes contribuições para a cultura e para a formação do povo brasileiro, podendo citar-se:

- Diversos vocábulos falados no idioma;
- Hábitos alimentares, principalmente da culinária baiana;
- Instrumentos musicais, como tambores, atabaques, flautas, marimbas, cuícas e berimbaus;
- Ritmo musical das canções populares brasileiras, como o samba;
- Danças, como o cateretê, o jongo, etc. (folclore).

O negro deixou marcas profundas na própria composição física do povo brasileiro.

Apesar de muito se dizer ao contrário, os negros reagiram à opressão branca e iniciaram, no Brasil, os primeiros movimentos para a sua libertação, formando os quilombos.

O mais importante dos quilombos foi Palmares. Localizava-se no atual Estado de Alagoas e durou aproximadamente 70 anos.

Como Palmares significava a liberdade e, portanto, era uma atração constante para novas fugas de escravos, tinha de ser destruído pelos senhores prejudicados pela existência dessa rebeldia negra.

Palmares foi destruído em 1694, pelo bandeirante Domingos Jorge Velho, contratado pelos senhores de engenho.

Em 1695, foi assassinado Zumbi, o maior líder negro da História do Brasil. Sua cabeça foi exposta em Pernambuco, acabando com a lenda da sua imortalidade.

06 - ATAQUES AO LITORAL BRASILEIRO

OS FRANCESES NO RIO DE JANEIRO (SÉCULO XVI)

Em 1555, durante o governo de Duarte da Costa, houve a invasão francesa na Baía de Guanabara. A expedição, apoiada pelo Almirante Coligny, era comandada por Nicolau Durand Villegaignon e tinha por objetivo estabelecer a França Antártica, colônia para os protestantes (huguenotes) que estavam sendo perseguidos na França.

A expulsão dos franceses ocorreu após os combates de Uruçumirim e Paranapuã, no governo de Mem de Sá (1565), graças a Estácio de Sá e à atuação dos padres jesuítas José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, responsáveis pela pacificação dos índios revoltados ("Confederação dos Tamoios"), chefiados por Cunhanbebe.

Em 1594, Jacques Riffault e Chales des Vaux estiveram no Maranhão. O último levou informações à França sobre a possibilidade de fundar uma colônia naquela região.

Em 1612, chegou ao Maranhão uma expedição chefiada por Daniel de La Touche, que fundou a cidade de São Luís (atual capital do Maranhão), cujo objetivo era fundar uma colônia ("França Equinocial"). A

expulsão dos franceses foi conseguida graças ao mameluco Jerônimo de Albuquerque e Alexandre de Moura, entre 1614/1615.

OS FRANCESES NO RIO DE JANEIRO (SÉCULO XVIII)

Em 1710 a cidade do Rio de Janeiro, na época, grande centro produtor de açúcar, foi atacada pela esquadra de Jean François Duclerc. Este foi derrotado, aprisionado e depois misteriosamente assassinado em 1711 chegou a 2ª esquadra chefiada por Duguai Trouin que exigiu a rendição do governador do Rio de Janeiro Francisco de Castro Morais e só se retirou mediante recebimento de elevado resgate.

ATAQUES INGLESES

Durante a União Ibérica, corsário e piratas fizeram incursões em diversos pontos de nosso litoral, como:

- Edward Fenton atacou Santos (1583), sendo repellido;
- Robert Withrington entrou na Baía de Todos os Santos e saqueou o Recôncavo (1587);
- Thomas Cavendish atacou Santos e São Vicente (1591);
- Jaime Lancaster, com os piratas franceses Venner e Noyer, atacou Recife e Olinda (1595), saqueando a primeira;
- presença inglesa no Grão-Pará, com fundação de fortins na Amazônia: Jaime Purcell (1621) e Rogério North (1631).

UNIÃO IBÉRICA

Chamamos de União Ibérica ou União das Monarquias Ibéricas, o período que vai de 1580 a 1640, quando Portugal e suas colônias passaram para o domínio da Espanha.

Isto aconteceu devido à questão da sucessão dinástica em Portugal. Depois de D. João III ("O Colonizador") reinou, em Portugal, seu neto D. Sebastião. Mas este morreu na batalha de Alcácer-Quibir (1578), na África combatendo os muçulmanos ("cruzadismo português"). É sucedido pelo seu tio-avô, o velho Cardeal D. Henrique, que reinou apenas dois anos, pois morreu em 1580. Ao falecer, surgiu a questão da sucessão dinástica: o cardeal D. Henrique não possuía filho e seu parente mais próximo era Felipe II, rei da Espanha, da dinastia dos Habsburgos, que se impõe como herdeiro legítimo e passa a governar Portugal e todas as suas colônias, inclusive o Brasil.

CONSEQUÊNCIAS DA UNIÃO IBÉRICA (1580 - 1640)

- A ruptura prática da linha de Tordesilhas;
- O Brasil começou a sofrer investidas dos maiores adversários da Espanha: Inglaterra, França e Holanda;
- A aplicação das Ordenações Filipinas;
- Em 1621, o Brasil foi dividido em dois Estados: Estado do Maranhão, com capital em São Luís e depois Belém;
- Estado do Brasil (do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul), tendo como capital Salvador;

- As invasões holandesas no Nordeste brasileiro, devido à guerra entre Espanha e Holanda;
- Criação do Conselho das Índias (1604), para fortalecer a fiscalização das colônias;
- A decadência econômica e política do reino lusitano, que passa a depender, cada vez mais, da Inglaterra.

O povo português ficou revoltado, nada podendo fazer para evitar que Felipe II subornasse as autoridades do Reino, até o momento em que as Cortes o aclamaram Rei de Portugal, com o nome de Felipe I.

AS INVASÕES HOLANDESAS (A guerra do Açúcar)

Antecedentes. O país que hoje chamamos Holanda, pertencia à Espanha até 1579, ano em que os holandeses iniciaram a sua Guerra de Independência.

A Espanha não reconheceu a independência da Holanda e a guerra entre os dois países prosseguiu até 1648.

Devido a esta guerra, a Espanha proibiu suas colônias de fazerem comércio com os holandeses.

AS INVASÕES HOLANDESAS (1624 - 1630)

As invasões holandesas ou "Guerra do Açúcar" no Nordeste têm como causas:

- A União Ibérica (1580/ 1640);
- A proibição do rei Felipe II, ordenado que os portos de todas as colônias fossem fechados aos navios da Holanda;
- O interesse dos holandeses em ocupar a Zona da Mata nordestina para restabelecer o comércio açucareiro que lhes proporcionava grandes lucros.

A Companhia de Comércio das Índias Ocidentais (1621), que recebeu o monopólio do Comércio do Atlântico, foi criada com o objetivo de ocupar o Nordeste Açucareiro. Bahia e Pernambuco, as Capitânicas que mais produziam açúcar na época colonial, foram atacadas pelos holandeses.

INVASÃO DA BAHIA (1624 - 1625)

Na primeira invasão (1624), os holandeses eram chefiados por Jacob Willekens e Johan Van Dorth. O Governador do Brasil era Diogo de Mendonça Furtado, que foi preso de "armas na mão"; os invasores ocuparam a cidade de Salvador, sede do Governo Geral.

A defesa ficou a cargo do Bispo D. Marcos Teixeira, que criou uma companhia de emboscadas ("Milícia dos Descalços").

A expulsão dos holandeses ocorreu em 1625, graças à expedição luso-espanhola ("Jornal dos Vassalos"), comandada por D. Fradique de Toledo Osório. Os holandeses cercados pela esquadra no porto de Salvador, capitularam e retornaram para a Europa.

INVASÃO EM PERNAMBUCO (1630 - 1654)

A segunda invasão holandesa ocorreu em Pernambuco, ("Zuickerland" = terra do açúcar) em 1630, sob o comando de Hendrick Coenelzoon Lonck; o desembarque ocorreu em Pau Amarelo.

A resistência foi organizada por Matias de Albuquerque, governador de Pernambuco, que fundou o Arraial do Bom Jesus.

Em 1631 ocorreu a batalha dos Abrolhos entre a esquadra de D. Antônio de Oquendo (espanhola) e a esquadra do Almirante holandês Jansen Pater. Em 1632 ocorreu a deserção de Domingos Fernandes Calabar, contribuindo decisivamente para que os holandeses se fixassem no Nordeste.

Os holandeses ocuparam novos territórios (Itamaracá, Rio Grande do Norte, Paraíba) e tomaram o Arraial do Bom Jesus. Em Porto Calvo, Calabar foi preso e enforcado. Matias de Albuquerque foi substituído por D. Luís de Rojas e Borba, que depois morreu no combate de Mata Redonda frente aos holandeses; seu substituto foi o Conde Bagnoli.

Para governar o "Brasil Holandês", foi nomeado o Conde Maurício de Nassau, que além de estender o domínio holandês (do Maranhão até Sergipe, no rio São Francisco) realizou uma excelente administração:

- Fez uma política de aproximação com os senhores-de-engenho;
- Incrementou a produção açucareira;
- Concedeu tolerância religiosa;
- Trouxe artistas e cientistas como Franz Post (pintor), Jorge Markgraf (botânico), Pieter Post;
- (arquiteto), nomes ligados ao movimento renascentista flamengo;
- Promoveu o embelezamento da cidade de Recife, onde surgiu a "mauricéia", na ilha de Antônio Vaz.

Denominou-se "Insurreição Pernambucana" (1645 - 1654) o movimento de reação ao domínio holandês no Nordeste, após a retirada do Conde Maurício de Nassau. Os principais nomes foram o índio Poti (Felipe Camarão), o negro Henrique Dias, o português João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros. Os insurgentes adotaram como lema "Deus e Liberdade" e fundaram o Arraial Novo do Bom Jesus.

Os "independentes" conseguiram derrotar os holandeses nas batalhas do Monte das Toboças (1645) e dos Guararapes (1ª 1648, 2ª 1649). A rendição ocorreu na Campina da Taborda (1654). Contudo, as guerras holandesas só se encerraram com a assinatura do Tratado de Haia (1661) entre Portugal e Holanda. A integração entre brasileiros, portugueses, brancos, negros e mestiços, que lutaram juntos pela defesa do Brasil, contribuiu para desenvolver o sentimento de brasilidade, ou seja, o sentimento nativista.

DIVERSOS FATOS ESTÃO RELACIONADOS COM A CAPITULAÇÃO DOS HOLANDESES DO BRASIL:

- A restauração de Portugal (fim do domínio espanhol), devido a aclamação do Duque de Bragança com o título de D. João IV, motivou um levante no Maranhão, culminando com a expulsão dos holandeses daquela região;
- O Ato de Navegação (1651) decretado por Cromwell, da Inglaterra, que enfraqueceu o poderio marítimo holandês;
- A criação da Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649), a conselho do Padre Vieira, para fazer

concorrência à Companhia das Índias Ocidentais (holandesa);

- A política de intolerância dos sucessores de Nassau fez unir os senhores-de-engenho (aristocracia rural) que haviam se acomodado com a situação.

Expulsos do Brasil, os holandeses passaram a produzir açúcar na região das Antilhas, fazendo concorrência ao açúcar produzido no Brasil. Isto contribuiu decisivamente para o declínio (diminuição) da produção açucareira nordestina, que entrou em crise. Esta crise que o Brasil e Portugal atravessavam foi superada com a descoberta das riquezas minerais (ouro, diamante e pedras preciosas), no século XVIII.

Após a expulsão dos holandeses (Paz de Haia, em 1661), Portugal passou a sofrer maior influência da Inglaterra (Tratado de Methuen).

AULA 07 - A EXPANSÃO TERRITORIAL

"Os portugueses andavam como caranguejos, arranhando o litoral". (Frei Vicente Salvador).

CONQUISTAS DO NORTE E NORDESTE

Na Paraíba as primeiras tentativas foram feitas, sem êxito, por Frutuoso Barbosa. Mais tarde, ele e Felipe de Moura com uma expedição por terra e Diogo Flores Valdés, chefiando uma expedição marítima, fundaram o Forte de São Felipe, depois abandonado por causa dos ataques dos índios potiguares.

A conquista da Paraíba foi efetivada por Martim Leitão, que se aliou ao chefe indígena Piragibe, surgindo a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves (1584), depois chamada de Paraíba, atual João Pessoa.

- A conquista de Sergipe foi efetuada por Cristóvão de Barros, em 1590, que derrotou os índios chefiados por Boiabebe e fundou São Cristóvão.
- Manuel Mascarenhas Homem conquistou o Rio Grande do Norte, com auxílio de Feliciano Coelho e Jerônimo de Albuquerque.
- Em 1597, foi fundado o Forte dos Reis Magos, que a partir de 1599, passou a se chamar Natal.
- Pero Coelho de Souza tentou, sem êxito, através de duas investidas, ocupar o Ceará. Os padres jesuítas Francisco Pinto e Luiz Figueira também não conseguiram.
- A ocupação do Ceará foi realizada por Martim Soares Moreno, ajudado pelo índio Jacaúna.
- Fundou o Forte de Nossa Senhora do Amparo (1613) que deu origem à atual cidade de Fortaleza.
- O Maranhão foi conquistado por Alexandre de Moura e o mameluco Jerônimo de Albuquerque (1615), do interior para o litoral, graças à atividade pastoril.
- A conquista do Pará foi efetuada por Francisco Caldeira Castelo Branco, que fundou o forte Presépio, origem da cidade de Belém (1616).
- O povoamento do Piauí foi feito do interior para o litoral, graças à criação de gado bovino. Os irmãos Domingos Afonso Mafrense ("O Sertão") e Julião Afonso Serra, reideiros da Casa da Torre (de Garcia D'Ávila), fundaram a Vila Mocha, depois Oeiras, antiga capital de Piauí (1674).

- A conquista do Vale Amazônico foi realizada pelo Capitão Pedro Teixeira (1637 - 1639), que subiu o rio Amazonas (de Belém até Quito), tomando posse desta imensa região, em nome do rei de Portugal.

Importante: *Só com a expulsão dos franceses da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará e do Maranhão foi possível completar a ocupação da Região Nordeste.*

OCUPAÇÃO DO INTERIOR

As quatro bases econômicas da ocupação do sertão foram: a criação de gado, caça ao gentio, a atividade mineradora e a extração de especiarias, produtos silvestres e plantas medicinais ("drogas do sertão").

O elemento humano que realizou a expansão territorial do Brasil era representado pelos criadores de gado (boiadeiros), pelos padres missionários no seu trabalho de catequese, pelos extradistas e bandeirantes, cuja atuação foi de fundamental importância e cujos motivos de ação foram múltiplos e variados: expedições militares, apresamento de indígenas, descoberta de ouro e pedras preciosas.

O caminho dos que partiam de Pernambuco em demanda (direção) do sertão foi o Rio São Francisco, conhecido como "Rio da Unidade Nacional" e "Rio do Currais", devido à existência de grandes e numerosas fazendas de gado em suas margens.

No Sul, onde tiveram início as primeiras expedições pelo interior, os meios de penetração do sertão foram os Rios Paraná, Tietê e Paraíba do Sul.

A OCUPAÇÃO DA PLANÍCIE AMAZÔNICA

O povoamento do Vale Amazônico amoldou-se às contingências da coleta dos produtos extrativos, sobretudo vegetais ("drogas do sertão"), na considerável dispersão amazônica, onde os cursos d'água serviam como único pólo forte e estável de atração do povoamento. Nesta atividade extrativa o índio era insubstituível, pois sem ele "não se dava um passo".

A escravização dos silvícolas pelos colonos, no Maranhão, deu origem a conflitos com os padres jesuítas a organização da produção também reflete as condições em que ela se realiza: não tem por base a propriedade da terra (fundiária), como na agricultura e na mineração. A exploração realiza-se indiferentemente na imensa floresta aberta a todos e faz-se de maneira esporádica, coincidindo com as épocas próprias da coleta.

Colonização do Vale Amazônico: Diversos fatores contribuíram para a ocupação do Vale Amazônico: a extensa rede hidrográfica, a fundação de diversas missões religiosas, a presença dos droguistas do sertão e das tropas de resgates.

A rede hidrográfica: A Bacia Amazônica é a maior bacia fluvial do globo. Essa imensa rede hidrográfica é comandada pelo Rio Amazonas, o segundo do mundo pela extensão e pelos inúmeros afluentes, alguns dos quais estão incluídos entre os mais extensos rios da Terra: Madeira, Juruá, Tapajós, Xingu, etc. Os cursos fluviais, por serem inteiramente navegáveis, contribuíram sobremaneira para a ocupação da Amazônica.

OCUPAÇÃO E POVOAMENTO DO CENTRO-SUL (SÉCULO XVIII)

O Centro-Sul compreendia as atuais Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Sua ocupação se processou através do extrativismo mineral e pelo movimento das "entradas e bandeiras".

A atividade responsável pela ocupação e povoamento do Centro-Sul, especialmente das atuais regiões de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, foi a mineração.

OCUPAÇÃO DO EXTREMO SUL

O Extremo Sul foi a última região incorporada ao território brasileiro. Isto ocorreu só no final do século XVIII.

O meio geográfico: A parte meridional do Brasil apresenta uma individualidade em relação às demais regiões: está totalmente dentro do clima temperado (subtropical), possui uma vegetação de fácil penetração, com uma planície (Pampa ou Campanha Gaúcha) coberta por campos limpos, apresentando pequenas ondulações ("coxilhas").

A ocupação da extremidade sul do Brasil foi essencialmente militar. O tipo de povoamento baseou-se na colonização e imigração. O regime da posse da terra era a grande propriedade.

Em 1737, povoadores militares ocuparam o Rio Grande do Sul fundando o Forte (presídio) Jesus-Maria-José, do qual se originou a atual cidade do Rio Grande.

EXPANSÃO BANDEIRANTE

Constituem movimentos de expansão territorial, responsáveis pela atual configuração geográfica do Brasil.

As entradas eram expedições organizadas pela iniciativa oficial (governo), prevaleceram no século XVI e normalmente respeitavam a linha de Tordesilhas. As entradas de Aleixo Garcia e Pedro Teixeira constituem exceções.

As bandeiras geralmente organizadas graças à iniciativa particular, eram expedições que:

- Ultrapassavam a linha do Meridiano de Tordesilhas;
- Contribuíram para aumentar consideravelmente o território brasileiro;
- Partiam, quase todas de São Vicente (São Paulo);
- Utilizavam os rios Tietê, Paraná, São Francisco e os afluentes meridionais do Amazonas;
- Aprisionavam índios em massa;
- Começaram no século XVI e atingiram apogeu nos séculos XVII e XVIII;
- Tiveram a participação ativa dos paulistas.

Entradas pioneiras: Em 1504, Américo Vesúpcio organizou uma entrada em Cabo Frio (RJ). Depois Martim Afonso de Souza organizou três outras: no Rio de Janeiro (Francisco Chaves), em Cananéia (SP) e na região do rio da Prata (Pero Lopes de Souza).

Ciclo das entradas: Além das entradas pioneiras, temos o ciclo baiano, sergipano, cearense, espírito-santense e amazônico. Os integrantes do Ciclo baiano são: Francisco Bruza Espinosa, o padre Azpilcueta Navarro, Antônio Dias Navarro e Gabriel Soares de Souza. Pero Coelho de Souza e os padres jesuítas Francisco Pinto e Luiz Figueira destacaram-se no Ciclo Cearense. Marcos de Azevedo pertence ao ciclo espírito-santense; o capitão Teixeira está ligado ao ciclo amazônico.

Ciclo das bandeiras: As bandeiras paulistas abrangem três fases: ciclo do ouro de lavagem, ciclo da caça ao índio (bandeirismo de apresamento) e grande ciclo do ouro.

Estas bandeiras, além de procurar riquezas minerais escravizavam índios e combatiam os negros que haviam fugido das fazendas.

Ciclo do ouro de lavagem: Fernão Dias Paes ("Caçador de Esmeraldas"), foi o mais famoso bandeirante do ciclo do ouro de lavagem. Outros nomes deste ciclo: Brás Cubas, Luis Martins, André Leão, Garcia Rodrigues Paes, Heliodoro Eobanos e Jerônimo Leitão. O romance "Caçador de Esmeraldas", escrito por Olavo Bilac, descreve a bandeira chefiada por Fernão Dias Paes, nos sertões de Minas Gerais.

Ciclo da caça do índio: Antônio Raposo Tavares foi o bandeirante que mais se destacou na caça ao gentio (indígena). Ele destruiu as províncias missionárias jesuítas (missões ou reduções) de Guairá (no Paraná), Tape e Uruguai (no Rio grande do Sul) e Itatim (em Mato Grosso), aprisionando milhares de índios. Depois de atravessar Mato Grosso, entrou na Bolívia, atravessou a Cordilheira dos Andes, foi até o oceano Pacífico, regressou ao litoral Atlântico pelo Rio Amazonas e voltou a São Paulo pela zona costeira (1648-1651) - (1º Périplo Brasileiro).

Os irmãos Pretos (Manuel e Sebastião) foram os primeiros a fazer uma investida contra uma província inaciana. Eles atacaram as reduções jesuítas de Guairá (1628 - 1630), Tape e Uruguai, habitadas por cerca de 200.000 indígenas.

Domingos Jorge Velho foi o bandeirante paulista contratado para destruir o Quilombo dos Palmares (1694), localizado em Alagoas.

Após extinguir aquele agrupamento de negros fugitivos, ocupou o interior de Piauí, exterminando os indígenas ("Guerra dos Cariris" ou "Guerra dos Bárbaros"), possibilitando a montagem de 39 estâncias de gados na região.

Bartolomeu Bueno da Silva (pai), chamado pelos índios de "Anhanguera", devassou os sertões de Goiás.

Grande ciclo do ouro e diamante: Antônio Rodrigues Arzão descobriu as primeiras minas de ouro, em 1693, no rio Casca (Cataguases) em Minas; Manuel Borba Gato descobriu as Minas de Sabará (Minas Gerais), em 1700; Bernardo da Fonseca Lobo descobriu diamantes em Diamantina (antes Arraial do Tijuco e Distrito Diamantino) - Minas Gerais, em 1729; Bartolomeu Bueno da Silva Júnior (filho), 2º "Anhanguera", encontrou ouro onde surgiu Vila Boa, hoje cidade de Goiás;

Pascoal Moreira Cabral descobriu ouro em Coxipó-Mirim (Mato Grosso), em 1719.

Monções: Foram expedições fluviais, que saíram de São Paulo (Porto Feliz), em direção a Mato Grosso e Goiás, como consequência do movimento bandeirista.

AULA 08 - OS TRATADOS DE LIMITES E AS GUERRAS NO SUL

ANTECEDENTES

- O Tratado de Tordesilhas, na realidade jamais demarcado, nunca foi respeitado. A identificação dos limites dos domínios portugueses e espanhóis na América do Sul agravou-se após a União Ibérica;
- A ocupação portuguesa no Sul (política expansionista realizada pelos bandeirantes) chocou-se com os interesses espanhóis no Rio da Prata, que tinha em Buenos Aires seu centro mais importante;
- A cobiça dos portugueses (aliados dos ingleses) pela área do Prata é comprovada pela fundação da Colônia do Sacramento em 1680, defronte a Buenos Aires, centro da disputa entre espanhóis e portugueses;
- O interesse inglês em dominar o mercado platino após a Restauração portuguesa (1640). A Inglaterra pressionará para a ocupação, pelos portugueses, da saída do Rio da Prata;
- O contrabando, facilitado pela presença da Colônia do Sacramento provocou intensos choques entre portugueses e espanhóis, levando-os a assinarem diversos tratados a respeito da região.

OCUPAÇÃO DO EXTREMO SUL

Abandonada por longo tempo, só no final do século XVII esta região, cujas pastagens são as melhores do país, teve o estabelecimento de várias missões jesuítas espanholas: Santo Ângelo, São Borja, São Miguel, São Lourenço, São João Batista, São Nicolau e São Luís Gonzaga, que foram os Sete Povos das Missões, do rio Uruguai.

Em 1680, uma expedição chefiada por D. Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro, fundou a Colônia do Sacramento na margem esquerda do Rio da Prata, foco de grande disputa entre Portugal e Espanha, na região Platina.

A fundação da Colônia de Sacramento, pelos portugueses, motivou a reação dos espanhóis e os choques militares no sul tornaram-se frequentes.

O forte presídio Jesus-Maria-José, atual cidade do Rio Grande (RS), foi fundado pelo Brigadeiro José da Silva Pais, que chefiava uma expedição para combater os espanhóis.

TRATADOS DE LIMITES

Após a vigência da União Ibérica, foram assinados diversos tratados de limites que envolviam regiões ao sul da América tais como: Lisboa, 1º de Utrecht, 2º de Utrecht, Madri, El Pardo, Santo Idelfonso e Badajós.

TRATADOS DE LISBOA (1681)

Foi motivado pela anexação espanhola da Colônia do Sacramento. Portugal, apoiado pela Inglaterra, obteve a devolução da Colônia (1681).

1º TRATADO DE UTRECHT (1713)

O 1º Tratado de Utrecht foi firmado entre a França (Luís XIV) e Portugal (D. João V). Estabeleceu os limites entre o Brasil e a Guiana Francesa, assegurando o nosso domínio sobre o Amapá (ou a Terra do Cabo Norte), tendo como base o rio Oiapoque (Vicente Pinzón).

2º TRATADO DE UTRECHT (1715)

Foi firmado entre Portugal e Espanha. A Colônia do Sacramento era devolvida pela segunda vez a Portugal, porque os espanhóis haviam atacado e retomado aquela Colônia. Os colonos espanhóis protestaram contra a devolução e fundam Montevideú, junto à Colônia do Sacramento, provocando novos choques na região.

TRATADO DE MADRI (1750)

Foi o mais importante dos Tratados de limites assinados entre portugueses e espanhóis. Estabeleceu a troca da Colônia do Sacramento, que passaria para Espanha.

O brasileiro Alexandre de Gusmão ("Avô dos Diplomatas brasileiros") defendeu o princípio do "Uti Possidetis" (direito de posse), ou seja estabeleceu que cada uma das nações ficaria com os territórios que já estivessem em seu poder.

Este princípio, aceito pela Espanha, beneficiou Portugal que havia ocupado as terras a oeste do Meridiano de Tordesilhas, graças à expansão territorial feita pelos bandeirantes, durante o período da União Ibérica (1580 - 1640), completada pelos criadores de gado e padres missionários.

O Tratado de Madri é importante porque dava ao Brasil (salvo pequenas modificações, como a compra do Acre em 1903), aproximadamente, a sua atual configuração geográfica.

Os padres jesuítas espanhóis, juntamente com os comerciantes da região não se conformaram com as decisões do Tratado de passar a região dos Sete Povos das Missões para o domínio português: instigaram os índios a uma luta, ocasionando a "Guerra Guaranítica".

Como o tratado não foi cumprido, porque os demarcadores suspenderam os trabalhos, a Colônia do Sacramento permaneceu com Portugal.

GUERRA DE EL PARDO (1761)

Anulou o de Madri, porque os índios dos Sete Povos das Missões revoltaram-se ("Guerra Guaranítica") e Portugal recusou-se a entregar a Colônia do Sacramento.

TRATADO DE SANTO IDELFONSO (1777)

Em conseqüência da Guerra dos Sete Anos, na Europa, surgiram hostilidades na América. D. Pedro de Cevallos, governador de Buenos Aires, atacou e ocupou a Colônia do Sacramento em 1762, tendo sido devolvida no ano seguinte. Posteriormente, os espanhóis se apossaram de Santa Catarina e, pela quinta vez, da Colônia do Sacramento.

O Tratado reconheceu o princípio do "Uti possidetis"(direito de posse) e restabeleceu, em linhas gerais, o Tratado de Madri. Contudo, Portugal cedia a

Colônia do Sacramento, os Sete Povos das Missões e parte do Rio Grande; a Espanha devolvia a Ilha de Santa Catarina.

TRATADO DE BADAJÓS (1801)

As guerras napoleônicas levaram a Espanha a lutar contra Portugal.

O Tratado de Badajós pôs fim à Guerra e determinou que a Colônia do Sacramento passaria para a Espanha. Como não mencionasse os Sete Povos e parte do Rio Grande, permitiu assim que Portugal ficasse na posse dos territórios conquistados (Rio Grande de São Pedro).

AULA 09 – ADMINISTRAÇÃO POMBALINA

Após a restauração portuguesa (1640), o primeiro rei da Dinastia de Bragança (D. João IV) dedicou a maior atenção à política administrativa da Colônia, tomando medidas visando defesa, povoamento, melhoria das comunicações e organização da justiça.

A administração tornou-se mais rígida, sendo criado o Conselho Ultramarino (1642), visando a centralizar toda a administração colonial. Ao contrário do que acontecera até meados do século XVII, as Câmaras Municipais, antes tão poderosas, tiveram seus poderes restringidos.

Os juízes ordinários, eleitos pelos colonos que tinham direito a voto, foram substituídos pelos Juizes de Fora, nomeados pelo rei.

Surgiram Companhias de Comércio privilegiadas, que tinham monopólios de certos produtos em determinadas regiões.

PORTUGAL E AS REFORMAS POMBALINAS

Procurando ampliar e consolidar os poderes do Estado nas mãos da coroa, o ministro português entrou em choque com a nobreza e com a Igreja, detentores de privilégios seculares e outras vantagens, típicas da sociedade do Antigo Regime. Após submetê-los, abriu espaço para a participação de membros da burguesia no governo, que procurou dirigir dentro dos preceitos do racionalismo. Modernizando a máquina do Estado, melhorou o sistema de arrecadação, recuperando as finanças do reino.

No plano econômico, estimulou a recuperação das **manufaturas nacionais** em crise desde o século anterior, devido a concorrência dos produtos ingleses. Com relação à **produção vinícola**, um dos principais produtos de exportação de Portugal, fortaleceu a viticultura em pequenas propriedades e criou a **Companhia das Vinhas do Alto Douro**, procurando aumentar a produção e a exportação do vinho. Fomentando, também, a produção agrícola da colônia, Pombal pretendia subtrair Portugal à dominação inglesa que se iniciara no século XVIII.

OS CONFLITOS COM A IGREJA

A Igreja Católica preponderava em Portugal, desde o nascimento do Estado português, no século XIV. A Inquisição e a ação das ordens religiosas, principalmente a **jesuíta**, dona de um grande patrimônio em bens e

propriedades na metrópole e nas colônias e detentora do monopólio da educação no mundo português, fortaleciam a posição da Igreja, permitindo-lhe as constantes interferências em assuntos de Estado.

A escalada de Pombal, marcada pelo **anti-clericalismo**, típico do Iluminismo, teve início com a expulsão dos jesuítas de Portugal e seus domínios, onde se incluí o Brasil, em 1759. Para justificar seu ato, o ministro acusou a ordem de participar de uma tentativa de regicídio (contra o rei D. José I) e de tentar fundar no Brasil um **Império Teocrático**. Com isso, processaram-se importantes mudanças na educação com a **laicização** do ensino, isto é, contrária àquela praticada pelos religiosos.

Em 1768, para garantir a volta dos capitais da burguesia de origem judaica, ordenou a destruição da lista de réus feita pelos padres inquisidores. Com a proibição dos **autos-de-fé** - a morte nas fogueiras em praça pública dos condenados à pena capital -, a Inquisição era praticamente desmantelada em Portugal.

AS REFORMAS POMBALINAS NA COLÔNIA

A atuação de Pombal eivada das práticas e enuncia-dos iluministas revestiu-se, de certa forma, de um caráter liberal, e isso, no caso específico do Reino, centro do império português.

No que se refere à colônia, a política pombalina caracterizou-se pela excessiva **centralização** e pelo **fiscalismo**.

Durante o seu governo, para garantir a arrecadação dos tributos da mineração, foi criada a odiosa derrama, bem como reavivados os monopólios através da criação das Companhias de Comércio do Grão-Pará-Maranhão (1755) e do Pernambuco-Paraíba (1759), responsáveis pelo estímulo às lavouras do algodão e da cana-de-açúcar. Com isso, ocorreu a intensificação da exploração colonial, estabelecendo-se, inclusive, mecanismos para evitar a prática do contrabando.

Com a expulsão dos jesuítas da colônia, foram criadas as **aulas régias** do ensino laicizado (agora mantido e definido pelo Estado), o que levou à criação de mais um tributo, o **subsídio literário**. Este tributo, ao lado de outros, como, por exemplo, a contribuição para a reconstrução de Lisboa, destruída por um terremoto em 1755, caracterizam o arrocho fiscal de sua administração.

Uma série de outras medidas tomadas por Pombal reflete também a tentativa de modernização da administração colonial: o sistema de capitânicas hereditárias foi extinto (1759), a capital do Brasil foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro (1763), o Maranhão uniu-se novamente ao Brasil, agora reunificado politicamente e a escravidão indígena foi abolida. Com isso, substituindo a ação dos jesuítas, foi criado o Diretório dos Índios, cuja função era administrar as missões indígenas.

No plano das relações exteriores, o marquês de Pombal preocupou-se com os problemas do Sul do Brasil que envolviam contínuos conflitos com os espanhóis. Assim, fortaleceu o sistema defensivo meridional estabelecendo um sistema de fortificações no litoral de Santa Catarina e emvidou esforços que resultaram na assinatura dos Tratados de Madri, em 1750, e de Santo Ildefonso, em 1777.

A "VIRADEIRA"

Com a morte de D. José I, em 1777, Portugal passou a ser governado por **D. Maria I**, sua filha. Educada na tradição católica e cercada por membros da velha nobreza, D. Maria procurou anular gradativamente a política de Pombal, que, demitido, passou a ser perseguido pela rainha e seus adeptos, até sua morte alguns anos depois.

A essa política de D. Maria I, dá-se o nome de "**Viradeira**", sempre associada ao Brasil colonial pelo **Alvará de Proibição de Indústrias e Manufaturas**, de 1785, e pela extinção das companhias de comércio, evidenciando a retomada da dominação inglesa em Portugal.

Contudo, algumas medidas da administração pombalina na foram mantidas, como, por exemplo, a participação de membros da burguesia nos negócios do Estado e os estímulos à educação e à ciência, com a criação de vários órgãos e instituições voltados para a pesquisa científica.

ADMINISTRAÇÃO POMBALINA (SÉCULO XVIII)

No século XVIII, em virtude da pregação das idéias liberais, surge em Portugal uma tentativa de reformulação especialmente no campo econômico: é a política pombalina.

Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras (Marquês de Pombal), era primeiro ministro do rei D. José I de Portugal. A administração pombalina visava a recuperação da economia do Brasil em benefício de Portugal, a fim deste país se livrar do domínio econômico da Inglaterra.

Pombal incentivou as atividades comerciais, agrícolas e de construção naval.

ALGUMAS MEDIDAS TOMADAS POR POMBAL:

- Promoveu a transferência da capital do Brasil para o Rio de Janeiro (1763);
- Criou duas companhias de comércio: Maranhão/ Grão-Pará e Pernambuco/ Paraíba;
- Expulsou os padres jesuítas e criou as escolas régias;
- Impulsionou a construção naval; incrementou algumas indústrias como laticínios e anil; deu maior atenção à mineração;
- Criou o Tribunal de Relação no Rio de Janeiro e Juntas de Justiça nas demais capitânicas;
- Extinguiu o estado do Maranhão e o sistema de Capitânicas Hereditárias;

Com a morte de D. José I (1777) sobe ao trono D. Maria I, ocasião em que a obra de Pombal é paulatinamente (aos poucos) desfeita ("Viradeira").

AULA 10 - OS CONFLITOS DO BRASIL COLÔNIA

As rebeliões coloniais conheceram duas fases:

- Movimentos nativistas;
- Movimentos de libertação nacional.

MOVIMENTOS ECONÔMICO-NATIVISTAS

Nativismo é o sentimento de apego (amor) a terra EM QUE NASCEU. Os movimentos nativistas expressam o descontentamento dos colonos frente a problemas econômicos locais.

Estes movimentos, liberados pela aristocracia rural brasileira (proprietários de terras e escravos), classe dominante da Colônia, via seus lucros reduzidos pela intermediação dos comerciantes portugueses.

O sentimento nativista, no Nordeste desenvolveu-se em função das lutas contra os holandeses, para combater a política de "arrocho" após a saída de Nassau do Brasil; no Sudeste foi devido as lutas pela posse de minas.

as principais manifestações foram: Aclamação de Amador Bueno (1641); Revolta de Beckman (1684), Guerra dos Emboabas (1707-1709); Guerra dos Mascates (1710) e Revolta de Vila Rica (1720).

ACLAMAÇÃO DE AMADOR BUENO (1641)

Ocorreu em São Paulo, região que se encontrava marginalizada dentro do sistema Colonial Português e onde existia grande número de espanhóis, devido a União Ibérica e a proximidade da região do Prata.

Em 1º de dezembro de 1640 deu-se a Restauração em Portugal sendo aclamado o Duque de Bragança que reinou com o nome de D. João IV, acabando o domínio espanhol.

Em 1641, chega a São Paulo a notícia da restauração. Parte da população insuflada pelos espanhóis resolveu aclamar o paulista Amador Bueno, rico fazendeiro, rei de São Paulo. Recusando o título, procurou abrigo no mosteiro de São Bento.

Este episódio pode ser conceituado como "simples e vã tentativa dos castelhanos em, fazendo valer o prestígio adquirido, subordinarem São Paulo à coroa da Espanha".

REVOLTA DE BECKMAN (1684)

Ocorreu no Maranhão e teve como causas:

- a luta entre os colonos e jesuítas devido a escravização dos índios;
- a mudança da sede do governo do Estado do Maranhão, de São Luís para Belém; os abusos cometidos pela Cia de Comércio do Estado do Maranhão que exercia o monopólio de todo o comércio de compra e venda da produção maranhense;
- a concorrência na exploração das "Drogas do Sertão".

Aproveitando a ausência do governador, Manuel Beckman (rico fazendeiro), secundando pelo irmão Tomás Beckman, Jorge Sampaio e Francisco Deiró, depuseram o capitão-mor e tomaram a administração da capitania.

Organizaram uma "Junta dos Três Estados" (representantes do clero, nobreza e povo) que tomou as seguintes medidas:

- expulsão dos jesuítas;
- abolição do monopólio comercial (a cia de comércio foi extinta);
- envio de um emissário a Portugal para justificar o movimento e fazer reclamações.

O movimento terminou com a nomeação do novo governador, Gomes Freire de Andrade, que anulou os atos da Junta.

A repressão à revolta levou à morte os líderes rebeldes. Manuel Beckman foi enforcado (1685).

Este movimento foi isolado e não contestou a dominação metropolitana, mas apenas um de seus aspectos: o monopólio. O governo português extinguiu a Companhia de Comércio do Maranhão, como queriam os revoltosos, mas os jesuítas puderam retornar e continuar o seu trabalho.

GUERRA DOS EMBOABAS (1709)

Ocorreu em Minas Gerais e teve como causa a luta pela posse das minas entre paulistas e emboabas (forasteiros).

Com a descoberta de ouro no Brasil, muitos portugueses e populações da orla litorânea, que estavam decadentes devido ao declínio da produção açucareira, dirigiram-se para os sertões de Minas Gerais entrando em conflito com os descobridores das minas (paulistas) para exploração das jazidas.

O primeiro incidente aconteceu entre o paulista Jerônimo Pedroso de Barros e o reinol (português) Manuel Nunes Viana, em Caeté.

A nomeação do "emboabas" Manuel Nunes Viana como "governador das Minas" irritou os paulistas, pois se sentiram lesados, começando, então, violentos choques: atacados pelos emboabas chefiados por Bento do Amaral Coutinho, junto ao rio das Mortes, depois de resistirem, os paulistas cercados se renderam, mas foram traídos. Foi o episódio do Capão da Traição (1708) onde morreram 300 paulistas.

O governador do Rio de Janeiro D. Fernando Mascarenhas de Lencastre tentou acabar a luta, mas não teve êxito (1709). Seu substituto, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho conseguiu a pacificação.

PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS

- Criação de uma nova Capitania, a de São Paulo e Minas do Ouro, separada do Rio de Janeiro (09 de Novembro de 1709) que passou ao domínio direto da Coroa, sendo seu primeiro governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho;
- Elevação da vila de São Paulo à categoria de cidade (julho de 1711);
- Separação entre a Capitania de São Paulo e a de Minas Gerais (1720)
- Transferência do pólo de irradiação de Taubaté para Sorocaba pelos bandeirantes paulistas;
- Descoberta de ouro nas regiões de Mato Grosso e Goiás para onde se dirigiram, depois, os paulistas.

GUERRA DOS MASCATES (1710 - 1711)

Foi um conflito ocorrido em Pernambuco, resultado do choque entre a aristocracia rural de Olinda e os comerciantes ("Mascates") de Recife. A rivalidade entre "brasileiros" (de Olinda) e "portugueses" (de Recife), tinha como causas: 1º) a decadência da lavoura açucareira devido a concorrência Antilhana, levou a aristocracia rural a endividar-se com os comerciantes

portugueses que monopolizavam o comércio de Pernambuco; 2º) mesmo decadente, Olinda era Vila, possuía Câmara Municipal e tinha autonomia em relação a Recife, que era sua comarca e subordinada administrativamente.

A elevação de Recife a categoria de vila pelo rei de Portugal no final de 1709, por pressão dos "mascates" separando-a de Olinda precipitou os acontecimentos.

Os primeiros desentendimento surgiram entre o governador Sebastião de Castro Caldas, simpático aos mascates (de Recife) e o ouvidor Luiz de Valenzuela Ortiz, favorável aos de Olinda.

Um atentado à vida do governador por desconhecidos levou-o a tomar medidas repressivas contra os olindenses. Estes revoltaram-se em fins de 1710, liderados por Bernardo Vieira de Melo, invadindo Recife, derrubando o pelourinho (símbolo de autonomia administrativa) e obrigando o governador a fugir para a Bahia.

Abertas as vias de sucessão, o governo foi entregue ao bispo D. Manuel Álvares da Costa, que anistiou os amotinados, enquanto era rejeitada a proposta do Sargento-mor Bernardo Vieira de Melo de proclamar a independência de Pernambuco sob a forma republicana de governo, no mesmo estilo das cidades livres da Itália (Veneza e Gênova) e contaria com a proteção de uma potência cristã.

A luta terminou com a chegada do novo governador, Felix José Machado, que recebeu ordem de pacificar os conflitos em Pernambuco.

Os principais envolvidos foram presos e Recife foi confirmada como vila, passando a ser o centro administrativo da Capitania.

A vitória dos comerciantes de Recife tornou claro à aristocracia rural que os seus interesses eram bem diferentes dos interesses portugueses.

A rivalidade entre brasileiros e portugueses na Capitania continuou a existir mas só se transformou novamente em revolta mais de um século depois (1817 - Revolução Pernambucana) e com caráter diferente.

REVOLTA DE VILA RICA (1720)

Ocorreu em Minas Gerais e teve como causas principais a criação das "casas de fundição", a carestia de vida e monopólio e estanco sobre mercadorias.

Com a criação das casas de fundição, todo ouro extraído deveria ser fundido em barra, isto é, "quintado" (retirado o imposto do quinto) sendo proibida a circulação do ouro em pó, para evitar o contrabando.

O monopólio que os reinóis (portugueses) exerciam sobre a comercialização de gêneros de primeira necessidade encarecia, à medida que aumentava a produção de ouro.

Vários mineiros, entre os quais Pascoal da Silva Guimarães, Sebastião Veiga Cabral e Felipe dos Santos Freire (principal líder), em Vila Rica, promoveram o levante.

O governador de Minas, Conde Assumar (D. Pedro Miguel de Almeida Portugal e Vasconcelos) que estava em Ribeirão do Carmo (Mariana), atendeu às exigências dos revoltosos. Em seguida, contando com os "Dragões" e os paulistas, avançou contra Vila Rica, reprimiu violentamente esta rebelião prendendo os principais chefes. Felipe dos Santos, o de mais baixa condição

social, foi o único condenado à morte: foi enforcado e esquartejado.

A revolta de Vila Rica foi o reflexo do aumento da exploração portuguesa sobre o Brasil. Este movimento foi local e não contestou a dominação portuguesa. Seu objetivo não era fazer a libertação do Brasil e sim acabar com os abusos do monopólio português.

A revolta de Felipe dos Santos (1720) antecedeu a Inconfidência Mineira (1789), na mesma Vila Rica (atual Ouro Preto).

A consequência dessa revolta foi a criação da Capitania de Minas Gerais, separada de São Paulo (1720).

A Revolta de Vila Rica foi fundamental para o amadurecimento da consciência colonial. Por outro lado, inaugurou um período de sangrentas repressões desfechadas pela Metrópole. O antagonismo entre Colônia e Metrópole é retratado nas últimas palavras de Felipe dos Santos: "Morro sem me arreperder do que fiz e certo de que o canalha do rei será esmagado". Era o prenúncio das lutas de libertação nacional que se desencadeariam no Brasil a partir do século XVIII.

TENTATIVAS DE LIBERTAÇÃO COLONIAL

- Estes movimentos tinham como objetivo libertar o Brasil do domínio português e foram mais abrangentes que os movimentos nativistas;
- Ocorreram no período de crise do capitalismo comercial e ascensão do capitalismo industrial (este era contrário aos monopólios);
- Com a Revolução Industrial, a partir do final do século XVIII desenvolve-se o livre cambismo, que forçava a abertura de novas frentes de trabalhos. Isto chocava-se com o pacto colonial;
- A Inglaterra, nação pioneira da Revolução Industrial, como centro do capitalismo desejava garantir os mercados de matérias-primas e consumidores de manufaturados;
- As nações Ibéricas (Portugal e Espanha) entraram em decadência. Por não terem acumulado capital suficiente para iniciar o processo de industrialização, ficaram presas ao Mercantilismo e ao Absolutismo (Antigo Regime). Não tinham, portanto, as condições necessárias para ingressar na nova fase do Capitalismo;
- O Liberalismo político e econômico, posto em prática na Revolução Francesa, repercutiu nas colônias;
- A Independência dos Estados Unidos (em 1776 - primeiro país do Continente Americano a romper com os laços coloniais) provou que o colonialismo mercantilista podia ser derrotado;
- O Iluminismo, filosofia revolucionária do século XVIII que defendia os princípios de "Liberdade, Igualdade, Fraternidade", foi o pensamento que orientou os movimentos contrários ao Antigo Regime;
- Os movimentos que precederam nossa independência política sofreram influências das idéias liberais da França e da Independência dos Estados Unidos e quase todos tiveram a participação ativa do clero e da Maçonaria;
- A Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817) foram os principais movimentos precursores da Independência do Brasil.

INCONFIDÊNCIA MINEIRA (1789)

Aconteceu na região de Minas, onde a opressão metropolitana estava concentrada nos monopólios e nos impostos. Foi o primeiro movimento de tentativa de libertação nacional e teve como causas:

Intelectuais - A divulgação das idéias liberais francesas, trazidas da Europa por estudantes brasileiros (Domingos Vidal Barbosa, José Álvares Maciel, José Joaquim Maia, José Mariano Leal) e o exemplo da Independência dos Estados Unidos (1ª colônia da América a se libertar do domínio da metrópole - 1776);

- **Políticas** - O governo despótico da metrópole, a péssima administração dos vice-reis e governadores de minas;

- **Sociais** - O desenvolvimento de uma classe média com o aparecimento de uma elite intelectual;

- **Econômicas** - A cobrança de pesados impostos que asfixiaram a região mineradora por ocasião da exaustão das minas, o estanco do sal, a derrama (cobrança dos quintos atrasados), a proibição de instalação de fábricas (1785), a proibição da construção de estradas para o interior e para o litoral.

A conspiração foi realizada por elementos da elite econômica, onde se destacou a presença de padres e letrados como:

- **Tomás Antônio Gonzaga** desembargador e poeta, autor do poema "Marília de Dirceu" e "Cartas Chilenas";

- **Cláudio Manuel da Costa**, advogado e poeta muito rico, emprestava sua casa para os conspiradores se reunirem;

- **Padres Carlos de Toledo e José de Oliveira Rolim;**

- **Francisco de Paula Freire de Andrade**, tenente-coronel, comandante do "Regimento dos Dragões", tropa militar de Minas Gerais, e que estava hierarquicamente logo abaixo do governador; Inácio de Alvarenga Peixoto, poeta e minerador;

- **José Álvares Maciel**, estudante universitário, tendo chegado ao Brasil em 1788, era francamente fiel aos ideais iluministas;

- **José Joaquim de Maia**, estudante universitário, que teria se entrevistado com Thomas Jefferson, embaixador dos Estados Unidos na França e um dos líderes do movimento de independência daquele país, e solicitado auxílio aos norte-americanos;

- **Domingos Vidal Barbosa e Salvador Gurgel do Amaral**, doutores;

- **Francisco Antônio de Oliveira Lopes**, Coronel;

- **Luiz Vieira da Silva**, cônego;

- **Joaquim Silvério dos Reis, Basílio de Brito Malheiros** (coronéis) e o mestre de campo **Inácio Correa Pamplona** (delatores).

O Alferes **Joaquim José da Silva Xavier** ("Tiradentes") é considerado o principal nome pois foi o que propagou junto ao povo insatisfeito e conseguiu adeptos para a conspiração.

A revolta seria iniciada por ocasião da "**Derrama**" (cobrança dos impostos atrasados) e a senha seria: "**Tal dia faço meu batizado**". O Visconde de Barbacena (Luiz Antônio Furtado de Mendonça) era o então governado de Minas Gerais.

Com exceção de Tiradentes, todos os líderes da Inconfidência Mineira eram ricos, ligados à extração mineral e à produção agrícola. Esse fato é perfeitamente compreensível, pois os grandes proprietários eram os que mais interesses tinham em romper o pacto colonial.

PLANOS DOS CONJURADOS

- Fazer a independência com a capital em São João Del Rei;

- Fundar uma universidade em Vila Rica;

- Adotar uma bandeira com o dístico (frase ou lema): "Libertas quae sera tamen" (liberdade ainda que tardia), do poeta Virgílio;

- Adotar, provavelmente a forma republicana de governo;

- Instituir o serviço militar obrigatório e uma ajuda (pensão) às famílias numerosas; criar indústrias;

- Quanto ao trabalho escravo, não chegaram a uma conclusão.

A DENÚNCIA E A DEVASSA

O movimento não chegou a ter sucesso, uma vez que os grandes planos não iam muito além das salas de reuniões. Isolados da grande massa popular, sem pensar em armas para o levante, bastou uma denúncia para acordar os conspiradores de seu grande sonho.

Joaquim Silvério dos Reis, principal delator e um dos maiores devedores da Coroa, resolveu denunciar o movimento ao Visconde de Barbacena, em troca do perdão da dívida. Logo após aconteceram os seguintes fatos:

- O Visconde de Barbacena suspendeu a "derrama" e determinou a prisão dos envolvidos em sua Capitania; houve prisão de Tiradentes no Rio de Janeiro, na ruas dos Latoeiros, atual Gonçalves Dias, (o vice-rei na época era D. Luís de Vasconcelos e Souza);

- Foram abertas duas **devassas** que depois se unificaram, transformando-se numa alçada (tribunal especial);

- Cláudio Manuel da Costa suicidou-se na prisão, em Vila Rica (Casa dos Contos); de todos os conjurados presos, que respondiam pelo crime de inconfidência (falta de fidelidade ao rei),

- **Tiradentes foi o único que assumiu total responsabilidade e participação no movimento;** na sentença, 12 líderes foram condenados à morte e depois perdoados pela rainha D. Maria I, que condenou alguns ao degredo perpétuo e outros ao degredo provisório;

- Tiradentes foi condenado à morte por enforcamento. Foi executado no Campo da Lampadosa, no Rio de Janeiro, no dia 21 de abril de 1792; a cabeça cortada e conduzida para Vila Rica, o corpo foi esquartejado e postos os pedaços pelos caminhos de Minas Gerais.

Aviado da conspiração, o Visconde de Barbacena suspendeu a derrama e iniciou a captura dos implicados. Quase três anos depois terminava a devassa. A sentença que condenava à morte 11 dos acusados foi modificada por Dona Maria I. Estabeleceu-se o degredo perpétuo para dez inconfidentes e apenas um serviria de bode expiatório: Tiradentes. A 21 de abril de 1792 executou-

se a sentença de Tiradentes com requintes de crueldade...

CONSEQUÊNCIAS:

Suspensão da derrama; abolição do estanco do sal; a idéia de independência germinaria mais tarde em 1822. Sobre o movimento pode-se afirmar que a falta de consistência ideológica não invalida o significado da Inconfidência Mineira. Era um sintoma da desagregação do Império português na América.

Pode-se, portanto, considerá-la, sem hesitação, um movimento precursor da Independência do Brasil.

CONJURAÇÃO BAIANA (1798)

Também conhecida como "Revolução dos Alfaiates" foi o movimento precursor da Independência que apresentou características mais populares.

Considerada a Primeira Revolução Social do Brasil, a Conjuração Baiana teve a participação de pessoas humildes como soldados libertos, alfaiates, etc.

Surgiu devido à pregação das idéias liberais francesas e ação da Maçonaria. Seus objetivos eram: atender às reivindicações das camadas pobres da população, libertar o Brasil de Portugal, proclamar a república, conceder liberdade de comércio e abolir a escravidão. Seus objetivos, portanto, foram mais abrangentes, não se limitando apenas aos ideais de liberdade e independência do movimento de Minas Gerais. O levante baiano propunha mudanças verdadeiramente revolucionárias na estrutura da Colônia. Pregava a igualdade de raça e cor, o fim da escravidão, a abolição de todos os privilégios, podendo ser considerada a primeira tentativa de revolução social brasileira.

A revolta teve como líderes:

- João de Deus Nascimento, alfaiate e principal figura;
- Manuel Faustino dos Santos Lira, alfaiate, preto liberto;
- Luís Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas, soldados.

Todas as pessoas acima estavam aliadas aos elementos da Maçonaria.

A divulgação da ideologia liberal da Revolução Francesa era feita, na Bahia, pela loja maçônica "Cavaleiros da Luz", que contava com a participação de intelectuais como Cipriano Barata (cirurgião) e José da Silva Lisboa (futuro Visconde de Cairu).

O movimento limitou-se a Salvador, antiga Capital do Brasil, onde grande parte da população compunha-se de artesãos livres (sapateiros, alfaiates, mulatos, escravos).

Pode-se afirmar ainda que a Conjuração Baiana foi influenciada também pela Independência de Haiti, antiga colônia francesa situada nas Antilhas.

Tendo sido distribuídos papéis em Salvador anunciando o movimento, o governador da Bahia, Marquês de Aguiar (D. Fernando José de Portugal e Castro), mandou apurar a autoria dos manuscritos, tendo sido identificado o soldado Luís Gonzaga das Virgens, que foi logo preso.

Traídos por delatores, os chefes foram presos e julgados. Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas, João de Deus e Manuel Faustino dos Santos Lira foram condenados à morte (enforcados) e depois esquartejados; os intelectuais como Cipriano Barata foram absolvidos.

A violência da repressão expressou a popularidade do movimento. Seis dos réus foram condenados à morte e os demais tiveram pena de degredo ou prisão.

O surgimento das lutas de libertação aumentou a repressão metropolitana. A Coroa passou a conceder prêmios em dinheiro, privilégios e cargos importantes aos denunciantes dos chamados crimes contra a Coroa Portuguesa.

REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

Ocorreu durante a permanência da família real no Brasil e teve como causas:

- Rivalidade entre reinóis (portugueses) e mazombos (brasileiros);
- Influência das idéias liberais francesas;
- Pesados impostos e abusos administrativos;
- Exemplo das colônias espanholas;
- Arbitrária e opressiva administração militar;
- Atuação das sociedades secretas (maçonaria), como o nativista areópago de Itambé, que defendiam idéias anticolonialistas;
- Insatisfação popular e atraso no pagamento da tropa.

A difícil situação econômica de Pernambuco (crise na lavoura açucareira), escassez de gêneros de primeira necessidade e a seca que assolava a região criaram um clima favorável ao movimento revolucionário. O protesto para o início do movimento foi o incidente em que um reinol foi surrado por um oficial do Regimento dos Henriques.

O governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, tendo recebido denúncias dos preparativos dos revoltosos, determinou a prisão de todos os implicados.

O Brigadeiro Barbosa de Castro ao prender o Capitão José de Barros Lima ("Leão Coroado") foi morto, amotinando-se a tropa.

O governador enviou ao quartel seu ajudante de ordens Ten Cel Alexandre Tomás, que também foi morto. Caetano Pinto refugiou-se na Fortaleza do Brum, onde capitulou e retirou-se para o Rio de Janeiro.

Com a resistência dos militares envolvidos tem início a revolução que, vitoriosa, organizou um governo provisório:

- Domingos José Martins, principal figura, representava o comércio;
- Domingos Teotônio Jorge (Exército);
- Padre João Pessoa Ribeiro de Melo Montenegro (clero);
- Manoel Garcia de Araújo (agricultura);
- Dr. José Luiz de Mendonça (Magistratura).

O Padre Miguelino (Miguel Joaquim de Almeida Castro) era o secretário de governo; no jornal "Preciso" eram publicados as diretrizes do governo.

Organizou-se, também, um Conselho Consultivo onde se destacava Antônio Carlos de Andrade (irmão de José Bonifácio) e o dicionarista Antônio de Morais Silva.

A revolução teve a adesão das seguintes Províncias do Nordeste: Paraíba e Rio Grande do Norte.

OS PRINCIPAIS FATOS FORAM

- Enviou emissários ao estrangeiro (Inglaterra, Estados Unidos e Argentina);
- Estabeleceu a liberdade de pensamento;

- Aboliu o monopólio do pau-brasil, o estanco do sal e os títulos de nobreza;
- Adotou uma bandeira (azul e branca, com uma cruz vermelha, três estrelas, o arco-íris e o sol);
- Enviou José Martiniano de Alencar (que foi preso no Ceará) e José Ribeiro de Abreu Lima, mais conhecido como Padre Roma (que foi preso e executado na Bahia).

A REAÇÃO

O conde dos Arcos (D. Marcos de Noronha), governador da Bahia, enviou alguns navios comandados por Rufino Batista e uma divisão, por terra, comandada pelo Marechal Joaquim de Melo Cogominho de Lacerda que se juntou às forças do novo governador Luiz de Rego (este formara um "Corpo Expedicionário"). Do Rio de Janeiro seguiu uma esquadra chefiada por Rodrigo Lobo. Os revoltosos foram derrotados em Utinga, Pindobas e Ipojuca.

A repressão se prolongou até 1818: 12 foram executados como os Padres Miguelino e Roma e o capitão Domingos Teotônio Jorge; alguns implicados foram libertados e outros transferidos para as prisões da Bahia onde permaneceram até 1821, quando obtiveram o perdão real.

As principais conseqüência deste movimento foram: aceleração da marcha para a Independência e separação de Alagoas e do Rio Grande do Norte da Província de Pernambuco

AULA 11 - PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

A independência do Brasil não foi um fato isolado, restrito ao dia 7 de setembro de 1822, mas um processo histórico cujas origens remontam às tentativas de emancipação política do final do século XVIII, tendo relação com a Abertura dos Portos e com a Elevação do Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves. Em 7 de setembro apenas se formalizou a separação de Portugal, mas a consolidação da Independência só viria ocorrer com a abdicação de D. Pedro I, em 1831.

A CORTE PORTUGUESA NO BRASIL (1808 - 1821)

A idéia da transmigração não era nova: D. João IV e o Marquês de Pombal já haviam pensado em executá-la.

- A transição do capitalismo comercial pelo capitalismo industrial. Agora, a economia se apoiava na presença de grandes fábricas, no aceleração da mecanização e na modernização da produção e da força de trabalho;
- A violenta luta entre o absolutismo monárquico e os princípios liberais (liberdade, igualdade, fraternidade) na Europa;
- A disputa entre Inglaterra (berço da revolução industrial) e a França para alcançar a hegemonia européia e a dependência econômica de Portugal em relação à Inglaterra.

CAUSAS DA TRANSMIGRAÇÃO DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA PARA O BRASIL

Bloqueio Continental decretado por Napoleão Bonaparte (1806), que obrigava todos os países do continente europeu a fechar seus portos ao comércio com as Ilhas Britânicas.

Alguns artigos de Bloqueio Continental

Art. I - As Ilhas Britânicas são declaradas em Estado de Bloqueio;
Art. II - Todo o comércio e toda a correspondência com as Ilhas Britânicas estão proibidos...

Art. III - Nenhuma embarcação vinda diretamente da Inglaterra ou das colônias inglesas... será recebida em porto algum.

- D. João, regente de Portugal desde 1792 devido à loucura de sua mãe (D. Maria I), sob pressão resolve fechar os portos aos ingleses (Ago 1807), mas se nega a confiscar os bens e prender os súditos ingleses por causa da aliança que Portugal possuía com a Inglaterra.
- A assinatura da Convenção Secreta (Out 1807) entre Portugal e Inglaterra que previa: o embarque da família real para o Brasil com proteção inglesa, no caso de Portugal ser invadido; a liberdade de comércio inglês com um porto no Brasil a ser determinado e a ocupação da Ilha de Madeira pelos ingleses durante o período de guerra;
- O Tratado de Fontainebleau (27/ 10/ 1807), que dividia Portugal entre França e Espanha (as colônias seriam partilhadas posteriormente);
- A invasão de Portugal pelas tropas franco-espanholas ao comando do General Junot e os conselhos do ministro inglês Lord Strangford ao Ministro dos Estrangeiros Conde de Linhares para a família real retirar-se para o Brasil.
- D. João (Príncipe-Regente) e a família real, escoltados pela esquadra inglesa (Almirante Sidney Smith), se estabelecem no Brasil: é a "Inversão Brasileira", segundo Silvio Romero, isto porque o nosso país, que era então colônia, passou a ser sede do governo português.

Nota: Mais tarde Portugal livrou-se das tropas napoleônicas e ficou sob a tirania do general inglês Beresford. O Brasil, no entanto, dentro da América Latina ficou numa situação bem particular com a continuação do regime monárquico, do governo centralizado e mantendo forte herança colonial.

D. JOÃO NA BAHIA

Logo ao chegar à Bahia D. João, aconselhado pelo Visconde de Cairu, assinou a carta régia de 28 de janeiro de 1808, decretando a abertura dos portos brasileiros com outros países. Isto significou o fim do pacto colonial (monopólio do comércio da colônia pela metrópole) e pode ser considerada como o primeiro grande passo a independência política do Brasil.

Através do Alvará de 1º de abril de 1808, D. João concedeu liberdade para a instalação de indústrias no Brasil, revogando o Alvará de 1785 de D. Maria I, que proibia o estabelecimento de fábricas no Brasil.

Esta liberdade industrial não trouxe significativos progressos ao setor porque:

- Faltava-nos capital e uma política protecionista;
- O mercado consumidor era inexpressivo;
- Não existia uma mentalidade empresarial;
- A aristocracia possuía uma mentalidade rural e escravista;
- A Inglaterra dificultava, ao máximo, a importação de máquinas.

Em decorrência dos Tratados de 1810 que privilegiavam os produtos ingleses, os incentivos que D. João tinha dado à indústria têxtil e metalúrgica ficaram nulos.

PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS DA VINDA DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL:

- Aumentou O comércio externo brasileiro, dominado pelos comerciantes ingleses;
- Maior subordinação de Portugal à Inglaterra (Tratados de 1810);
- Aceleração do processo de Independência do Brasil: de colônia de Portugal à sede da
- Monarquia Portuguesa (Inversão Brasileira);
- O Brasil passa a consumir, em larga escala, os produtos manufaturados ingleses: as
- Indústrias nacionais entram em crise;
- A quebra da estrutura colonial: livre comércio, (acaba o monopólio) e liberdade de indústria;
- Medidas em prol do desenvolvimento cultural: criação de faculdades, órgãos de ensino, etc;
- Estabelecimento das bases administrativas brasileiras;
- Mudanças de hábitos e costumes: as elites brasileiras imitam o estilo de vida europeu.

A INFLUÊNCIA INGLESA NO BRASIL A PARTIR DE XIX

A influência inglesa foi marcante durante o governo de D. João no Brasil. O Tratado de Comércio e Navegação, assinado em 1810 entre Portugal e Inglaterra, comprometeu (prejudicou) o progresso econômico brasileiro, visto que desestimulou a instalação de fábricas em nosso país. Por esse Tratado, as mercadorias inglesas entravam no Brasil com tarifas privilegiadas, recebendo uma taxa de 15% ad valorem, bem menor do que as de Portugal.

POLÍTICA EXTERNA DE D. JOÃO

Foi marcada por três fatos: ocupação da Guiana Francesa, assinatura dos tratados de 1810 com a Inglaterra e conquista da Banda Oriental do Uruguai. D. João lançou um manifesto ao mundo (1º de maio de 1808) declarando guerra à França. Em consequência, a Guiana Francesa foi invadida (dezembro de 1808) e ocupada (1809) pela expedição chefiada por Manuel Marques, com o apoio militar britânico (Capitão Yanes Lucas Yeo). O comissário geral francês Victor Hughes, capitulou.

O Marquês de Queluz (João Severiano Maciel da Costa), nomeado governador da Guiana, realizou uma boa administração e mandou vir a cana-caiana, a fruta-pão, o abacateiro, etc.

Por determinação do Congresso de Viena (1814 - 1815), a Guiana foi devolvida à França em 1817.

Dois tratados comerciais foram assinados entre Portugal e Inglaterra em 1810: Tratado de Comércio e Navegação e o Tratado de Aliança e Amizade. Estes foram conseguidos pelo Lord Stranford, enviado ao Brasil pelo ministro inglês Canning.

Através deles, Portugal perdeu o monopólio do comércio brasileiro e o Brasil caiu diretamente na dependência do capitalismo inglês.

Pelo Tratado de Comércio e Navegação assinado pelo Conde de Linhares e por Lord Strangford era concedido privilégio alfandegários aos produtos ingleses que entrassem no Brasil. Com isso, foi inaugurado a política do livre-cambismo (baixas tarifas sobre os produtos importados). As taxas eram as seguintes: 15% para a Inglaterra; 16% para Portugal e 24% para outros países. Era livre o porto de Santa Catarina e os súditos britânicos seriam julgados no Brasil por juizes conservadores, nomeados pelos ingleses.

O Tratado da Aliança e Amizade determinava a gradual extinção do tráfico negreiro para o Brasil e a proibição de Santa Inquisição em nosso país.

POLÍTICA INTERNA DO GOVERNO JOANINO

Os principais fatos foram: a criação de diversos órgãos administrativos, o incentivo ao nosso desenvolvimento cultural, a vinda de uma missão artística francesa, o início da política de imigração.

O período Joanino (1808 - 1821) foi marcado pela tentativa de D. João de manter um equilíbrio entre a aristocracia brasileira e os comerciantes portugueses.

Com a Corte no Brasil (1808 - 1821) foi necessário introduzir-se uma série de melhoramentos para a administração do reino e das colônias, já que o Rio de Janeiro passava a ser, de fato, a capital.

D. João tomou diversas medidas em favor do nosso progresso cultural criando:

- A Imprensa Régia (primeiro jornal publicado "A Gazeta do Rio de Janeiro" e a primeira revista "O Patriota");
- Escola de ensino superior (Faculdades de Medicina da Bahia e Rio de Janeiro);
- Academia de Belas Artes e Biblioteca Real;
- Real Teatro São João e Jardim Botânico.

Outras realizações de D. João: criação de diversos estabelecimentos como Banco do Brasil, Arquivo Militar, Academia da Marinha (Rio de Janeiro), Casa da Moeda, Fábrica de Pólvora, Academia Real Militar, etc.

Em 1816, D. João VI mandou vir para o Brasil uma missão artística francesa que irá exercer grande influência nas artes plástica do país, cujo os integrantes eram:

Joaquim Lebreton (chefe); Jean Baptiste Debret (pintor), retratou nossos costumes na obra "Viagem Pitoresca e Histórica do Brasil"; Os irmãos Taunay (Antônio e Augusto), pintor e escultor; Grandjean de Montigny (arquiteto).

A política de imigração para o Brasil foi inaugurada por D. João VI em 1818, pois promoveu a vinda de colonos suíços, que fundaram a cidade de Nova Friburgo (RJ).

ELEVAÇÃO DO BRASIL A REINO UNIDO

Em 1815 o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarves. Nosso país deixou de ser uma simples colônia. Esta decisão, proposta pelo

representante francês Talleyrand no Congresso de Viena, dava direito de voto a Portugal no citado Congresso e legitimava a permanência da Corte Portuguesa no Brasil. Foi, sem dúvida, uma medida que acelerou mais ainda o nosso processo de emancipação política.

Em 1816, com a morte da rainha D. Maria I, o Príncipe-Regente subiu ao trono com o título de D. João VI, rei de Portugal, Brasil e Algarves.

REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

Revolução de caráter liberal, republicano e federativo que ocorreu durante o Brasil-Reino, é considerada o movimento precursor de nossa Independência de âmbito quase nacional, pois teve a adesão de várias Províncias do Nordeste.

REVOLUÇÃO DO PORTO E O REGRESSO DE D. JOÃO

As idéias liberais francesas difundidas em Portugal, o descontentamento popular motivado pela grave crise econômica que o reino português atravessava (fome e miséria) e a tirania exercida por Beresford foram as principais causas da Revolução Liberal ou Constitucionalista (1820).

Os revolucionários, aproveitando a ausência do Marechal Beresford que viajara para o Rio de Janeiro iniciaram a revolta na cidade do Porto. Organizaram uma "Junta Provisória do Governo Supremo do Reino" e processaram-se as eleições para as Cortes Constituintes (para elaborar a Constituição).

Eles pretendiam a constitucionalização do país, a expulsão de Beresford, o regresso de D. João e a recolonização do Brasil.

D. João ao regressar, deixou seu filho D. Pedro de Alcântara (futuro Imperador D. Pedro I) como Príncipe-Regente do Brasil. Na certeza de que a independência do Brasil estava próxima teria aconselhado a D. Pedro antes de partir: "Pedro, se o Brasil se separar, antes seja por ti, que me há de respeitar, do que para alguns desses aventureiros".

Com o regresso de D. João VI em 1821, o processo de Independência do Brasil irá se acelerar devido à política recolonizadora das Cortes.

POLÍTICA DAS CORTES

Após o regresso de D. João VI, as Cortes portuguesas irão tomar uma série de medidas que visavam a recolonizar o Brasil:

- extinção de tribunais e repartições públicas criadas por D. João VI no Rio de Janeiro;
- subordinação direta das Províncias a Portugal (D. Pedro só ficaria governando o Rio de Janeiro);
- D. Pedro deveria regressar "para completar sua educação".

A reação a estas medidas foi através do "Clube da Resistência" onde se destacaram a Imprensa e a Maçonaria e nomes como José Clemente Pereira, José Bonifácio, Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa, entre outros.

O jornal "Revérbero Constitucional Fluminense" com artigos escritos por Gonçalves Ledo e Januário da

Cunha Barbosa fazia violentas críticas à política das Cortes, contrárias aos interesses do Brasil.

O movimento em prol da Independência crescia cada vez mais. Além disso, as idéias liberais (ideal democrático) da Revolução Francesa e da Independência dos Estados Unidos tiveram significativa influência nos movimentos de nossa Independência como: a Inconfidência Mineira (1789), Conjuração Baiana (1798) e Revolução Pernambucana (1817).

O "FICO"

Para a aristocracia brasileira (classe dominante) era necessário a permanência de D. Pedro no Brasil pois sua "partida representaria o esfacelamento do Brasil".

Em 09 de janeiro de 1922 ("Dia do Fico") D. Pedro resolveu desobedecer Cortes após ter recebido um abaixo assinado com 8.000 assinaturas, redigido pelo Frei Francisco Sampaio de Santa Tereza e entregue por José Clemente Pereira (Presidente do Senado da Câmara). Disse que ficaria no Brasil para "o bem de todos e felicidade geral da Nação". O dia do Fico constituiu-se em mais um passo para nossa Independência. O episódio do Dia do Fico marcou a primeira adesão pública de D. Pedro a uma causa brasileira. Ele desrespeitara abertamente as decisões da Corte Portuguesa.

As tropas portuguesas (Divisão Auxiliadora Portuguesa) sediada no Rio de Janeiro, comandada pelo General Jorge de Avilez, revoltaram-se, ocupando o Morro do Castelo.

Exigiam que D. Pedro acatasse as ordens das Cortes. A enérgica reação dos brasileiros neutralizou as tropas lusas, que foram obrigadas a voltar para Portugal (Fev - 1822).

ROMPIMENTO DEFINITIVO

Depois do "Dia do Fico" D. Pedro constituiu o "Ministério da Independência (16.01.1822) e nomeou José Bonifácio (principal figura) para a Pasta do Reino e dos Negócios Estrangeiros.

Pelo decreto do "Cumpra-se" (04.05.1822) só seriam aqui aplicadas as ordens que não fossem contrárias aos interesses brasileiros. Logo depois, por influência da Maçonaria, D. Pedro recebeu do Senado o título de "Defensor Perpétuo do Brasil".

D. Pedro em 03 de junho convocou uma Assembléia Constituinte e fez publicar um manifesto aos governos e nações amigas. Viajou em seguida a São Paulo para restabelecer a paz naquela Província agitada (disputa entre Francisco Inácio e Martim Francisco).

No dia 07 de setembro de 1822, às margens do riacho Ipiranga (São Paulo) após ter recebido correspondência de D. Leopoldina e José Bonifácio através do carteiro Paulo Bregaro, D. Pedro tomou conhecimento das últimas decisões das Cortes: anulação de todos os seus decretos e ameaça de envio de tropas caso não retornasse imediatamente para Portugal.

Em vista disto resolveu dar o grito de "Independência ou Morte...Estamos separados de Portugal". Ao chegar no Rio (14/09/1822) foi aclamado Imperador Constitucional e Perpétuo do Brasil. É o início do Império (1822) que ira até 1889, com a Proclamação da Republica.

José Bonifácio de Andrada e Silva, pela atuação em favor (prol) de nossa emancipação política, passou a ser chamado "Patriarca da Independência".

O Brasil acabava de libertar-se do colonialismo português, mas não deixaria de conhecer outras formas de dependência. A independência brasileira foi em boa parte fruto da influência inglesa e da Aristocracia Rural brasileira, e por isso mesmo implicou compromissos econômicos muito fortes com a Inglaterra. Em outros termos a independência política não foi seguida da independência econômica, pois a economia dos países latino-americanos (incluindo o Brasil) passou a funcionar de conformidade com o mercado mundial controlado pela Inglaterra.

AULA 12 - O 1º REINADO

A nossa Independência política não provocou profundas mudanças em nosso país pois:

- Continuava a nossa dependência econômica com a Inglaterra, através de empréstimos, financiamentos e maior volume comercial;
- A aristocracia rural possuía mentalidade escravista e ideologia conservadora;
- A sociedade era essencialmente composta de duas classes sociais antagônicas: a aristocracia e o escravo.

A produção mantinha-se organizada em função do mercado internacional comandado pela Inglaterra e não das necessidades da maioria da população brasileira. O modelo econômico da época colonial permaneceu intacto: produção agrária, monocultura, escravista e exportadora.

Nestas condições, não é difícil concluir que os grandes beneficiados pela Independência foram os proprietários rurais, pois o Estado Brasileiro organizou-se em função dessa elite dominante, que estabeleceu os limites do liberalismo brasileiro durante o Império - um liberalismo deturpado pelo escravismo.

Para a classe dominante era fundamental manter a escravidão no país, pois o escravismo, além de ser a base da estrutura social (estrutura de privilégios), era também o elemento fundamental na economia brasileira.

A nossa aristocracia era dotada de uma ideologia conservadora. Isto não quer dizer que durante o Império não houvesse algumas medidas liberais. Houve. Mas esse liberalismo só ia até o ponto em que não prejudicasse os interesses da aristocracia.

"GUERRAS DA INDEPENDÊNCIA"

Foram assim chamados os movimentos contrários ao Grito do Ipiranga e onde se destacaram diversos oficiais estrangeiros (Cochrane, Grenfell, Labatut, Lecor, Taylor) que lutaram para submeter as Províncias que não aceitaram a proclamação da Independência.

A luta desenvolveu-se na Bahia, Maranhão, Pará, Piauí e Cisplatina, onde as tropas portuguesas e alguns homens mantinham-se fiéis a Portugal, não aceitando a autoridade de D. Pedro.

Na Bahia a resistência foi maior: a tropa lusitana (portuguesa) chefiada pelo General Madeira de Melo foi derrotada na batalha de Pirajá pelo General Labatut,

completando pela ação do Brigadeiro Lima e Silva e o Almirante Cochrane que bloqueou Salvador. Ganhamos a batalha devido o toque do corneteiro Luís Lopes que recebeu ordem do Major Barros Falcão de "retirada" e, ao invés disso, tocou "avançar cavalaria", provocando o pânico entre os portugueses, que recuaram.

Duas mulheres tiveram destaque: a Soror Joana Angélica (assassinada pelos portugueses no Convento da Lapa) e Maria Quitéria (que participou de vários combates).

JOSÉ BONIFÁCIO X GONÇALVES LEDO

Após o 07 de setembro, surgiram divergências entre os grupos que se haviam unido em favor da independência política: o grupo de tendência conservadora (de José Bonifácio) e o grupo maçônico, de tendência liberal (de Gonçalves Ledo).

José Bonifácio da loja maçônica Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, da qual D. Pedro foi grão-mestre, pregava uma monarquia centralizada com poderes absolutos e ele a frente de um Ministério.

A ala maçônica de Gonçalves Ledo era partidária de uma monarquia constitucional democrática, onde o poder legislativo teria maior importância, pois diminuiria os poderes de D. Pedro I, reafirmava a liberdade de expressão e de iniciativa, a descentralização e a ampla autonomia às Províncias (Federalismo).

ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Na Assembléia Constituinte que se reuniu pela primeira vez em 03 de maio de 1823 destacavam-se os irmãos Andradas, elementos do clero, juristas e grandes proprietários rurais.

Desde o início do trabalho começaram os desentendimentos entre os deputados constituintes e o Imperador. Este, na abertura da sessão disse que defenderia a Pátria e a Constituição desde que "fosse digna dele e do Brasil".

Haviam também divergências entre os liberais radicais, partidários de uma constituição liberal que limitasse os poderes do Imperador e concedesse maior autonomia às Províncias (Federalismo) e os "Conservadores", tendo a frente José Bonifácio que desejavam a limitação do direito ao voto e uma centralização política rigorosa.

Os irmãos Andradas (José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos) entraram em choque com as tendências absolutistas e autoritárias do Imperador (D. Pedro I), passando para a oposição. Através de seus jornais o "Tamoio" e o "Sentinela da Liberdade" atacaram violentamente o governo.

Não admitindo a limitação de seus poderes, conforme o anteprojeto constitucional de Antônio Carlos, D. Pedro I decretou a dissolução da Assembléia Constituinte.

Denominou-se "Noite da Agonia" (11 Nov 1823) o dia que antecedeu o fechamento (a dissolução) da Assembléia Constituinte, por ordem de D. Pedro I, através do uso das armas. A reação a esta medida foi a Confederação do Equador (1824).

A primeira Constituição Brasileira é datada de 25 de março de 1824. Ela foi elaborada por um Conselho de Estado e, depois, outorgada por D. Pedro I.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

- **Unitarismo:** O Estado Brasileiro tinha um governo unitário e centralizado.
- **Monarquia Constitucional:** governada por um Imperador, cuja sucessão se fazia de forma hereditária.
- **Sistema Representativo:** A Constituição estabelecia também o caráter representativo do regime, uma vez que a Nação era representada no governo por duas casas: Assembléia Geral, composta de um Senado e uma Câmara dos Deputados.
- **Voto Censitário:** Era a descoberto (não secreto) e baseava-se na renda, excluindo a maioria da população: adotava um critério financeiro para a capacidade eleitoral. O direito de votar e a possibilidade de ser eleito dependia de uma renda mínima anual.
- **4 Poderes Políticos separados e coordenados:** A carta outorgada estabeleceu no Brasil o princípio da divisão dos poderes. Além dos três poderes clássicos (Executivo, Legislativo e Judiciário), ela elegia um quarto poder, o **Moderador** (inspirado na obra do filósofo francês Augusto Comte), exclusivo do Imperador.
- **Estabelecimento do Regime do Padroado:** Adotou-se o chamado Estado Confessional, ou seja, a Religião Católica era reconhecida como oficial. Todo cidadão que não fosse católico não poderia exercer qualquer cargo público, no Legislativo, Executivo ou Judiciário.
- **Influência de conteúdo Absolutista Liberal do início do Século XIX:**
 - A Constituição de 1824 foi modelada nas idéias francesas e inglesas, sofrendo algumas influências da Constituição portuguesa

ALTERAÇÕES NA CONSTITUIÇÃO DE 1824

A Carta de 1824, a primeira das Constituições que nosso país conheceu e também a que durou mais tempo (67 anos), esteve em vigor em toda a fase do Brasil-Império (1824-1889), sofrendo como alterações principais o Ato Adicional de 1834, revogado em maio de 1840, e a criação da Presidência do Conselho de Ministros (1847).

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Em 1824 estourou um movimento revolucionário de caráter liberal e republicano, que de certa forma constituiu-se num prolongamento da Revolução Pernambucana de 1817.

Suas causas foram:

- O fechamento da Assembléia Constituinte (muitos representantes eram do Nordeste) e a outorga da Constituição de 1824;
- A difícil situação econômica que o Norte e Nordeste atravessavam devido à crise da lavoura tradicional da cana, do algodão e do fumo;
- Os pesados impostos;
- A submissão política das Províncias ao Rio de Janeiro (o Imperador era quem nomeava os Presidentes das Províncias).

Figuras como **Frei Caneca** (principal líder) Cipriano Barata e Manuel de Carvalho Paes de Andrade, que já

havam participado da Revolução Pernambucana de 1817, divulgavam as idéias liberais, republicanas, antilusitanas e federalistas.

A causa imediata da revolta foi a nomeação, por D. Pedro I, de Francisco Paes Barreto como novo Presidente da Província.

As idéias revolucionárias eram difundidas por jornais como "**Tifis Pernambucano**", dirigido por Frei Caneca e o "**Sentinela da Liberdade na guarita de Pernambuco**", de Cipriano Barata.

Uma junta Governativa assumiu o poder (02/ 07/ 1824), chefiado por Paes de Andrade.

Publicou-se um manifesto convidando outra Província do Norte e Nordeste a aderirem ao movimento. Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba juntaram-se à causa. A Confederação do Equador adotou o regime republicano e provisoriamente utilizou a Constituição da Colômbia. O nome dado ao movimento veio do fato de a região rebelde estar próxima à linha do Equador.

A decisão dos líderes rebeldes de abolir o tráfico de escravos causou a separação da Aristocracia Rural, que no início havia apoiado o movimento. Tais divisões internas facilitaram a repressão organizada pelo governo central.

A repressão foi violenta: os Almirantes Cochrane e Taylor (por mar) e o Brigadeiro Lima e Silva (por terra) cercaram e derrotaram os revolucionários, sendo dezesseis deles fuzilados (Frei Caneca, Padre Mororó, etc).

Diante da violenta repressão desencadeada, evidenciava-se o absolutismo de D. Pedro. Essa foi uma das grandes razões da perda de prestígio do imperador, que culminou com a abdicação, em 1831.

POLÍTICA EXTERNA DO 1º REINADO

A política externa do Primeiro Reinado foi marcada pelos seguintes fatos: o reconhecimento da Independência, a guerra na região platina (Independência da Cisplatina), as missões Rio Maior e Santo Amaro e a sucessão dinástica em Portugal.

Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a Independência do Brasil (1824) graças à **Doutrina Monroe** ("A América para os americanos") que era contrária a qualquer intervenção européia na América.

Portugal somente reconheceu nossa Independência em 1825 por causa da interferência da Inglaterra (1º Ministro Canning e o diplomata Stuart).

Foi difícil para o Brasil ter sua Independência reconhecida. Ao lado do México, nosso país havia adotado a forma de governo monárquico, o que era visto com desconfiança pelos países da América de regime republicano pois, segundo eles, os países europeus governados por monarcas poderiam tentar a recolonização americana.

TRATADO DE 1825 ESTABELECEIA

- Portugal reconhecia a Independência do Brasil;
- O Brasil pagaria a importância de dois milhões de libras esterlinas sendo 1.400.000 libras como pagamento de uma dívida de Portugal junto à Inglaterra;

- D. João VI poderia usar o título de Imperador Honorário do Brasil.
- Em 1826 a Inglaterra reconhece a Independência do Brasil mediante a renovação dos Tratados de 1810 que estabelecia a continuação dos privilégios alfandegários aos produtos ingleses (15%) e o compromisso do Brasil extinguir o tráfico de escravos até 1830.

QUESTÃO DO TRONO PORTUGUÊS

O direito de sucessão do trono português, com a morte de D. João em 1826, passou a pertencer a D. Pedro, que renunciou em favor de sua filha D. Maria da Glória. Sendo esta ainda criança, D. Miguel, irmão de D. Pedro, ficou na regência do trono. Contudo, D. Miguel foi aclamado rei em 1828, com o apoio da Santa Aliança.

Para garantir os direitos de sua filha, D. Pedro após ter renunciado ao trono brasileiro (1831), retornou a Portugal e, depois de algumas lutas, consegue restaurar D. Maria da Glória no trono português.

ABDIÇÃO

Foram causas da impopularidade de D. Pedro I e que levaram a sua renúncia (abdição):

- Sua condição de português;
- A dissolução (fechamento) da assembléia constituinte;
- A repressão violenta aos integrantes da confederação do equador (ex.: execução de frei caneca, líder popular pernambucano);
- A guerra que levou a perda da província cisplatina;
- A sucessão dinástica portuguesa após a morte de d. João vi;
- A "noite das garrafadas", conflito entre portugueses e brasileiros;
- A demissão do ministério liberal ou dos brasileiros (de agrado popular) e a nomeação do ministério dos marqueses ou dos medalhões);
- O assassinato do jornalista líbero badaró que escrevia no "observador constitucional";
- D. Pedro utilizou-se de verbas brasileiras para manter sua filha no trono.

A província de Minas Gerais era um dos principais centros de oposição a D. Pedro.

Pressionado, D. Pedro nomeou um ministério mais liberal, o Ministério dos Brasileiros. No dia 5 de abril, por se recusar a reprimir manifestações populares, o novo ministério foi demitido.

Formou-se então o Ministério dos Marqueses, integrado por portugueses. A reação não se fez esperar. O povo enfurecido reuniu-se no Campo da Aclamação, atual Campo de Santana. Até mesmo a guarda pessoal do imperador aderiu à manifestação.

Não restava a D. Pedro mais nada a fazer a não ser abdicar.

O movimento popular liderado pela aristocracia e com o apoio das tropas, levou D. Pedro I a abdicar (renunciar) no dia 07 de abril de 1831 ao trono brasileiro, em favor de seu filho D. Pedro II (com 5 anos), deixando José Bonifácio como tutor do mesmo (futuro D. Pedro II).

Segundo Teófilo Otoni, o 07 de abril (dia da renúncia de D. Pedro I) foi a "Jornada dos Logrados" pois tanto o povo como as tropas foram enganados pela aristocracia, que não atendeu a nenhuma de suas reivindicações.

AULA 13 - PERÍODO REGENCIAL

Com a abdicação de D. Pedro I (1831) inicia-se o Segundo Reinado que se prolongou até à Proclamação da República (1889).

O Segundo Reinado ou IIº Império divide-se em duas fases distintas: Período Regencial (1831 - 1840) e Governo Pessoal de D. Pedro II (1841 - 1889).

Entende-se por Período Regencial, ou simplesmente Regências, a fase da História do Brasil compreendida entre a Abdicação de D. Pedro I (1831) e a Maioridade (1840).

CARACTERIZAÇÃO

Constituiu-se, segundo alguns historiadores, numa verdadeira "experiência republicana", pois os governantes do Brasil eram eleitos;

- Período de intensa agitação social, motivada pela insatisfação das camadas populares contra as classes dominantes. Era marcante o ódio aos portugueses;
- Foi uma fase de grande instabilidade política, devido às revoltas que surgiram em diferentes pontos do país (as facções lutavam pelo controle do poder central ou mesmo provincial);
- Este período caracterizou-se por uma crise econômico-financeira que teve como causas: balança comercial desfavorável, motivada pela queda dos preços dos produtos agrícolas de exportação; pressão inglesa para o fim do tráfico negreiro; acordos comerciais favoráveis à Inglaterra e prejudiciais aos interesses brasileiros ("livre-cambismo");
- Graças à importância crescente das exportações de café, sobre tudo para os Estados Unidos, no final da fase regencial, a balança comercial atinge um certo equilíbrio.

REGÊNCIA TRINA PROVISÓRIA

A Constituição de 1824 estabelecia que, em caso de vacância do trono, não tendo o herdeiro idade legal (18 anos), o Império deveria ser governado por uma Regência de três membros, eleitos pela Assembléia Geral (Senado e Câmara de Deputados).

A Constituição não pôde ser cumprida na íntegra, pois o Senado e a Câmara estavam em férias.

Tão logo o general Francisco de Lima e Silva recebeu das mãos do Major Miguel de Frias o documento da abdicação, reuniu-se com um grupo de parlamentares com o objetivo de escolherem os componentes de uma Regência Trina Provisória.

Esta Regência foi marcada pela tentativa de se estabelecer um "equilíbrio" político entre as classes armadas, o Senado e a Câmara. Era assim constituída:

- Senador José Joaquim Carneiro de Campos (Marquês de Caravela) - representante das tendências conservadoras;
- Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro - representava as tendências liberais;
- Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, militar - representava o equilíbrio das tendências.

Os dois senadores eram suporte do grupo agro-exportador e o Brigadeiro, indicação dos militares, tinha como propósito dar coesão com o apoio das forças armadas.

PRINCIPAIS ATOS DESTA REGÊNCIA (07 DE ABRIL A 17 DE JULHO DE 1831):

- A manutenção da Constituição de 1824
- Reintegração no poder, do Ministério Liberal que fora demitido em 05 de abril;
- Confirmação de José Bonifácio no cargo de tutor;
- Exclusão dos oficiais estrangeiros do Exército;
- Concessão de anistia aos envolvidos em processos políticos;
- Convocação da Assembléia Geral para a eleição da Regência Trina Permanente.

REGÊNCIA TRINA PERMANENTE

Enquanto as agitações surgiam em todo o país, a Assembléia Geral reuniu-se e elegeu a Regência Trina Permanente, não mais seguindo um critério político, mas sim geográfico: o norte foi representado pelo Deputado João Bráulio Muniz, enquanto o Sul pelo Deputado José da Costa Carvalho; o Brigadeiro Lima e Silva foi mantido no posto de Regente.

Na Regência Trina Permanente, tivemos uma luta partidária com o aparecimento de três correntes políticas:

Partido Restaurador também chamado "Caramuru" ou português. Representava a situação antes da abdicação de D. Pedro (seus partidários). Era dirigido por José Bonifácio.

- **Partido Liberal Moderado** ou "Chimango". Apoiava a Regência e tinha como figuras de destaque o padre Feijó e Evaristo da Veiga.
- **Partido Liberal Exaltado**, conhecido por "farroupilha ou jurujuba". Pregava reformas sociais e estava ligado às idéias federalistas e republicanas.

O período regencial caracterizou-se por ser um dos mais agitados da História do Brasil; significou também a ascensão política da aristocracia rural.

A aristocracia rural, ao assumir o poder, passou a organizar a sociedade brasileira conforme seus interesses. Isso significava frear o ímpeto revolucionário popular que ela mesmo havia instigado.

FEIJÓ E A MANUTENÇÃO DA ORDEM

O volume de desordens civis e militares era tamanha que exigiam a escolha de um Ministro da Justiça

enérgico, recaindo a escolha na figura de Feijó que, para aceitar o cargo, impôs inteira liberdade de ação.

Para enfrentar as crescentes agitações, Feijó criou a Guarda Nacional (1831), o Corpo de Guardas Municipais Permanentes, o Batalhão Sagrado (ou dos Oficiais-Soldados).

A Guarda Nacional, tropa de elite, constituída por senhores rurais, foi criada com o objetivo de manter a ordem pública, combatendo, assim, as revoltas que eclodiam de norte a sul do país.

Feijó foi obrigado a dissolver unidades militares insubordinadas e criar organismo de repressão como o **Batalhão de Voluntários da Pátria** e a **Guarda Nacional**, para promover a pacificação e garantir a tranquilidade da nação.

O Padre Feijó, no cargo de Ministro da Justiça, estabeleceu uma **Lei contra o tráfico negreiro** (1831), decretando que "todos os escravos, vindos de fora do Império, eram livres" e estabelecendo punições aos importadores de escravos.

Contudo, esta lei não foi cumprida, devido a nossa estrutura agrária depender basicamente do trabalho escravo e também por causa das agitações da fase regencial.

REGÊNCIA UNA DE FEIJÓ (1835 - 1837)

Foi eleito regente uno o senador liberal-moderador, padre Diogo Antônio Feijó. A posição de liderança assumida por Feijó na política brasileira deve-se, principalmente, à experiência que adquirira no exercício de funções policiais e ministeriais. Desde cedo, o grupo que apoiava Feijó se dividira em duas facções: **progressista** e **regressista**. Este último, liderado por Bernardo de Vasconcelos, e que daria origem ao futuro Partido Conservador.

Ao assumir o cargo, reinava a anarquia no país. Eclodiam revoltas nas Províncias do Pará (Cabanagem) e, no sul, a Farroupilha, que se opõem aos Presidentes das Províncias, nomeados pela Regência e que mantêm subordinados os interesses destas áreas aos do Sudeste.

Em 1836 apareceu o **Partido Conservador**, fundado por Bernardo Pereira de Vasconcelos.

RENUNCIA DE FEIJÓ

Feijó deveria governar o Império por um período de 04 anos, mas, após 02 anos, acabou renunciando, como já fizera anteriormente no Ministério da Justiça.

REGÊNCIA UNA DE ARAÚJO LIMA (1838 - 1840)

Araújo Lima, mais tarde Marquês de Olinda, governou o Brasil por um período de quase 03 anos, assim delimitados: começa com a renúncia de Feijó (18 de setembro de 1837) e termina com a revolução parlamentar ou maiorista (23 de julho de 1840).

Sua vitória evidencia as preferências pelo **regressismo** conservador e pode ser entendido pelo modo que os proprietários tinham da descentralização estabelecida pelo Ato Adicional.

Neste período continuam os conflitos entre o poder central e as Províncias, como a Farroupilha no Rio Grande do Sul, além da Sabinada na Bahia e da Balaiada no Maranhão que irrompem, respectivamente, em 1837 e 1838.

A Regência de Araújo Lima foi boa e equilibrada, com os conservadores no poder, apoiados por Bernardo de Vasconcelos e com os liberais na oposição.

Formou o "Ministério das Capacidades", permitindo um entrosamento melhor entre o Executivo e a Câmara para o exercício do poder. Este Ministério, tendo à frente Bernardo Pereira de Vasconcelos, foi responsável, pelos seguintes empreendimentos:

- Fundação do Imperial Colégio D. Pedro II (1837);
- Criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838);
- Fundação do Arquivo Público (1838), atualmente Arquivo Nacional;
- Aprovação, em 1840, da Lei Interpretativa do Ato Adicional;
- Pacificação da Cabanagem, pacificação da Sabinada.

GOLPE DA MAIORIDADE

De acordo com a Constituição, o Imperador seria considerado maior, quando completasse dezoito anos de idade (isto dar-se-ia em 1843)

Para derrubar os conservadores que estavam tão fortalecidos no poder, os liberais propuseram a antecipação da Maioridade do Imperador.

A idéia da declaração de Maioridade surgira, entretanto, desde 1835. O senador José Martiniano de Alencar fundou o "Clube da Maioridade" que visava o consentimento do Imperador, o apoio do povo e do legislativo. A este Clube pertenceram Antônio Carlos, Holanda Cavalcanti, Limpo de Abreu, Francisco Gê Acaiaba Montezuma, Teófilo Otoni e outros.

Os adeptos da Maioridade contavam com o apoio do chamado "Clube da Joana" (Paulo Barbosa, Frei Pedro de Santa Mariana, Marquês de Itanhaém, Aureliano Coutinho e outros).

Os Andradas e os parlamentares mais exaltados procuraram D. Pedro de Alcântara e pediram que ele assumisse o poder, ao que o príncipe teria respondido: "Quero já", e foi aclamado Imperador Constitucional, em 23 de julho de 1840 - era a chamada Revolução Parlamentar ou Maiorista que terminava com a Regência e iniciava o governo pessoal de D. Pedro II que duraria até 15 de novembro de 1889, quando foi proclamada a República.

A Maioridade, que fez cair o "Ministério das Nove Horas" de Bernardo de Vasconcelos, representou um verdadeiro golpe favorecendo os liberais liderados por Antonio Carlos Ribeiro de Andrade.

Com a coroação de D. Pedro II, que contava 14 anos e meses, os conservadores foram afastados, temporariamente, do poder.

ATO ADICIONAL DE 1834

Foi elaborado por uma comissão especial, na qual predominou a figura do brilhante político e jurista Bernardo de Vasconcelos que se transformou em líder proeminente na política brasileira.

Entre outras determinações, o Ato Adicional estabeleceu:

- A descentralização política, isto é concedeu uma maior autonomia (uma espécie de semifederalismo) para

as Províncias, com a criação das Assembleias Legislativas Provinciais;

- A centralização do poder político: transformação da Regência Trina em Una. O regente seria eleito por sufrágio popular para um período de 04 anos de governo;
- A extinção de Conselho de Estado, que auxiliava o Imperador na prática do poder moderador;
- A criação do Município Neutro, separado da província do Rio de Janeiro, para servir apenas de sede da Corte (que permaneceu até 1889).

Regência Una = mandato de 04 anos. Os regentes eram eleitos pelo povo.

PARLAMENTARISMO

Em 1847, foi criado o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, também chamado Chefe de Gabinete. Corresponhia ao cargo de Primeiro-Ministro nos países europeus. O regime tornou-se, então, Parlamentarista desde essa data até a proclamação da República (1889).

O Parlamentarismo Brasileiro foi chamado de "Parlamentarismo às avessas" (o Poder Legislativo, ao invés de nomear o Executivo, estava subordinado a este), tendo-se inspirado no da Inglaterra.

AS REBELIÕES DO PERÍODO REGENCIAL

Neste período, temos: a Cabanagem (1835-1836); a Sabinada (1837/1838); a Balaiada (1838/1841) e a Guerra dos Farrapos (1835/1845).

As revoltas ocorridas neste período têm como causas;

- os desajustes de uma sociedade agrária e escravista a caminho de sua consolidação;

- Os abalos do processo de Independência;
- As lutas que levaram à abdicação de D. Pedro I;
- A intensa agitação social;
- A crise da economia agroexportadora.

A CABANAGEM (1835 - 1840)

Foi o mais notável movimento popular do Brasil, o único em que as camadas populares conseguiram ocupar o poder. Revolta ocorrida no Grão-Pará, nos atuais Estados do Amazonas e Pará, ainda durante a Regência Trina Permanente (Feijó era Ministro da Justiça). Constituiu um prosseguimento das manifestações nativistas e da luta de Independência.

O principal líder era Clemente Malcher, que foi assassinado por ordem de outro chefe revolucionário, o negociante Pedro Vinagre.

A revolta tem início, em 1835, com o assassinato do Presidente da Província Bernardo Lobo de Souza, que havia lançado enérgica política repressiva contra os cabanos, com um recrutamento intensivo para as forças militares.

Os cabanos que assumiram o poder com Clemente Malcher, Pedro Vinagre, Ferreira Lavor e Eduardo Angelim, não tinham um programa anti-monárquico, separatista ou republicano. Consideravam-se representantes do governo imperial.

As lutas internas enfraqueceram a Cabanagem e facilitaram a repressão. Os cabanos foram derrotados e fugiram para o interior, onde conseguiram apoio de parcela da população rural e retomaram a capital.

Os novos líderes cabanos, desordenados e sem condições de resistência, foram derrotados pelas forças do governo.

A SABINADA (1837 - 1838)

Foi uma revolta ocorrida na Bahia, região onde já ocorrera lutas nativistas e de negros muçulmanos, que limitou-se à capital (Salvador). Foi chefiada pelo Dr. Sabino da Rocha que proclamou o "Estado Livre Baiense" ou "República Baiense". Apoiava as tendências federalistas da Cabanagem e da Farroupilha.

A BALAIADA (1838 - 1841)

Foi um movimento tipicamente popular, corrido no Maranhão, e que se estendeu ao Piauí.

Os Balaios organizaram um governo em Caxias e ameaçavam tomar a capital (São Luís).

Para combatê-los, foi nomeado Presidente e Comandante das Armas da Província, o coronel Luís Alves de Lima e Silva, que venceu os revoltosos na vila de Caxias. Por isto, foi promovido a General e recebeu o seu primeiro título de nobreza, Barão de Caxias, e inicia, aí, a sua fase de "O Pacificador".

A FARROUPILHA (1835 - 1845)

Iniciada durante a Regência Una de Feijó, foi a mais longa guerra civil brasileira. Tendo durado 10 anos só terminou em 1845, no governo pessoal de D. Pedro II.

Os farrapos ou farroupilhas eram os liberais, depois federalistas, que se ligavam ao povo e não mantinham preconceitos de cor. Possuíam tendência republicana e eram influenciados pelas idéias do carbonário italiano Tito Lívio Zambeccari.

A Guerra do Farrapos foi promovida pela classe dominante gaúcha, constituída de estancieiros (criadores de gado), com o apoio de intelectuais e do povo em geral.

A produção de charque tornava a economia gaúcha voltada para o mercado interno. Em 1835, o governo central taxou com elevados impostos esse produto, o que ocasionou a indignação dos estancieiros, pois o charque gaúcho, uma das bases da economia local, passou a sofrer a violenta concorrência do charque platino, que tinha privilégios alfandegários no Brasil.

Agravando a situação, o regente Feijó nomeou o moderado Antônio Rodrigues Fernandes Braga como Presidente da Província, o que não foi aceito pelos gaúchos.

O Comandante da Guarda Nacional local, Bento Gonçalves, tomou a cidade de Porto Alegre e, em 1836, proclamou a República de Piratini. Apesar do equilíbrio de forças, Bento Gonçalves foi preso e enviado para a Bahia, de onde fugiu auxiliado pelos sabinos.

PRINCIPAIS EVENTOS

- Em 20 de setembro de 1835, tem início a revolta. O coronel Bento Gonçalves da Silva, comandante da guarda nacional local e principal chefe dos farroupilhas, apodera-se de Porto Alegre, enquanto os legalistas se concentravam no Rio Grande;

- Com o apoio de José Garibaldi ("herói dos dois mundos ou dos dois continentes"), revolucionário idealista italiano, o movimento se propagou;

- Os farroupilhas em 1839 ampliam seu campo de ação: Davi Canabarro com a ajuda de José Garibaldi, invade Santa Catarina e toma Laguna, onde proclama a "república Juliana", de curta duração;

- Em 1842 o governo imperial nomeou então comandante das armas e presidente da província o barão de Caxias, que obteve a colaboração do coronel Manuel Marques de Souza (depois conde de Porto Alegre.).

AULA 14 - 2º REINADO

FASES DO GOVERNO PESSOAL DE D. PEDRO II

A primeira fase (1840 - 1850) compreende o período da pacificação interna, ocasião em que se efetua a hegemonia do café e se restabelece o poder do Sudeste, contra as revoltas liberais de São Paulo e Minas (1842), finaliza-se a Revolução Farroupilha (1845) e surge a Insurreição Praieira (1848). Estabeleceu-se, ainda, o protecionismo alfandegário, com as tarifas Alves Branco (1844).

Na pacificação interna destacou-se Luís Alves de Lima e Silva. Pelos relevantes serviços prestados ao Império (na pacificação interna e nas lutas externas) foi promovido a Marechal e elevado a Duque (Duque de Caxias).

A Segunda fase (1850 - 1870) assinala o período de apogeu do Império, graças a expansão da lavoura cafeeira, a efetivação do parlamentarismo, o envolvimento do Império na Região Platina entre 1852/1870 (Uruguai, Argentina e Paraguai) e os empreendimentos de Mauá.

A terceira fase (1870 - 1889) assinala o período de declínio do Império: o sistema político monárquico perde o apoio dos cafeicultores do Vale do Paraíba, em decadência, o que tem como consequência a futura Abolição.

REVOLTAS LIBERAIS DE 1842

A revolta dos liberais pretendia, na realidade, impedir a ascensão dos conservadores ao poder. A revolta começou em Sorocaba (SP), sob a liderança do Padre Feijó, a participação do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar e de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

A revolta em Minas começou em Barbacena, chefiada por Teófilo Otoni e apoiada por José Feliciano Pinto Coelho e Limpo de Abreu.

Os revolucionários nomearam presidentes revolucionários para as Províncias: para São Paulo, o Brigadeiro Tobias de Aguiar e José Feliciano Pinto Coelho da Cunha para Minas Gerais.

O Barão de Caxias, escolhido para reprimir a rebelião, enviou um destacamento ao comando do Coronel Amorim Bezerra, que aniquilou os rebeldes paulistas em Venda Grande.

Os rebeldes mineiros foram derrotados por Caxias em Santa Luzia, tendo contado com a ajuda do seu irmão, o Barão de Tocantins (Coronel José Joaquim de Lima e Silva).

Vencidos, os principais implicados foram presos. Em 1844, com a nomeação de um Ministério Liberal, os revoltosos foram anistiados.

PRAIEIRA - PERNAMBUCO (1848 - 1850)

Esta revolta, antes de ser uma simples reação dos liberais aos conservadores, foi uma das mais significativas revoltas sociais do Brasil. Teve a participação das camadas mais humildes da população pernambucana e encerrou o período de intensa agitação iniciada nas Regências.

Causas da Insurreição Praieira

- Causa imediata: nomeação, para a presidência da província, de um conservador. Isto ocasionou a revolta da ala urbana do partido liberal (Partido da Praia);
- A tensa situação social de Pernambuco. Alguns proprietários rurais controlavam toda a riqueza local;
- Nas cidades, especialmente Recife, havia uma burguesia comercial rica e poderosa;
- A intensa agitação antilusitana surgiu por causa do controle do comércio de Pernambuco pelos portugueses;
- A influência exercida pelas idéias do socialismo utópico europeu no "Partido da Praia".

Principais eventos:

O líder praieiro Antonio Chichorro da Gama assumiu a presidência da província, em 1845. Com a queda do Ministério Liberal e a nomeação de um presidente conservador para a Província (Herculano Ferreira Pena), os praieiros se revoltaram (07 de novembro de 1848) sob a chefia do deputado Joaquim Nunes Machado, que contou com o auxílio do capitão Pedro Ivo (herói lendário), Antonio Veloso da Silveira e Borges da Fonseca.

A Província foi pacificada por Manuel Vieira Tosta (novo Presidente) e pelo Brigadeiro José Joaquim Coelho (comandante das Armas). Os rebeldes foram derrotados em Água Preta e Iguaraçu.

PARLAMENTARISMO (1847 - 1889)

Pela primeira vez o Brasil experimentou em sua história o Parlamentarismo ou Governo de Gabinete. Em 1847 foi criado o cargo de Presidente do Conselho de Ministro também chamado de Chefe de Gabinete. O sistema tornou-se, então, parlamentarista desde esta data (1847) até a Proclamação da República (1889).

O primeiro a ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Ministro foi Manuel Alves Branco; o último foi o Visconde de Ouro Preto, que chefiou o último gabinete da Monarquia.

O Parlamentarismo brasileiro foi chamado de "Parlamentarismo às avessas" (o poder Legislativo ao invés de nomear o Executivo, estava subordinado a este).

"POLÍTICA DA CONCILIAÇÃO"

Por inspiração de D. Pedro II, o Marquês do Paraná (Honório Hermeto Carneiro Leão) inaugurou, em 1853,

a "Política da Conciliação", período de grande progresso material para o país (1853 - 1858). Tendo falecido em 1856, o Marquês do Paraná foi substituído por Caxias. Nesta fase as lutas partidárias pelo poder tiveram uma trégua: não havia oposição política, pois os partidos liberal e conservador formavam um só ministério (predominava o partido conservador).

POLÍTICA EXTERNA

Os fatos de destaque da política externa do governo pessoal de D. Pedro II foram: questão com a Inglaterra devido o tráfico negreiro e a Questão Christie, o rompimento das relações diplomáticas e as campanhas na bacia platina.

QUESTÃO CHRISTIE (1863)

Existiam rivalidades com a Inglaterra decorrentes de assuntos alfandegários e do tráfico de escravos africanos.

A inabilidade do embaixador inglês no Brasil, Willian Christie, provocou dois incidentes.

O primeiro foi o naufrágio do navio inglês "Príncipe Gales" em Albardão, no litoral do Rio Grande do Sul (fins de 1861). O carregamento foi lançado na praia e depois saqueado por desconhecidos.

O segundo constou da prisão de três oficiais ingleses da fragata "Fort" no Rio de Janeiro que, em trajes civis e embriagados, promoviam desordens na Tijuca, sendo presos pela polícia brasileira (1862).

Sob protesto o Brasil resolveu indenizar a Inglaterra da perda da carga do navio, mas negou-se a punir os policiais. A questão do "Fort" foi levada ao arbitramento do rei Leopoldo I, da Bélgica. Seu laudo foi favorável ao Brasil e o governo inglês deveria se desculpar. Como não o fez, nosso país rompeu as relações diplomáticas (1863).

CAMPANHAS PLATINAS

Introdução. Entre 1851 e 1870 o Brasil empreendeu três campanhas militares e políticas na região do rio Prata.

- Intervenção contra Oribe (Uruguai) e Rosas (Argentina) entre 1851/1852;
- Intervenção no Uruguai contra Aguirre (1864);
- Guerra do Paraguai ou contra Solano Lopez (1864/1870).

AULA 15 - QUESTÕES PLATINAS

CAUSAS DA GUERRA

Remotas. Planos imperialistas do ditador Solano Lopez - "El Supremo" - de formar o "Grande Paraguai" que incluía Corrientes e Entre Rios (províncias argentinas), o Uruguai, o próprio Paraguai, o Rio Grande do Sul e parte de Mato Grosso.

GUERRA CONTRA ORIBE E ROSAS

Antecedentes. O Uruguai ficara independente em 1828 e seu primeiro presidente foi Frutuoso Rivera.

- Em 1835 subiu ao poder Manuel Oribe cujo governo caracterizou-se pela violência. Em 1836 surgiram os emblemas que caracterizavam os partidos: emblemas brancos, partidários de Oribe emblemas vermelhos, partidários de Rivera - origem dos partidos Blanco e Colorado, respectivamente.
- Eram constantes os choques armados entre os colorados de Rivera, primeiro Presidente uruguaio, e os brancos de Oribe, que fora eleito por influência de Rivera, mas que o traía pouco depois;
- Rivera era apoiado pelas populações rurais e Oribe tinha o apoio dos grandes comerciantes e proprietários e também do caudilho argentino João Manuel de Rosas;
- Em 1839 Oribe, derrotado por Rivera, perdeu o poder e refugiou-se na Argentina, aliando-se ao ditador Rosas, que pretendia restaurar o antigo vice-reinado do Prata através da anexação do Uruguai e do Paraguai constituindo, assim, uma Confederação Republicana sob o domínio argentino;
- Com a ajuda de Rosas, Oribe conseguiu derrotar Rivera em Arroio Grande (1842) bloqueando o porto de Montevideú, que durou 10 anos;
- A paralisação deste porto prejudicou o comércio no Prata e motivou reclamações do governo inglês, francês e brasileiro;
- Rivera, apoiado por argentinos contrários ao ditador Rosas, como o general Urquiza, e pelos brasileiros da Guerra dos Farrapos, continuou a luta.

Em represália, o "blancos" de Oribe atacaram as estâncias brasileiras na fronteira. Isto possibilitou a organização de "Califórnia", chefiados pelo Barão de Jacuí, para contra-atacar os seguidores de Oribe.

O Marquês do Paraná (Honório Hermeto Carneiro Leão) foi enviado ao Prata, tendo antes assinado um convênio contra Oribe (29 de maio de 1851), entre Brasil, Uruguai e Entre Rios (província argentina governada pelo general Justo José Urquiza).

Objetivando manter a livre navegação no rio da Prata, o governo brasileiro nomeou Caxias Presidente do Rio Grande do Sul. O almirante inglês Grenfell comandou a esquadra brasileira, e isolou Oribe e Rosas. As tropas de Caxias tendo se aliado às de Rivera e às de Urquiza, derrotaram Oribe em Passo Molino (1851) e entregaram o governo aos colorados.

Rosas declarou guerra aos aliados. O Marquês de Paraná cujo secretário era Paranhos (depois "Visconde do Rio Branco), fez aliança com o Uruguai, Entre Rios e Corrientes, contra Rosas (21 de novembro de 1851). As forças aliadas foram transportadas pela esquadra comandada por Grenfell que força a Passagem de Tonelero (1851).

Tendo Grenfell subido o rio Paraná, os brasileiros comandados pelo Gen. Manuel Marques de Souza (depois Conde de Porto Alegre) derrotaram os argentinos na Batalha de Monte Caseros ou Morón (03 Fevereiro 1852).

Rosas foi deposto (conseguiu fugir para Inglaterra onde morreu em 1877) e o governo argentino foi entregue ao Gen. Urquiza. Caxias foi promovido a tenente-coronel e a Marquês.

GUERRA CONTRA AGUIRRE (URUGUAI 1864 - 1865)

Antecedentes. A luta entre "colorados" e "blancos" prosseguia, ocasionando uma anarquia no Uruguai. Em 1863 o general Venâncio Flores, do Partido Colorado, que se encontrava na Argentina, desembarcou no Uruguai e organizou um exército para depor o presidente Bernardo Berro, do partido blanco. Este, por sua vez, resistiu até 1864, sendo substituído por Aguirre, um dos chefes dos blancos.

Causas

A luta entre Aguirre (blancos) e Flores (colorado) repercutia nas fronteiras do Brasil, na medida em que os partidários de Aguirre invadiam o Rio Grande do Sul, saqueando as estâncias gaúchas e roubando gado.

Não sendo atendidos em suas reclamações pelo governo brasileiro, os estancieiros os gaúchos organizaram novas "califórnia" e invadiram também o território uruguaio.

Em 1864, o governo imperial enviou o conselheiro José Antonio Saraiva ("missão Saraiva") visando a equilibrar a situação na região platina. Foi mal recebida por Aguirre, que não aceitou pagar as indenizações aos brasileiros e punir os responsáveis pelos assaltos às fazendas gaúchas.

A luta

Em vista disso, o conselheiro Saraiva enviou de Buenos Aires um ultimato ao Presidente do Uruguai (Aguirre): o Brasil interviria no Uruguai caso as suas reclamações não fossem atendidas. Confiando na promessa do ditador Solano Lopez de que o Uruguai teria apoio militar do Paraguai, Aguirre devolveu o ultimato e rompeu relações diplomáticas com o Brasil.

O vice-almirante Tamandaré (Joaquim Marques Lisboa), iniciou represálias contra o Uruguai, bloqueando os portos fluviais de Salto e Paissandu. Logo depois assinou com Venâncio Flores o acordo secreto de Santa Lúcia.

O General João Propício Mena Barreto com suas forças entrou no Departamento de Serro Largo. Em seguida tomou Paissandu, que era defendida pelas tropas do Coronel Leandro Gómez.

As tropas imperiais comandadas por Mena Barreto, aliadas as tropas de Venâncio Flores e auxiliadas por Tamandaré, cercaram Montevideú. Aguirre passou, então o governo ao presidente do Senado Tomás Villalba que aceitava a derrota e assinou a paz com o Brasil.

Consequências: guerra contra Solano Lopez (Paraguai).

GUERRA DO PARAGUAI (1864 - 1870)

Antecedentes.

O Paraguai tornou-se país independente em 1811. Em 1814 José Francia tornou-se ditador e isolou o Paraguai.

Em 1824 o Brasil reconheceu a independência do Paraguai. Uma das características marcantes deste país desde a sua independência foi a sucessão de governos ditatoriais; o Paraguai também sempre procurou se isolar dos conflitos platinos até a subida de Solano Lopez ao poder.

Em 1862 Solano Lopez assumiu o governo paraguaio e preparou o país para a guerra. Tendo sido educado na França de Napoleão III, de quem era admirador, sofreu forte influência militarista, bem como de Elisa Alice Línch, sua companheira.

Até então, as relações entre o Brasil e Paraguai eram pacíficas, exceto algumas disputas territoriais. O Brasil para atingir a Província de Mato Grosso necessitava da livre navegação do rio Paraguai.

Causas da Guerra

Remota. Planos imperialistas do ditador Solano Lopez - "El Supremo" - de formar o "Grande Paraguai" que incluía Corrientes e Entre Rios (províncias argentinas), o Uruguai, o próprio Paraguai, o Rio Grande do Sul e parte de Mato Grosso.

Próxima. Intervenção brasileira no Uruguai contra Aguirre.

Imediata O apresamento do navio brasileiro Marquês de Olinda e a invasão de Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

Principais consequências da Guerra do Paraguai:

- **Ruína do Paraguai** (as dívidas deste país foram perdoadas, em 1943, por Getúlio Vargas).
- Sua industrialização paralisou, passando a viver basicamente da agricultura : mais de 50% da população masculina foi dizimada pela guerra;
- O Império Brasileiro ficou desprestigiado perante à opinião pública mundial: por ter lutado com dois países contra o Paraguai e por ainda manter o trabalho escravo (o único ao lado de Cuba que ainda mantinha a escravidão);
- **Fortalecimento do Exército brasileiro como instituição e força política atuante.** Ao término da guerra, temos um Exército vitorioso, modernizado, popular, em cujas fileiras predominavam ex-escravos e outra pessoas de baixo nível social e econômico que se agarraram ao Exército como forma de ascensão social. A desmobilização destes criou problemas, pois o governo imperial desejava neutralizar esta nova força que surgia;
- **Os militares**, especialmente os jovens oficiais oriundos das camadas baixas e médias da população, eram contra o Império escravista e **aderiram aos ideais abolicionistas e republicanos;**
- **Tratado de paz e liberdade entre o Brasil e o Paraguai** (este país não perdeu nenhum território, mas ficou endividado com o Brasil);
- Afetou nossa economia na medida em que o Brasil teve de contrair vários empréstimos externos para manter o equilíbrio financeiro, além de ter nos custado milhares de vidas;
- O Visconde de Rio Branco organizou um governo no Paraguai, que a pedido do Conde D'Eu aboliu a escravidura.

AULA 16 - O DECLÍNIO DO SEGUNDO REINADO

AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS (1850 - 1889)

Na Segunda metade do século XIX, o Brasil conseguiu sair da crise econômica que se arrastava desde o 1º Império.

Passou a conhecer um processo de modernização e urbanização; desenvolveram-se os meios de transportes

e comunicações; ampliou-se o sistema de crédito, com bancos, caixas econômicas, companhias de investimentos, surgiram companhias de navegação, de bonde e de iluminação a gás; implantaram-se indústrias no país; ampliou-se o mercado consumidor interno com a imigração, etc.

No segundo Reinado, o Brasil foi o maior produtor mundial de café. Nessa época, as regiões onde a lavoura mais se desenvolveu foram: Vale do Paraíba do Sul (Província do Rio de Janeiro), São Paulo, Minas Gerais (Juiz de Fora) e Espírito Santo.

A importação interna de negro do Nordeste decadente para os ricos cafezais não foi suficiente para atender a expansão desta nova lavoura. Surgiu, então o problema da mão-de-obra.

A mão-de-obra para atender nossa atividade agrícola (café), e mesmo timidamente industrial exigia novos contingentes de trabalhadores. A solução encontrada para este problema foi através da introdução do imigrante, que irá marcar a transição para o trabalho assalariado. Alemães, italianos europeus da parte central da Europa começaram a vir para nosso país, dando importante contribuição étnica e cultural.

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Introdução. As primeiras tentativas de se implantar indústrias no Brasil depois do Alvará de liberdade industrial (1º de abr 1808), decretado pelo Príncipe D. João, fracassaram.

Diversos fatores estão relacionados com a industrialização brasileira a partir da segunda metade do século XIX:

- **A extinção do tráfico negreiro em 1850;**
- **As tarifas Alves Branco.** Em 1844 muitas fábricas foram instaladas no Brasil devido ao "protecionismo";
- **Aumento do mercado consumidor interno;**
- **As exportações de café.**

No século XIX a indústria brasileira estava em fase de formação, onde predominava a **indústria têxtil** (principal) representada pela fiação e tecelagem, seguida pelos produtos **alimentícios** e açucareira. A verdadeira "industrialização" do Brasil só ocorreria no século XX.

MAUÁ E O PROGRESSO MATERIAL DO IMPÉRIO

Muitas empresas não agrícolas surgiram no Brasil em meados do século XIX. Segundo Caio Prado Júnior, de 1850 a 1860, fundam-se 19 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás e 8 estradas-de-ferro.

Dentre os empresários da época, a principal figura de nossa economia na fase imperial foi inegavelmente Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá.

Graças a Mauá houve grande progresso material durante o Segundo Império: na indústria, nos meios de transportes, comunicações e serviços urbanos (iluminação a gás, abastecimento de água, bondes, etc.)

IMIGRAÇÃO

Teve início em 1818 quando D. João VI financiou a vinda de colonos suíços (católicos) que fundaram, na fazenda do Queimado (Cantagalo) a colônia de Nova Friburgo, na Província Fluminense.

Em 1824, graças a iniciativa da esposa de D. Pedro I, D. Maria Leopoldina, é fundada por alemães a colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

Em 1840, o Senador Vergueiro, pioneiro na imigração trouxe para São Paulo portugueses do Minho para Limeira. Esta experiência fracassou devido à sua participação na Revolta Liberal de 1842, em São Paulo.

Em 1847, o Senador Vergueiro, já como Ministro da Justiça, patrocinou a vinda de imigrantes alemães para trabalhar em sua fazenda em Ibicaba (SP) através do "Sistema de Parceria". Este sistema fracassou porque cada vez mais os colonos iam se endividando na terra que trabalhava como meeiro, sujeitando-se a um regime de semi-escravidão. Devido a revolta dos colonos em Ibicaba (1857), com repercussão externa, o governo alemão proibiu a saída de seus súditos para o Brasil.

Com o fracasso das antigas fórmulas de trabalho, alguns fazendeiros optaram pelo trabalho assalariado: Estipulava um pagamento mensal ou um preço fixo por alqueire trabalhado.

AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS (1850/1889)

MODERNIZAÇÃO:

a) MUDANÇAS SOCIAIS

- Origem da Nova Aristocracia Cafeeira
- Imigração
- Trabalho Assalariado
- Abolição da escravidão
- Diversificação das Camadas Urbanas
- Novas aspirações Sociais.

b) MUDANÇAS POLÍTICAS

- Queda da Monarquia
- Proclamação da República

c) MUDANÇAS CULTURAIS

- Positivismo
- Evolucionismo

O MOVIMENTO ABOLICIONISTA

O tráfico negreiro constituiu-se num comércio altamente lucrativo para os interesses da Coroa, pois era fonte de renda para o Tesouro Real.

Em 1850 o governo brasileiro, através de seu ministro da Justiça Euzébio de Queiroz, resolveu acabar com o tráfico de escravos: é a Lei Euzébio de Queiroz.

Em virtude de continuar entrando negros escravos no país, mesmo após 1850, foi posta em execução a Lei Nabuco de Araújo que reforçou a anterior, impondo uma rígida fiscalização policial e severas penas aos traficantes. A última tentativa de desembarque de escravos africanos ocorreu no litoral de Pernambuco em 1855.

CAMPANHA ABOLICIONISTA

Para muitos fazendeiros o trabalho assalariado era mais vantajoso por ser mais produtivo e menos arriscado no emprego do capital.

Para a economia cafeeira, o assalariado tinha dupla importância: na expansão dos cafezais e na formação de um dinâmico mercado consumidor interno. Em 1870, com o término da guerra do Paraguai, ocorreu a segunda fase da campanha abolicionista.

Nesta campanha destacaram-se grandes personalidades da vida política e intelectual como Luís Gama, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio ("Tigre da Abolição"), Rui Barbosa, Castro Alves ("Poeta dos Escravos"), Tobias Barreto, José Mariano, João Clapp e outros. Rui Barbosa proclamou a ilegalidade de escravidão baseando-se na lei de 07 nov 1831.

Lei do Ventre Livre ou Rio Branco: Esta lei foi aprovada no gabinete conservador chefiado pelo Visconde do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos, em 28 de setembro 1871), tendo sido assinada pela Princesa Isabel (Regente do Trono). Concedia liberdade aos filhos de mãe escrava nascidos a contar da promulgação da lei.

Lei Saraiva-Cotegipe ou dos Sexagenários (1885): Concedia a alforria (liberdade) aos escravos negros que contassem mais de 65 anos de idade; era mais uma medida de pequena importância.

Lei Áurea: A Lei que aboliu definitivamente a escravidão no Brasil foi apresentada por Rodrigo A. Silva, aprovada no Gabinete conservador de João Alfredo e assinada pela Princesa Isabel no dia 13 de maio de 1888, é a chamada Lei Áurea.

CONSEQUÊNCIAS DA ABOLIÇÃO

Crise econômica para a Província do Rio de Janeiro maior produtora de café, que cedeu lugar a São Paulo; mudança do eixo da economia nacional e, conseqüentemente, o da política do Vale do Paraíba do Sul fluminense (escravista) para o Oeste Paulista (mão-de-obra assalariada), prejuízo dos fazendeiros.

QUEDA DO IMPÉRIO

A queda do Império e o advento da República foi uma consequência direta das transformações econômicas e sociais ocorridas a partir da Segunda metade do século XIX.

É dentro deste contexto de mudanças que muitos autores consideram as causas do fim da monarquia no Brasil: Questão Escravocrata, Questão Religiosa e Questão Militar.

A Questão Escravocrata ou Servil, vista anteriormente, está ligada a abolição da escravidão sem a indenização, esperada pelos proprietários de escravos.

QUESTÃO RELIGIOSA OU EPÍSCOPO-MAÇÔNICA

Tem suas raízes nos direitos do governo imperial (poder temporal) de intervir em assuntos eclesiásticos (poder espiritual) através do padroado e beneplácito.

QUESTÃO MILITAR

Após a Guerra do Paraguai o Exército tornou-se importante força e desejava ter maior participação na vida política do país. Daí, a luta entre o militar ("homem-de-farda") e o político ("homem-de-casaca").

Influenciados pelo Positivismo onde o grande expoente era o professor Benjamin Constant, os militares foram assumindo posições em favor do abolicionismo ou mesmo da idéia republicana. Isto ocasionava constantes choques políticos.

Diversos incidentes ocorreram entre oficiais do Exército e o governo imperial, após a guerra do Paraguai. O problema se agravou quando o governo quis punir o militares que desobedeceram à proibição de falar assuntos políticos em público, tais como:

- Em 1882 com o Coronel Frias Vilas;
- Em 1883 com o tenente-coronel Sena Madureira;
- Em 1886 com o Coronel Cunha Matos;
- Em 1889 com o Tenente Pedro Carolino.

PROPAGANDA REPUBLICANA

As idéias republicanas foram rapidamente divulgadas e, em várias Províncias, após 1870, surgiram diversos partidos republicanos. O mais importante destes e que terá papel de fundamental importância na proclamação foi o Partido Republicano Paulista (PRP), cujas origens estão ligadas à Convenção de Itu (SP) em 1873.

Entre 1870/1889, fase de declínio do Império, surgem as crises que irão abalar o regime monárquico.

A propaganda republicana entre os militares foi imensa, destacando-se Benjamin Constant, professor da Escola Militar, que divulgava as idéias de uma República Positivista.

Os principais nomes da propaganda republicana, foram: Benjamin Constant (principal), Lopes Trovão, Quintino Bocaiúva, Silva Jardim, Saldanha Marinho, etc.

O último gabinete da monarquia - Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto) - foi quem chefiou o último gabinete do II Império. Tendo assumido em 1889, tentou realizar reformas econômicas e financeiras para conter a onda "republicana".

Fatos antecedentes ao 15 de nov: "Último baile do Império" na ilha Fiscal, notícias falsas do Major Solon Ribeiro sobre a prisão de Deodoro e Benjamin Constant e da transferência de unidades militares para pontos distantes.

Com o apoio das tropas concentradas no Campo de Santana, Deodoro proclama a República (15 nov), derrubando o gabinete Ouro Preto. Na Câmara Municipal é lavrada a ata, por José do Patrocínio, "declarando a proclamação da República". D. Pedro II tenta, sem êxito, formar novo gabinete com Silveira Martins.

AULA 17 - REPÚBLICA VELHA

GOVERNO PROVISÓRIO (1889 - 1891)

Após a Proclamação da República foi instituído um Governo Provisório sob a Presidência de Deodoro da Fonseca.

As principais figuras deste Ministério eram, sem dúvida, Rui Barbosa e Benjamin Constant.

Realizações importantes do Governo Provisório Republicano;

- Nomeação de interventores, especialmente militares para governar os Estados;
- Dissolução da Câmara e extinção da vitaliciedade do Senado;
- Expulsão da família imperial do Brasil;
- A liberdade de culto, a separação da Igreja Católica do Estado; a instituição do casamento civil obrigatório;
- A criação da Bandeira republicana (19 de novembro) com o lema "Ordem e Progresso";
- A "Grande Naturalização": decretou-se que todo estrangeiro residente no Brasil passaria a ser brasileiro, com exceção daqueles que requeressem o contrário;
- A elaboração da primeira Constituição republicana;
- As Províncias tornaram-se Estados, formando o conjunto os "Estados Unidos do Brasil";
- A crise econômica do "Encilhamento", ocasionada pela política financeira de Rui Barbosa (Ministro da Fazenda). Esta política, que consistia em fomentar (favorecer) o crédito, através da emissão de moeda sem lastro-ouro, permitiu uma especulação desenfreada que culminou em grande depressão (crise).
- A sede do governo passou a ser chamar Distrito Federal;
- A dissolução das Assembléias Provinciais e das Câmaras Municipais.

Nota: Ao término do Governo Provisório foi promulgada a Constituição de 1891, ocasião em que Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto foram eleitos indiretamente para o 1º Quadriênio (1891 - 1894).

A CONSTITUIÇÃO DE 1891

Promulgada pela primeira Constituinte republicana, foi baseada na Constituição norte-americana. Extinguiu todas as formas e instituições monárquicas: Poder Moderador, Conselho de Ministros, Senado Vitalício e a união da Igreja-Estado.

Concedia autonomia completa aos Estados para escolher seus governos, criar suas forças policiais e organizar suas finanças, inclusive podendo dispor de suas próprias receitas de exportação.

Além disso, a nova Constituição adotou a organização do Estado em três Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - e o voto universal (não-obrigatório) para maiores de 21 anos, com exceção das mulheres, analfabetos, soldados e cabos.

O voto não era secreto e tinha de ser declarado em público e assinalado em listas. Isto permitiu que se desenvolvesse por todo país, então predominantemente rural, uma das maiores forças políticas da época: a dos

coronéis. Assim, as oligarquias regionais conseguiam impor seus interesses locais e descentralizadores.

A prática desse "voto de cabresto" marcou todo o período da República Velha. Desse modo, os coronéis controlavam totalmente as eleições em sua região (seu "curral eleitoral"), através de eficientes máquinas eleitorais que, sistematicamente, produziam a vitória dos candidatos governistas.

A Carta de 1891 estabeleceu, também, que cada Estado tinha o direito de fazer empréstimo no exterior, decretar impostos de exportação e elaborar as suas próprias Constituições, desde que não contrariassem a Constituição Federal.

PRINCIPAIS FATOS

MAL. DEODORO DA FONSECA (1889 - 1891)

- Fechamento do Congresso Nacional com o apoio do Exército e de todos os Estados, com exceção do Pará, governado por Lauro Sodré;
- Revolta da Armada, liderada pelo Almirante Custódio de Melo.

Para evitar uma guerra civil, Deodoro renuncia sendo substituído pelo vice-presidente Marechal Floriano Peixoto, que teve de enfrentar também a Revolução Federalista no rio Grande do Sul.

FLORIANO PEIXOTO (1891 - 1894)

- Rompimento das relações diplomáticas com Portugal, em virtude do apoio dado pelos navios portugueses aos rebeldes da Marinha de Guerra;
- Repressão violenta aos revoltosos, chegando quase a ditadura;
- Floriano foi chamado de "Marechal de Ferro" e "Consolidador da República".

PRUDENTES DE MORAIS (1894 - 1898)

- Foi o primeiro Presidente civil do Brasil. Com ele iniciou-se, na república, o domínio político dos fazendeiros;
- Foi solucionada a "Questão de Palmas ou missões com a Argentina", graças a atuação do Barão do Rio Branco. Cleveland, Presidente dos E.U.A, deu ganho de causa ao Brasil;
- Restabelecimento das relações diplomáticas com Portugal;
- Os ingleses desocuparam a Ilha de Trindade;
- Campanha de Canudos, nos sertões da Bahia, às margens do rio Vaza Barris.

O beato Antonio Conselheiro, com sua pregação de salvação para quem o seguisse, conseguiu milhares de seguidores fanáticos ("jagunços") entre as populações miseráveis da Bahia, reunindo-os no Arraial de Canudos.

Para os sertanejos, o arraial de Canudos era a "Terra Prometida".

Para os padres e para os latifundiários, era "um reduto de fanáticos assassinos" que precisava ser destruído para o bem das "pessoas de bem".

O governo, para atender aos interesses destes grupos e de outras "Pessoas de bem", resolveu exterminar Canudos e massacrar sua população.

O governo da Bahia tentou dispersar os jagunços e, para tanto, foram enviadas ao interior duas expedições

militares. Os soldados foram vencidos pelos jagunços liderados por Pajé e João Abade.

Foi organizada uma expedição com dez mil homens e entregue o comando ao Ministro da Guerra, Marechal Carlos Bittencourt.

Depois de três meses de cerco e munidos de canhões, os soldados invadiram o arraial. Nas palavras de Euclides da Cunha, autor do livro "Os Sertões", que acompanhou o episódio como enviado especial do jornal O Estado de São Paulo, "Canudos não se rendeu... resistiu até o esmagamento completo, quando caíram seu últimos defensores, quase todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança".

Canudos não se rendeu, resistiu até o esgotamento completo, não foi feito um único prisioneiro. No Rio de Janeiro, o presidente eleito diretamente pelo povo, passou a ser conhecido como "Pacificador da República".

CAMPOS SALES (1898 - 1902)

- inaugurou a política dos Governadores ou seja, uma troca de favores entre o Presidente e os Governadores dos Estados;

- constituiu-se num acordo ou arranjo político através do qual o Presidente consultava os governadores e não os partidos políticos.

A principal consequência dessa política foi o domínio do país pelos "Grandes Estados" (São Paulo e Minas Gerais). Tendo durado até 1930, ela criou novas oligarquias estaduais e reforçou as já existentes. A força de uma oligarquia estadual era resultante do controle exercido sobre os coronéis municipais, que conduziam a massa eleitoral incapacitada e impotente para participar do processo político.

- Saneamento financeiro, graças a Joaquim Murinho (Ministro da Fazenda), que aplicou uma política deflacionária (anti-inflacionária).

Firmou-se um acordo com banqueiros ingleses, conhecido como Funding-loan, estabelecendo-se que:

- O Brasil teria direito a um empréstimo de 10 milhões de libras;
- Os juros da dívida externa só começariam a ser pagos depois de 3 anos;
- O pagamento da dívida teria um prazo de 13 anos para iniciar e de 63 anos para liquidá-la;
- O governo recolheria e queimaria quantidade de moeda referente ao valor do empréstimo, visando baixar o índice de inflação;

A garantia do pagamento da dívida ficava por conta do controle da alfândega do rio de janeiro (e, se necessário das demais alfândegas), visando às receitas da estrada de ferro central do Brasil e do serviço de abastecimento de água do rio de janeiro.

Além disso, o governo elevou a receita nacional, criando novos impostos e aumentando os já existentes.

Esta política de saneamento trouxe consequências positivas e negativas, no combate à inflação.

Negativas porque a redução do crédito, a elevação da taxa cambial - que resultou no barateamento dos preços dos produtos estrangeiros afetando a indústria nacional, o cancelamento das obras públicas, trouxe a consequência mais drástica, que foi o desemprego.

- A Política do Café com Leite, caracterizou-se pela liderança política no país dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, através do PRP (Partido Republicano Paulista) e do PRM (Partido Republicano Mineiro) e resultou entre outras coisas, no revezamento de Presidentes paulistas e mineiros, até o fim da República Velha (1930).

- A Política do Café-com-Leite, só se definiu a partir da política dos Governadores, deixando claro o poder das grandes oligarquias paulistas e mineiras os Estados mais populosos da Federação e portanto os possuidores do maior número de Deputados Federais no Congresso Nacional.

- Foi solucionada a Questão do Amapá com a França, graças ao Barão do Rio Branco. O presidente da Suíça - Walter Hauser - deu ganho de causa ao Brasil, estabelecendo o rio Oiapoque como limite entre o Amapá e a Guiana Francesa.

RODRIGUES ALVES (1902 - 1906)

- Campos Sales indicou como candidato à sua sucessão outro grande proprietário paulista: Francisco de Paula Rodrigues Alves.

- Rodrigues Alves teve a sorte de governar o Brasil na época do surto da borracha. Ambicionando transformar o Rio de Janeiro na sala de visita do Brasil, o prefeito Pereira Passos, apoiado nas metas presidenciais iniciou a modernização do Rio de Janeiro.

Entre os principais atos do governo de Rodrigues Alves podemos citar:

- Modernização da cidade do Rio de Janeiro, graças ao Prefeito Pereira Passos o engenheiro Paulo de Frontin;

- Combate à febre amarela e varíola no rio de Janeiro, através de campanhas de higiene e vacinação, pelo cientista Oswaldo Cruz, Diretor de Saúde Pública;

- Levante da Escola Militar (Rio de Janeiro) devido a instituição da lei de obrigatoriedade da vacina;

- Assinatura do Convênio de Taubaté (1906) que inaugurou a política de valorização do café entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

As principais propostas do Convênio de Taubaté eram:

- Manutenção do preço mínimo por saca;
- Compra do excedente de café pelo governo federal a fim de manter o equilíbrio entre oferta e procura;
- Criação de uma Caixa de Conversão a fim de estabilizar o câmbio em nível baixo.

O presidente Rodrigues Alves, não aceitou as decisões do Convênio, negando se a estabilizar o câmbio e a proteger os cafeicultores.

- Assinatura do Tratado de Petrópolis (1903) entre o Brasil e a Bolívia, solucionando a chamada "Questão do Acre" - problema de limites (fronteira) - graças à atuação do Barão do rio Branco, Ministro das Relações Exteriores.

GOVERNO DE AFONSO PENA (1906 - 1909)

- O Conselheiro Afonso Pena foi o primeiro Presidente mineiro. A partir dele foi comum o revezamento entre paulistas e mineiros na Presidência da República (Política do café-com-leite). Criou a Caixa de Conversão, que controlava toda moeda estrangeira

entrada no país e atendia aos interesses da oligarquia cafeeira;

- Adotou como lema "Governar é povoar". Por isso, incentivou a imigração, o que possibilitou a entrada de um milhão de estrangeiros no Brasil durante o seu governo;

- O Exército foi remodelado, graças ao Ministro da Guerra Marechal Hermes da Fonseca, a Marinha também foi reaparelhada, recebendo dois modernos navios, os encouraçados São Paulo e Minas Gerais;

- No plano externo, o Brasil participou da Conferência sobre a paz em Haia, sendo brilhantemente representado por Rui Barbosa "Águia de Haia", que defendeu os interesses dos países pobres;

- Afonso Pena faleceu em 1909, sendo substituído pelo vice-presidente Nilo Peçanha, que completou seu mandato.

NILO PECANHA (1909 - 1910)

- Criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), graças à atuação do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon que desenvolveu uma política de atração pacífica junto aos silvícolas;

- Uma acirrada disputa pela sucessão presidencial: Campanha Civilista (Rui Barbosa) x Campanha Militarista (Marechal Hermes da Fonseca).

A Campanha Civilista marcou a primeira divisão na Política do café-com-leite, pois São Paulo apoiou a Bahia com o candidato Rui Barbosa e Minas Gerais apoiou o Rio Grande do Sul com o candidato Marechal Hermes da Fonseca.

Apesar da campanha e do apoio de São Paulo, Rui Barbosa perdeu a eleição para o candidato da situação (Mal. Hermes).

HERMES DA FONSECA (1910 - 1914)

- Nascido no Rio Grande do Sul, foi o único Presidente da República Velha não escolhido pela "Política dos Governadores";

- Em seu governo ocorreu a "Política das Salvações", intervenções do governo federal no Estados, patrocinadas pelo Senador Pinheiro Machado, para derrubar as oligarquias que apoiavam a "Política dos Governadores";

Isto provocou algumas lutas armadas. No Ceará, o Padre Cícero Romão Batista ("Padim Ciço"), aliado a outros coronéis, como Floro Bartolomeu, liderou uma revolta de sertanejos (Revolta do Juazeiro) pois não admitiu a derrubada dos Aciolli do poder, o que levou o governo a ceder, retirando o interventor (Coronel Franco Rabelo);

- No Rio de Janeiro, o marinheiro negro João Cândido liderou a "Revolta da Chibata" (1910) devido aos maus tratos (castigos corporais e má alimentação) a que eram submetidos os marinheiros de nossa Armada (Marinha de Guerra).

- No governo de Hermes da Fonseca foi iniciada a guerra do Contestado. A região do Contestado era uma imensa área entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. A região foi ocupada por camponeses e desempregados expulsos de outras regiões por latifundiários.

O movimento foi liderado pelo beato José Maria, que pregava para breve a criação de um "Reino Milenarista", denominado por alguns como Monarquista.

A guerra do Contestado assemelhou-se em quase tudo a Guerra de Canudos.

VENCESLAU BRÁS (1914 - 1918)

- Promulgação do Código Civil (1916), elaborado por Clóvis Beviláqua;
- Participação do Brasil na 1ª Guerra Mundial, por causa do torpedeamento de navios mercantes brasileiros (Paraná, Tijuca, Lapa e Macau) por submarinos alemães próximos ao litoral francês. Isto levou, nosso país à declaração de guerra aos Impérios Centrais (Alemanha e seus aliados) e participação ao lado dos Estados Unidos, Inglaterra, França e Itália. O Brasil forneceu alimentos e matérias-primas, além de enviar um grupo de médicos e aviadores para a Europa e colaborou no policiamento do oceano Atlântico, com os navios da Marinha de Guerra.
- Expressivo crescimento industrial e aumento da produção agrícola. Devido a guerra o Brasil adotou uma política de substituição das importações e aumento das exportações, o que permitiu um razoável surto industrial. O Brasil passou a fabricar muitas das máquinas que antes importava.

Fim da Guerra do Contestado

Esta revolta, de violenta proporção, foi dominada em 1916 pelo General Setembrino de Carvalho com a morte de milhares de sertanejos e soldados.

EPITÁCIO PESSOA (1919 - 1922)

- Revolta dos Dezoito do Forte Copacabana (1922), que deu início ao movimento "tenentista";
- Comemoração do Centenário da Independência do Brasil (1922), com uma grande exposição internacional;
- Nomeação de dois civis para os ministérios militares: Pandá Calógeras (que reorganizou o Exército e Raul Soares (Marinha), o que desagradou os militares);
- Criação da Inspetoria Geral de Obras contra as Secas;
- Revogação do banimento da Família Real (1920);
- Semana de Arte Moderna (1922), movimento de artistas e intelectuais brasileiros iniciado em São Paulo, que procurava criar uma cultura verdadeiramente brasileira, isto é, uma cultura livre da influência estrangeira.

Revolta dos Dezoito do Forte

No dia 5 de julho de 1922 o Forte de Copacabana revoltou-se e, logo depois, algumas guarnições militares do Rio de Janeiro e Mato Grosso. O movimento rebelde foi prontamente sufocado pelo governo, que decretou Estado de Sítio, aprovado pelo Congresso.

Dos dezoito, sobreviveram ao tiroteio apenas dois Tenentes: Eduardo Gomes e Siqueira Campos.

Nota: A crise republicana teve início em 1922 e terminou com a Revolução de 1930. Tem como causas principais:

- A contração de empréstimos externos;
- A desvalorização da moeda;
- A emissão (fabricação) de dinheiro sem lastro-ouro.

O país era levado a crises e desequilíbrios constantes possibilitando diversas revoltas como a de 1922 (18 do Forte), a de 1924 em São Paulo e a própria revolução de 1930.

ARTUR BERNARDES (1922 - 1926)

- A maior parte do seu governo transcorreu em Estado de Sítio, devido às Revoluções dos Tenentes de São Paulo e no Rio Grande do Sul;
- O governo Artur Bernardes foi muito severo. Os movimentos operários eram controlados por rígido esquema policial e a Lei da Imprensa censurava violentamente os jornais;
- A Revolução Paulista de 1924, chefiada pelo General Isidoro Dias Lopes e a Coluna Prestes, iniciada no Rio Grande do Sul, sob o comando de Miguel Costa e tendo como chefe do Estado-Maior o Capitão Luís Carlos Prestes, foram movimentos tenentistas que marcaram todo o governo de Artur Bernardes. Nestes movimentos a jovem oficialidade do Exército já pensava em representar os interesses nacionais e propunha a criação de uma sociedade democrática para o bem da coletividade brasileira.

Em 1926, a Constituição Republicana de 1891 foi modificada: os direitos individuais foram restringidos com o "Habeas corpus" e regulado a expulsão de estrangeiros no Brasil.

Na sucessão presidencial, o "paulista" Washington Luís derrotou o candidato da oposição, o gaúcho Vital Brasil. Mais uma vez a sucessão foi encaminhada de acordo com a política do café-com-leite.

WASHINGTON LUÍS (1926 - 1930)

- Foi o último Presidente da República Velha. Adotou como lema de seu governo a frase "Governar é abrir estradas". Tendo criado a comissão das Estradas de Rodagens Federais construiu as Rodovias Rio-São Paulo e a Rio-Petrópolis;
- Procurou melhorar as finanças e projetou uma reformar com esse fim. Mas o mundo, nos anos que se seguiram à primeira grande guerra, caminhava para uma grande crise econômica, que explodiria em 1929;
- Em seu governo houve acentuada queda nas exportações de café, afetando a situação interna do país por causa da Crise Econômica Mundial de 1929 ("Grande Depressão") iniciada na Bolsa de Nova York (Estados Unidos da América).

O fim do domínio dos "fazendeiros" estava próximo. Arruinados e enfraquecidos pela crise mundial, eles foram derrubados do poder em 1930 por uma revolução, que teve como chefe o gaúcho Getúlio Vargas.

Eleição de 1930: a Aliança Liberal

Durante a campanha pela sucessão Washington Luís preferiu apoiar a candidatura do paulista Júlio Prestes

em vez de apoiar a candidatura do mineiro Antônio Carlos. Com esta atitude, ele quebrou o compromisso da política do café-com-leite e provocou o rompimento das relações entre Minas Gerais e São Paulo.

Minas descrente, procurou apoio no Rio Grande do Sul e na Paraíba. Estes três estados formaram um grupo de oposição, a chamada Aliança Liberal e lançaram Getúlio Vargas para Presidente e o paraibano João Pessoa para Vice-presidente.

Apesar da campanha eleitoral que procurava juntar todas as forças contrárias ao governo, a Aliança Liberal foi derrotada nas eleições de 1930.

Júlio Prestes venceu Getúlio Vargas com grande diferença de votos. Entretanto, não tomou posse porque logo depois explodiu a revolução.

Grande Depressão

A crise econômica mundial iniciada em 1929, espalhou-se pela década de 1930 e pode ser considerada uma crise do capitalismo.

Os efeitos da Depressão no Brasil

Nos anos 30, os proprietários de terras de todos os cantos do país se arruinaram e as oligarquias cafeeiras sofreram um grande enfraquecimento político. A crise do café, aliada à nova crise internacional do capitalismo, afetou duramente a economia brasileira. Toda a economia agroexportadora foi atingida.

O movimento revolucionário foi o assassinato de João Pessoa (vice-presidente da chapa de Getúlio Vargas) que precipitou o movimento revolucionário. No dia 03 de outubro, eclodiu a revolta no Rio Grande do Sul, seguindo-se a do Nordeste, sob a chefia de Juarez Távora. No dia seguinte, participavam principalmente tropas das milícias estaduais e forças arregimentadas por coronéis.

Nas Forças Armadas, várias tropas aderiram, algumas ficaram neutras e poucas resistiram.

Quando se esperava em Itararé um choque de grandes proporções entre as tropas revolucionárias que vinham do Sul e as tropas legalistas que procediam do Norte, na iminência de uma guerra civil, uma Junta Pacificadora, formada pelos Generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e o Almirante Isaías de Noronha, derrubaram Washington Luís e depois entregaram o poder a Getúlio Vargas. Este fato marca o fim da República Velha e o início da República Nova.

AULA 18 - REPÚBLICA NOVA

ERA DE VARGAS (1930 - 1945)

Este período da República conhecido como "Era de Vargas" divide-se em três fases:

- Governo Provisório (1930 - 1934);
- Governo Constitucional (1934 - 1937);
- Estado Novo (1937 - 1945).

GOVERNO PROVISÓRIO (1930 - 1934)

Os principais fatos foram: Revolução Constitucionalista de 1932; a criação dos Ministérios da Educação e Saúde; Trabalho, Indústria e Comércio; a promulgação da Constituição de 1934.

Revolução Constitucionalista de 1932

Em São Paulo surgiram as primeiras manifestações pela reconstitucionalização do país.

As oligarquias paulistas não aceitaram a sua marginalização e, tentando retomar o poder, aproveitou-se do descontentamento da população diante das dificuldades econômicas, para iniciar o movimento.

O Partido Democrático e Partido Republicano Paulista uniram-se sob as palavras de ordem: "interventor civil e paulista", exigindo também uma nova Constituição para o país.

O governo central cedeu à primeira reivindicação, nomeando Pedro de Toledo como interventor. Em seguida, apesar da oposição tenentista, Getúlio mandou publicar o novo Código Eleitoral e o anteprojeto da Constituição de 1934.

A 09 de julho de 1932 explodiu a luta armada. Embora a Revolução Constitucionalista de 1932 tivesse sido um fracasso do ponto de vista militar, no campo político seus reflexos foram positivos: em 1933, Vargas promoveu eleições para a Assembléia Constituinte e em novembro do mesmo ano tiveram início os trabalhos dos constituintes eleitos, os quais resultariam na Constituição promulgada em 1934.

A Constituição de 1934

Promulgada pela segunda Assembléia Constituinte, diminuiu bastante a autonomia dos Estados, facilitando a Intervenção federal; abria o direito de voto às mulheres e aos maiores de 18 anos.

Incluía capítulos relativos à Ordem Econômica Social, Família, Educação e Cultura, instituindo as bases do que viria a ser legislação trabalhista: repouso remunerado, previdência social e a proteção ao trabalho da mulher e do menor.

A Carta de 1934 conservava os fundamentos republicanos do federalismo e do presidencialismo e marcava também o estabelecimento de um novo tipo de relação do Estado com o conjunto da classe operária.

Continuavam os três poderes independentes e harmônicos, tendo a Câmara, além dos deputados do povo, os que representavam as classes trabalhadoras.

Estabeleceu a justiça eleitoral, a justiça do trabalho e a militar.

GOVERNO CONSTITUCIONAL (1934 - 1937)

Este período se caracterizou pelo desenvolvimento de duas políticas de orientação contrárias: Ação Integralista Brasileira e Aliança Nacional Libertadora (ANL).

A ANL foi colocada na ilegalidade e sua ala mais radical iniciou um movimento armado em novembro de 1935: foi a Revolta Vermelha ou Intentona Comunista, reprimida pelas forças do governo.

O movimento integralista de 1935, a descoberta do Plano Cohen (forjado pelos integralistas, que continha um plano comunista para a tomada do poder), a Intentona Comunista e o apoio dos chefes militares contribuíram decisivamente para que Getúlio Vargas desse o Golpe de Estado de 1937, instaurando no Brasil

um regime de caráter autoritário ou ditatorial (Estado Novo). Getúlio decreta o "Estado de Guerra", fecha o Congresso Nacional e outorga, no dia 10 de novembro de 1937, a nova Constituição ("Polaca").

Na noite do mesmo dia 10 de novembro, Getúlio fazia uma proclamação ao povo, justificando a necessidade de um governo autoritário: nascia, assim, o Estado Novo.

ESTADO NOVO (1937 - 1945)

A crise capitalista internacional, a insegurança gerada pela burguesia e a ascensão das forças populares levaram as classes dominantes brasileiras a abdicar das liberdades políticas e a apoiar um regime ditatorial que garantisse seu interesse essencial: a manutenção do lucro. Nesse sentido e com total abolição das garantias individuais, o Estado Novo teve características semelhantes às do fascismo.

Constituiu-se no período mais importante de Getúlio Vargas. Foi marcado pelos seguintes fatos:

- Centralização absoluta do poder nas mãos do Executivo, representado por Getúlio Vargas e seus auxiliares mais próximos, anulando a autonomia federalista dos Estados;
- Ação intervencionista do Estado no campo social e econômico, buscando diminuir as tensões sociais tanto no âmbito das classes dominantes como entre estas e as forças populares;
- Criação do Ministério da Aeronáutica (Clóvis Salgado foi o primeiro titular desta pasta);
- Reuniu-se na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) toda a legislação trabalhista (1943);
- Criação da Companhia Siderúrgica (1941) (Usina de Volta Redonda) e a Companhia Vale do Rio Doce (1942) para extrair minérios;
- Surgimento de diversos territórios federais (Fernando de Noronha, Amapá, etc);
- Outorgou a Constituição de 1937, que instituiu um federalismo centralizado;
- Levante Integralista de 1938;
- Enviou a FEB para os campos da Europa (Itália);
- Nomeou novos interventores para os Estados;
- Proibiu greves e extinguiu todos os partidos políticos;
- Regulamentou a pena de morte no Brasil;
- Criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que funcionava como elemento controlador da imprensa, determinando o que podia ou não ser publicado;
- Promoveu a diversificação agrária incentivando a policultura;
- Criou os Institutos do Açúcar e do Alcool (IAA), do Mate e do Pinho;
- Incrementou um Plano Quinquenal que apresentava os seguintes itens: usina de aço, fábrica de aviões, usina hidrelétrica em Paulo Afonso, estradas-de-ferro e de rodagem;
- Participação do Brasil na Segunda Guerra. Em janeiro de 1942, o governo rompeu relações diplomáticas com os países do "Eixo" e permitiu a instalação de bases navais e aéreas no Nordeste Brasileiro (Fernando de Noronha e Natal); a Marinha de Guerra cooperou no patrulhamento do Atlântico;
- Preocupado em centralizar o poder, o governo criou o DASP - Departamento de Administração do Serviço

Público, que se tornou um órgão de consulta de Getúlio e seus ministros;

- Criou também o DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda, que ao lado da polícia secreta chefiada por Filinto Müller, tornou-se o mais importante órgão de sustentação da ditadura do Estado Novo.

O BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O Brasil inicialmente mantinha uma posição de neutralidade, porém, alguns personagens do Governo admitiam que o Brasil deveria apoiar a Alemanha.

O afundamento de navios mercantes brasileiros em pleno litoral, levou nosso país a declarar guerra aos países do "Eixo" (Alemanha, Itália e Japão), em agosto de 1942.

Participaram da guerra a Força Expedicionária Brasileira (FEB) cujo lema era "a cobra está fumando" e a Força Aérea Brasileira (FAB) cujo lema era "senta a pua".

As tropas brasileiras, sob o comando do General Mascarenhas de Moraes lutaram nos campos de batalha da Itália e obtiveram expressivas vitórias em Montese, Monte Castelo, Castelnuovo e Fomovo.

O Monumento aos Mortos ou Monumentos dos "pracinhas" no Rio de Janeiro, abriga os restos mortais dos brasileiros que lutaram na 2ª Guerra Mundial.

O ano de 1943 marca o início das campanhas pela redemocratização do país. Neste ano, homens como Milton Campos, Afonso Arinos e Magalhães Pinto lançaram um documento ("Manifesto dos Mineiros") exigindo a redemocratização do Brasil.

Em 1945 em meio a pressões sociais, promulgou-se um ATO ADICIONAL, através do qual concedia-se liberdade para formação de partidos políticos e assegurava-se as eleições.

A 2ª Guerra Mundial foi fator de aceleração do processo econômico brasileiro, porque dificultou as importações e ampliou as possibilidades de exportação.

Término da 2ª Guerra trouxe reflexos para o Brasil tais como:

- Início da "decolagem industrial" com a indústria pesada ou de base graças a criação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda;
- O surgimento de vários partidos políticos: PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PSD (Partido Social Democrático) e UDN (União Democrática Nacional). Pela primeira vez o Brasil passou a ter partidos políticos de atuação nacional.
- A reconstitucionalização do país (deposição de Getúlio Vargas pelos chefes militares em 29 de outubro de 1945) após o regresso dos "pracinhas" da FEB da Europa.
- As Forças Armadas entregaram o governo ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que realizou as eleições (O General Eurico Gaspar Dutra saiu vitorioso).

CONSTITUIÇÃO DE 1937 (10/11/1937)

O Presidente Getúlio Vargas, apoiado pelo Ministro da Guerra (Gaspar Dutra) e pelo chefe do Estado-Maior do Exército (Góis Monteiro) num Golpe de Estado, dissolveu o Congresso e as Assembléias Estaduais e outorgou ao País uma Constituição de caráter totalitário

que vigorou durante todo o período do Estado Novo (1937-1945).

Esta constituição, quarta do Brasil e terceira da República, ficou conhecida como "Polaca", em virtude de haver sido inspirada nos regimes totalitários da Polônia, Itália, Alemanha e Portugal. Foi elaborada pelo jurista Francisco Campos que havia sido o primeiro a ocupar o cargo de Ministro da Educação do Brasil.

Foram transferidas para a competência do Governo Federal muitas das funções antes exercidas pelos Estados e Municípios.

Ao mesmo tempo, o Estado Novo tratava de patrocinar a organização dos sindicatos, com uma legislação inspirada no Fascismo Italiano. Por meio da criação do imposto sindical, taxa obrigatória paga por todos os operários, sindicalizados ou não, o governo garantia a sustentação financeira dos sindicatos, ao mesmo tempo que os atrelava ao seu controle.

Além da centralização político-administrativa e do intervencionismo econômico o sindicalismo foi uma característica marcante do Estado Novo: os sindicatos, controlados pelo Ministério do Trabalho, tornaram-se instrumentos do governo, surgindo assim o trabalhismo, base política de Vargas. Foi promulgada a CLT e criada a Previdência Social.

Principais características:

- Federalismo altamente centralizado, limitando-se a autonomia dos Estados em favor do poder central. Amplos poderes eram concedidos ao Presidente da República. Assim, Getúlio Vargas tinha o poder de legislar por decretos, nomear funcionários e interventores estaduais sem recorrer ao Legislativo;
- Unificação do poder político: o Presidente passou a ser Chefe do Poder Executivo e supervisor de todos os demais;
- Extinção do cargo de Vice-presidente da República;
- Restrições à Liberal Democracia, tão defendida na Constituição de 1891. A restrição, também, à liberdade do cidadão brasileiro, em nomes de um suposto bem comum;
- Maior intervencionismo do Estado Novo, que passou a tomar medidas de diversificação da agricultura e incentivos à industrialização.

AULA 19 – BRASIL POS 2º GUERRA

EURICO GASPAR DUTRA (1946 - 1951)

O primeiro ato do governo de Eurico Dutra foi de tranquilidade e de conciliação, o país estava saindo da ditadura de Getúlio Vargas e falava-se em um novo Brasil.

Os principais fatos do governo Dutra foram:

- Promulgação da Constituição de 18 de outubro de 1946 através da qual o mandato presidencial passou para (05) anos e extinguiu os territórios de Iguazu e Ponta Porã.
- Esta Constituição marcou a reconstitucionalização do país.
- Elaboração do PLANO SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia). Com o fim da 2ª Guerra Mundial, passou a haver, no Brasil, uma

preocupação maior com o planejamento visando o desenvolvimento econômico do país;

- Proibição do jogo em todo o território nacional;
- Criação da Companhia Hidrelétrica do rio São Francisco (CHESF) e construção da usina de Paulo Afonso;
- Abertura da Estrada Rio-Bahia (Rodovia da Unidade Nacional) e asfaltamento da nova rodovia Rio-São Paulo ("Via Dutra");
- Inauguração da usina de Volta Redonda (criada por Getúlio Vargas);
- Incrementou a exploração das jazidas de petróleo da Bahia, o que possibilitou o Brasil organizar a sua frota de petroleiros;
- Rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética e proibição de funcionamento do Partido Comunista no Brasil;
- Assinatura do TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca).

Na sucessão de Dutra, surgiu um importante movimento denominado "Queremismo" (Queremos Getúlio), que levou Getúlio Vargas novamente ao poder.

Constituição de 1946 (18/09/1946)

Com o fim da ditadura do Estado Novo, em 1945, por outro Golpe de Estado, é convocada uma Assembléia Constituinte. Esta Carta, promulgada pelo Presidente Eurico Dutra, unia as tradições da Constituição de 1891 às conquistas sociais da Constituição de 1934. Ela marcou a redemocratização do país, restaurando a independência e a harmonia dos poderes.

Considerada a mais liberal (democrática) de todas as constituições brasileiras, mantinha, contudo, certa centralização de poderes no Executivo.

Principais características:

- Federalismo, com a volta da autonomia de Estados e, principalmente, dos Municípios;
- Eleições diretas para todos os campos eletivos;
- Presidencialismo - Presidente eleito pelo povo, com direito a livre nomeação de demissões de seus ministros;
- Ampliou o mandato presidencial para cinco anos;
- Autonomia e harmonia dos três poderes;
- Sistema representativo com Câmara de Deputados e Senado Federal;
- Social - Democrata: restabelecimento da liberal democracia, mas com a limitação dos direitos em prol do bem público.

Alterações na Constituição de 1946

Em 02 de setembro de 1961, a renúncia do Presidente Jânio Quadros fez surgir uma crise: muitos setores civis e militares julgavam a posse do Vice-presidente João Goulart indesejável, em razão de seu passado político populista-getulista.

Para superar o impasse, o Congresso Nacional emendou a Constituição, através de um Ato Adicional, instituindo o sistema parlamentarista em lugar do

presidencialismo, o que restringia substancialmente os poderes do Presidente.

2º GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1951 - 1954)

Eleito diretamente pelo povo, Getúlio Vargas governou o Brasil num período de grande agitação política e militar.

- Criação da PETROBRÁS (Lei 2.004, de 03 de outubro de 1953), empresa que estabeleceu o monopólio estatal da pesquisa e exploração de petróleo do Brasil;
- Elaboração do Plano Lafer (Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico) objetivando desenvolver os setores da indústria de base, com o apoio do BNDE;
- Desmembramento do Ministério da Educação e Saúde em:
 - Ministério da Educação e Cultura (MEC);
 - Ministério da Saúde.
- Criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE);
- Surgimento de sucessivas crises políticas devido a acirradas críticas movidas pela oposição.

Grande oposição Getúlio Vargas teve de enfrentar, principalmente do jornal "Tribuna da Imprensa", do jornalista Carlos de Lacerda.

O atentado que este último foi vítima, ocasionou a morte do major Rubens Vaz, da Aeronáutica. Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal do Presidente foi apontado como principal culpado. Este fato entrou para a história com o nome de "República do Galeão", o que ocasionou uma grande agitação nas Forças Armadas, permitindo o aumento da pressão para que Getúlio renunciasse, ao que ele teria dito "Daqui, só saio morto".

Em 24 de agosto de 1954 Getúlio Vargas suicidou-se, o vice-presidente Café Filho assume o governo. Tendo convocado novas eleições, a chapa Juscelino Kubistchek e João Goulart é eleita. Contudo, novos fatos da crise continuaram.

Por motivo de doença, Café Filho se afasta da Presidência, sendo substituído por Carlos Luz (Presidente da Câmara dos Deputados), que permaneceu no poder apenas 48 horas.

Sob alegação da preparação de um golpe militar para impedir a posse dos eleitos, o General Teixeira Lott (Ministro da Guerra) afasta Carlos Luz da Presidência, que se refugia a bordo do navio de guerra Tamandaré.

O Congresso Nacional declara impedido Carlos Luz e Nomeia Nereu Ramos (Presidente do Senado) como presidente, que depois passará a faixa presidencial para Juscelino Kubistchek.

AULA 20 – JK, JANIO E JANGO

JUSCELINO KUBISTCHEK (1956 - 1961)

O governo Juscelino foi marcado por um desenvolvimento acelerado. Esse surto econômico foi denominado nacionalismo desenvolvimentista.

Os principais fatos deste governo foram:

- Surgimento de dois levantes militares na Aeronáutica: (Aragarças e Jacareacanga);
- Execução de uma política desenvolvimentista ("Cinquenta anos em cinco");

- Construção de Brasília, o que possibilitou a transferência da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central (21 de abril de 1960);

- Construção de Usinas Hidrelétricas de Furnas e Três Marias;

- Implantação da indústria automobilística (GEIA) e construção naval (GEICON);

- Execução do "Plano de Metas" (transporte, energia e alimentação);

- Construção da rodovia Belém-Brasília (Bernardo Saião), permitindo a integração Norte/ Centro-Oeste;

- Envio do Batalhão Suez, a pedido das Nações Unidas, para atuar no Oriente Médio (Faixa de Gaza, entre Israel e Egito);

- Criação da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste);

- Envio de Aviadores para o Congo (África);

- Graças a Juscelino Kubistchek os Estados Unidos criaram a Operação Pan-Americana (OPA) visando a promover o desenvolvimento econômico da América Latina.

No governo Juscelino Kubistchek as empresas multinacionais penetraram maciçamente no Brasil e as grandes realizações no setor econômico significaram um agravamento da inflação, aumentando enormemente o custo de vida.

JÂNIO QUADROS

Campanha eleitoral e eleição

Jânio da Silva Quadros foi eleito presidente do Brasil, através do voto direto, nas eleições presidenciais de 1960. Jânio, que já havia sido vereador, prefeito e governador do estado de São Paulo, fez uma campanha eleitoral baseada na identificação com as massas. Passou a ideia de um cidadão simples (homem do povo) que tinha como objetivo moralizar o país. Como símbolo da campanha usou uma vassoura, pois dizia que ia varrer tudo que havia de errado no Brasil (principalmente a corrupção).

Jânio afirmava também, durante a campanha, que não tinha vínculo com os políticos tradicionais e com as forças poderosas do país. Faria, se fosse eleito, um governo voltado para os interesses populares. Apostou mais na imagem do que no conteúdo, já que não explicava a maneira pela qual iria resolver os principais problemas nacionais.

A campanha foi bem sucedida e Jânio venceu as eleições de 1960 com cerca de seis milhões de votos.

Governo

Jânio governou apenas sete meses, pois renunciou em 25 de agosto de 1961. Durante este breve período, tomou medidas polêmicas de pouca importância, sofreu duras críticas e não conseguiu estabelecer uma relação harmônica com o Congresso Nacional.

Economia

Sem um projeto eficiente para resolver os principais problemas econômicos do país, Jânio viu sua popularidade cair em função do aumento da crise econômica, caracterizada pelo crescimento da dívida externa e da inflação (heranças do governo JK).

As medidas econômicas tomadas por seu governo surtiram pouco efeito.

Política interna

Jânio buscou afastar-se das tradicionais forças políticas do país. Acredita que assim teria mais liberdade para governar, pois não teria compromissos com partidos políticos. Desta forma, as negociações com o Congresso Nacional ficaram difíceis e, muitas vezes, conflituosas.

Principais medidas polêmicas tomadas por Jânio:

- Proibição das brigas de galo.
- Proibição do uso de biquínis nas praias.
- Proibição do lança-perfume.

Política externa

Na área externa, Jânio procurou romper com a dependência dos Estados Unidos. Aproximou-se dos movimentos nacionalistas e de esquerda.

- Buscou reaproximar diplomaticamente o Brasil da União Soviética (país socialista).
- Enviou o vice-presidente, João Goulart, em missão oficial para a China (país que seguia o socialismo).
- Criticou a política dos Estados Unidos com relação a Cuba.
- Condecorou, com a ordem do Cruzeiro do Sul, Che Guevara (uma das principais figuras revolucionárias comunistas do período).

Esta política externa desagradou muito os setores conservadores da sociedade brasileira, os políticos de direita e também as Forças Armadas do Brasil.

Renúncia

Com baixa popularidade, enfrentando uma crise econômica sem apoio de grande parte do legislativo e com o descontentamento dos militares, o governo Jânio Quadros em colapso sete meses após seu início. Em 25 de agosto de 1961, Jânio enviou uma carta ao Congresso Nacional comunicando sua renúncia. Deu poucas explicações dos motivos, falando que havia "forças terríveis" contra ele.

JOÃO GOULART (1961 - 1964)

João Goulart assumiu no dia 07 de setembro de 1961, com o sistema Parlamentarista. Foram escolhidos como primeiros Ministros, respectivamente: Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima.

Contando com o forte apoio popular, João Goulart convocou um Plebiscito para 6 de janeiro de 1963, para decidir sobre a manutenção ou não do Sistema Parlamentar. O resultado foi a volta do Presidencialismo, que lhe devolveu os poderes retirados em 1961.

O Ministério do Planejamento cujo titular era Celso Furtado colocou em execução o chamado Plano Trienal, que pretendia combater a inflação e realizar o desenvolvimento econômico, particularmente no setor industrial. Esse plano, entretanto, entrou em contradição com a política de mobilização popular em vigor ao governo, pois exigia grande austeridade.

A tensão que reinaria durante o período de governo de João Goulart atingiu o seu ponto máximo quando o presidente criou uma lei implantando o 13º salário. O Congresso recusou e os trabalhadores entraram em greve.

Apoiando-se em correntes que pregavam a desordem e a agitação, o governo João Goulart provocou uma intranquilidade social e grave crise econômica, política e militar. Por este motivo surgiu, um movimento revolucionário em Minas Gerais, que depois se alastrou por todo o país, tendo o Presidente João Goulart fugido para o Uruguai.

Este movimento, mais conhecido como "Revolução de 31 de março de 1964" governou nosso país por cerca de 20 anos. O movimento de 31 de março de 1964 terminou com o período populista na História do Brasil. O grande capital rompeu com o populismo e instalou no Brasil uma República autoritária.

AULA 21 – REGIME MILITAR

O Regime militar foi o período da política brasileira em que militares conduziram o país. Essa época ficou marcada na história do Brasil através da prática de vários Atos Institucionais que colocavam em prática a censura, a perseguição política, a supressão de direitos constitucionais, a falta total de democracia e a repressão àqueles que eram contrários ao regime militar.

A Ditadura militar no Brasil teve seu início com o golpe militar de 31 de março de 1964, resultando no afastamento do Presidente da República, João Goulart, e tomando o poder o Marechal Castelo Branco.

Este golpe de estado, caracterizado por personagens afinados como uma revolução instituiu no país uma ditadura militar, que durou até a eleição de Tancredo Neves em 1985.

Os militares na época justificaram o golpe, sob a alegação de que havia uma ameaça comunista no país.

GOLPE MILITAR DE 1964

O Golpe Militar de 1964 marca uma série de eventos ocorridos em 31 de março de 1964 no Brasil, e que culminaram em um golpe de estado no dia 1 de abril de 1964. Esse golpe pôs fim ao governo do presidente João Goulart, também conhecido como *Jango*, que havia sido eleito de forma democrática, eleito vice-presidente pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Imediatamente após a tomada de poder pelos militares, foi estabelecido o AI-1. Com 11 artigos, o mesmo dava ao governo militar o poder de modificar a constituição, anular mandatos legislativos, interromper direitos políticos por 10 anos e demitir, colocar em disponibilidade ou aposentar compulsoriamente qualquer pessoa que fosse contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública, além de determinar eleições indiretas para a Presidência da República.

Durante o regime militar, ocorreu um fortalecimento do poder central, sobretudo do poder Executivo, caracterizando um regime de exceção, pois o Executivo atribuiu a função de legislar, em detrimento dos poderes estabelecidos pela Constituição de 1946.

O Alto Comando das Forças Armadas passou a controlar a sucessão presidencial, indicando um candidato militar que seria referendado pelo Congresso Nacional.

A liberdade de expressão e de organização era quase inexistente. Partidos políticos, sindicatos, agremiações estudantis e outras organizações representativas da sociedade foram suprimidas ou sofreram interferência do governo. Os meios de comunicação e as manifestações públicas foram reprimidos pela censura.

MARECHAL CASTELO BRANCO (1964 - 1967)

- Desenvolveu uma política de combate a inflação e rigorosa repressão aos acusados de corrupção e subversão;
- Executou um Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) cujos objetivos principais eram: incentivar as exportações, promover o crescimento econômico, combater a inflação e atrair capitais estrangeiros;
- Editou os Atos Institucionais números 1, 2, 3 e 4 que concedia amplos poderes ao Presidente da República para cassar mandatos, suspender direitos políticos, etc;
- Criou o Banco Central para controlar o Sistema Financeiro do País e o Ministério do Planejamento (atual Secretaria do Planejamento - SEPLAN);
- Enviou tropas (FAIBRÁS) para a República Dominicana (São Domingos), a pedido da OEA;
- Unificou os diversos Institutos e Pensões (IAPs) no INPS (Instituto Nacional de Previdência Social);
- Criou SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia);
- Extinguiu os antigos partidos políticos (UDN, PSD, PTB, etc) através de uma reformulação partidária, o que resultou no bipartidarismo (ARENA e MDB);
- Promulgou a Constituição de 24 de janeiro de 1967;
- O regime militar instaurado e respaldado juridicamente por Atos Institucionais, dissolveu as organizações consideradas "subversivas" como a C.G.T. (Comando Geral dos Trabalhadores) e a U.N.E. (União Nacional dos Estudantes).
- O novo modelo econômico implantado era de tendência anti-inflacionária e industrial, baseando-se no arrocho salarial, na maior abertura ao capital estrangeiro e na participação do Estado na economia o que ampliou consideravelmente a máquina burocrática estatal.

MARECHAL COSTA E SILVA (1967 - 1969)

- Criou o Plano Econômico de Desenvolvimento (PED)
- Editou o AI-5 (Ato Institucional nº 5), concedendo ao Presidente da República poderes totais, inclusive de fechar o Congresso Nacional;
- Período de governo marcado por muitas agitações políticas e atos de terrorismo em diversos pontos do país;
- Criou um FUNRURAL (Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural - 1967) e o MOBRAF (Movimento Brasileiro de Alfabetização);
- Devido a enfermidade, foi substituído por uma Junta Militar composta pelos Ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica vindo logo a falecer.
- A Junta transmitiu o poder a Garrastazu Médici, nome indicado pelo Alto Comando das Forças Armadas e eleito indiretamente pelo "Colégio Eleitoral".
- Com a posse de Médici entrou em vigor a Emenda Constitucional de 1967 que ampliou o mandato presidencial para cinco anos;

GENERAL EMILIO GARRASTAZU MÉDICI (1969 - 1974)

- Executou um plano global de desenvolvimento "Metas e Bases" para a Ação do Governo (1º PDN);
- Incentivou o transporte rodoviário (Rodovias Transamazônica e Perimetral Norte);
- Criou o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Integração Social (PIS);

- Ampliou o mar territorial para 200 milhas;
- Criou a Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e o Programa de Desenvolvimento do Oeste (PRODOESTE);
- Realizou a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus (Lei 5.692/71), estabelecendo o ensino profissionalizante;
- Governo marcado pela criação de "Projetos de Impacto" (Ponte Rio-Niterói), (Transamazônica), eliminação da guerrilha urbana e rural, bem como pelos poderes excepcionais que o Presidente dispunha.

O "Milagre" Econômico

Durante o governo do Presidente Médici foi criado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1º PND). Neste período foram atingidos altos índices de crescimento econômico. Foi a época do chamado "milagre brasileiro".

Internamente o "milagre" resultou num grande desenvolvimento industrial fundamentado na produção de bens de consumo, numa rígida política salarial e nos privilégios aos empresários estrangeiros, o que estimulou uma maior participação do capital externo no Brasil.

Esse "progresso" econômico causou uma euforia consumista, onde a classe média, beneficiada por altos salários, passou a consumir em larga escala. Mas o grande beneficiado pelo "milagre" foi o capital estrangeiro, que passou a dominar boa parte da economia nacional.

GENERAL ERNESTO GEISEL (1974 - 1979)

O governo do Presidente Geisel conheceu uma crise econômica marcada pelo fim do "milagre brasileiro" e pela crise energética mundial, quando ocorreu a elevação dos preços do petróleo, que repercutiu internamente, baixando a taxa de investimento público.

No Plano econômico o governo Geisel criou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIº PND), que era de tendência desenvolvimentista e antiinflacionária.

Entre os principais fatos do governo Geisel, podemos destacar:

- Criou o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS);
- Executou o IIº PND (Plano Nacional de Desenvolvimento);
- Assinou um acordo de cooperação nuclear com a Alemanha, para o Brasil assimilar tecnologia para fins pacíficos;
- O mandato presidencial passou para seis (06) anos;
- Iniciou a abertura política (revogação dos Atos Institucionais e Complementares);
- Início da Construção da hidrelétrica de Itaipu;
- Criação do Pró-Álcool (programa Nacional do Alcool).

GENERAL JOÃO BATISTA FIGUEIREDO (1979 - 1985)

Assumiu o país em crise devido aos seguintes fatos:

- Inflação crescente (200% ao ano);
- Aumento da dívida interna (além de 90 trilhões de cruzeiros);
- Dívida externa atingindo 100 bilhões de dólares;
- Aumento do desemprego.

Seu compromisso político consistiu em "fazer do Brasil uma Democracia" ou seja, dar continuidade ao processo de abertura iniciado pelo governo Geisel. Como principais fatos do governo João Figueiredo, podemos citar:

- Colocou em prática o IIIº PND (IIIº Plano Nacional de Desenvolvimento);
- Continuou o processo de "abertura política" e concedeu a anistia, visando a democratização do país;
- Estabeleceu uma reforma partidária, que possibilitou o surgimento de novos partidos políticos: PMDB, PT, PFL, PTB, etc;
- O restabelecimento das eleições diretas para governadores de Estados;
- Negociações econômicas com o Fundo Monetário Internacional (F.M.I.)

FIM DA REPÚBLICA MILITAR

Vigoroso movimento em favor das "Diretas Já" eclodiu no país, muito embora a Emenda Dante de Oliveira ter sido derrotada no Congresso Nacional.

O PMDB e o PFL, partidos de oposição, através de um acordo lançaram Tancredo Neves e José Sarney, chapa essa vitoriosa em 15 de janeiro de 1985 para presidência e vice-presidência da República, respectivamente.

AULA 22 - REDEMOCRATIZAÇÃO

Denominou-se Nova República a fase da história republicana brasileira que coincidiu com o fim dos governos militares, a eleição de um governante civil e a construção de uma nova ordem democrática a partir da Constituição de 1988.

Acometido de doença antes mesmo de tomar posse na Presidência, Tancredo Neves veio logo a falecer, sendo substituído por José Sarney.

GOVERNO JOSÉ SARNEY (1985 - 1990)

Sucessivas crises o país atravessou nesses cinco anos de governo:

- Crise econômica, com altíssimas taxas de inflação;
- Crises ministeriais (tivemos quatro ministros da fazenda neste período);
- Crise de credibilidade pois o país requereu a moratória da dívida externa (suspensão temporária do pagamento aos credores estrangeiros).

Alguns planos econômicos foram postos em prática na tentativa de combater a inflação, através de congelamentos de preços e salários:

- Plano Cruzado (1986), quando foi instituído uma nova "Cruzados";
- Plano Bresser (1987);

- Plano Verão (1989) com a instituição do Cruzado Novo. Por outro lado o país conheceu alguns avanços políticos importantes, como a convocação de uma Assembléia Constituinte e a promulgação de uma nova Constituição (05/10/1988).

A Constituição de 1988, em vigor, estabeleceu:

- Eleições diretas em todos os níveis (federal, estadual, municipal);
- Legalização dos partidos de qualquer tendência, inclusive comunista e socialista;
- Concessão do direito de voto aos analfabetos, em caráter optativo, aos menores de 18 e maiores de 16 anos e também de 70 anos;
- Liberalização das atividades sindicais (direito de greve inclusive para os funcionários públicos civis);
- Uso irrestrito dos meios de comunicações nas campanhas eleitorais.

GOVERNO FERNANDO COLLOR (1990 - 1992)

- Abertura do país às importações;
- Privatização das empresas estatais;
- Deu continuidade ao combate à inflação ("Plano Cruzado II"). A denúncia de um esquema de corrupção no governo ("Esquema PC") feita pelo seu irmão Pedro Collor mobilizou a opinião pública, inclusive estudantes que culminou com seu afastamento da presidência pelo Congresso Nacional, em 25 de dezembro de 92. Foi substituído pelo Vice-presidente Itamar Franco.

GOVERNO ITAMAR FRANCO (1992 - 1994)

- Reforma monetária ("Plano Real") com a instituição de uma nova moeda (Real);
- Estabilização da economia com redução significativa da inflação graças ao Ministro da Economia Fernando Henrique Cardoso;
- Continuidade do plano de privatização (Cia Siderúrgica Nacional, Usiminas, etc).

GOVERNO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)

Lançado pelo PSDB e apoiado pelos partidos da Frente Liberal (PFL - PTB - PL), foi eleito com mais de 60% dos votos no 1º turno.

Principais fatos do governo atual:

- adotou uma política neo-liberal segundo a atual tendência da globalização da economia mundial
- Reduziu os gastos públicos/privatizou estatais
- Reformas constitucionais (reeleição)
- Promoveu o ajuste fiscal
- Reformas (adm/judiciário/tributário)